

Anthony Bebbington

Francisco de Oliveira

Ilse Scherer-Warren

Leilah Landim

Luiz Eduardo W. Wanderley



ONGs e universidades

Desafios para
a cooperação
na América Latina

Sérgio Haddad
organizador



ONGs e Universidades

Desafios para a cooperação
na América Latina

ONGs e Universidades

Desafios para a cooperação
na América Latina

Sérgio Haddad
Organizador

Leilah Landim
Francisco de Oliveira
Ilse Scherer-Warren
Anthony Bebbington
Luiz Eduardo W. Wanderley



Copyright © 2002 by Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Editora responsável
Renata Farhat Borges

Coordenação editorial
Noelma Brocanelli

Capa, projeto gráfico e editoração
Alfredo Carracedo Castillo

Preparação de texto e revisão
Mineo Takatama

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. – São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

Vários autores.

Apoio: The Ford Foundation; Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e OXFAM.

ISBN 85-85663-75-8

1. Organizações não-governamentais – América Latina
2. Universidades e escolas superiores – América Latina.

02-2563

CDD- 361.76098

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina: ONGs e universidades: Bem-estar social 361.76098

9 8 7 6 5 4 3 2 1

07 06 05 04 03 02



Editora Fundação Peirópolis
Rua Girassol, 128 – Vila Madalena
05433-000 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718
e-mail: editora@editorapeiropolis.com.br
www.editorapeiropolis.com.br

Este livro é resultado do seminário “Estudos e pesquisas sobre as organizações não-governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, realizado em São Paulo de 3 a 5 dezembro de 2001, e promovido pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), pela Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) foi fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Conselho Diretor (2001-2003)

Diretoria Executiva

Presidente

Sérgio Haddad (Ação Educativa)

Secretário-Geral

Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase)

Tesoureira

Marina da Silva Kahn (ISA)

Charles Roberto Pranke (Amencar)

Eduardo Homem (CCLF)

Marluze Pastor Santos (Fórum Carajás)

Normando Batista (Cecup)

Sílvio Caccia Bava (Pólis)

Diretores Regionais

Aldalice M. da Cruz Otterloo (Unipop)

Carlos Eduardo O. S. Leite (Sasop)

Daniel Raviolo (Comunicação e Cultura)

João Carlos Sampaio Torrens (Deser)

Nelson Luis B. Barros (CDHHT)

Ricardo Gouvêa Corrêa (Fundação Bento Rubião)

Álvaro Pantoja/Mônica Oliveira (Cenap)

ABONG

Rua General Jardim, 660 – Vila Buarque – CEP 01223-010 – São Paulo – SP
Telefax: (11) 3237-2122 – e-mail: abong@uol.com.br – site: www.abong.org.br



APOIO:



THE FORD FOUNDATION



Oxfam

Sumário

Lista de siglas	9
Apresentação	11
Múltiplas identidades das ONGs	
Leilah Landim	17
Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?	
Francisco de Oliveira	51
Redes e sociedade civil global	
Ilse Scherer-Warren	63
Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina	
Anthony Bebbington	93
ONGs e universidades: desafios atuais	
Luiz Eduardo W. Wanderley	119
Conclusões do seminário	143

Lista de siglas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas

CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

FAO – Food and Agriculture Organization

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

ALOP – Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción

ONG – Organização Não-Governamental

Apresentação

O contexto

Nas três últimas décadas observou-se na América Latina um intenso desenvolvimento das organizações não-governamentais (ONGs), cujas atividades cobrem hoje os mais diversos campos da experiência social: desenvolvimento rural e de comunidades, fomento à participação no poder local, economia solidária e microcrédito, educação e cultura, habitação e urbanismo, segurança alimentar, saúde e meio ambiente, relações de gênero e interétnicas, assistência social a grupos vulneráveis (idosos, portadores de deficiências, migrantes e refugiados), apoio aos movimentos sociais, mediação pacífica de conflitos, defesa dos direitos humanos, controle cidadão de políticas públicas e convenções internacionais etc.

O cenário nacional e internacional em que as ONGs latino-americanas atuam transformou-se profundamente nos últimos anos, diante da globalização econômica e cultural, da reforma do Estado, da hegemonia das políticas neoliberais e do aprofundamento da degradação social daí decorrente. Essas mudanças afetaram tanto os modelos de desenvolvimento socioeconômico e a configuração do aparato governamental dos países quanto as formas de organização e ação dos movimentos sociais e as modalidades de intervenção da cooperação internacional. O novo contexto exigiu uma reformulação dos objetivos e do perfil das ONGs latino-americanas, cujos contornos, tendências e perspectivas ainda são pouco conhecidos.

Embora diversos estudos sobre as ONGs da América Latina tenham sido desenvolvidos no período recente, existe uma série de temas sobre os quais o conhecimento disponível é ainda incipiente. A reserva das instituições financiadoras com relação às atividades de pesquisa debilitou a capacidade de as ONGs latino-americanas realizarem seus próprios estudos, o que restringiu também a sua capacidade crítica e autocrítica. Uma das alternativas para transpor esses limites à produção de conhecimentos e à reflexão crítica é o estreitamento dos laços entre as redes de ONGs e as universidades.

Hoje, as condições para realização de estudos críticos nas universidades de ONGs dos países do sul, e da América Latina em particular, encontram-se deterioradas, e a pesquisa de ponta sobre as ONGs e temas conexos concentra-se em centros acadêmicos de países do norte. A investigação científica sobre o tema do “terceiro setor”, incluídas as ONGs, é marcada pela hegemonia do mundo anglo-saxão, de que são exemplos destacados o Centro de Estudos de Sociedade Civil e ONGs da London School of Economics, o Instituto de Estudos de Políticas da Universidade John Hopkins, o Programa de Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Yale, o Centro Hauser para Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Harvard, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDR) de Boston e o Programa da Fundação Ford com o Institute of Development Studies de Sussex sobre Governabilidade e Movimentos Cidadãos. Um exame da bibliografia citada nas publicações de circulação internacional sobre terceiro setor, cidadania e responsabilidade social revela um predomínio anglo-saxão impressionante, sendo raro encontrar referência a textos produzidos no sul; estes, quando existem, têm circulação restrita ao âmbito nacional.

Esse quadro desafia a capacidade dos centros de produção de conhecimento e pensamento crítico dos países latino-americanos. Não se trata, evidentemente, de questionar a excelência acadêmica de centros de pesquisa como os acima mencionados ou rejeitar a contribuição dos intelectuais a eles vinculados, mas – admitindo que o conhecimento está permeado de valores, culturas e vivências – incorporar o direito dos parceiros latino-americanos de refletirem criticamente sobre as próprias realidades. Por isso é importante envolver as universidades e ONGs latino-americanas não somente como executoras de projetos de pesquisa desenhados em outras latitudes, mas também como geradoras de agendas, marcos conceituais e estratégias próprias de investigação.

A iniciativa

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) participaram do debate sobre a institucionalidade das ONGs que se desenvolvem no âmbito da plataforma pluricontinental denominada International Forum for Capacity Building, em cujos marcos vêm desenvolvendo uma série de estudos¹. Seus dirigentes também participaram das conferências internacionais organizadas no Reino Unido por Save the Children Fund e pelas universidades de Manchester e Birmingham, sob a liderança dos pesquisadores David Hulme e Michael Edwards, que configuraram oportunidades de reflexão sobre os novos papéis desempenhados pelas ONGs, de análise crítica das práticas e alianças construídas, de exame de suas relações com o Estado e com as demais organizações sociais.

Esse conjunto de experiências serviu de referência para que a Abong e a Alop propusessem à Fundação Ford o desenvolvimento de uma iniciativa latino-americana de diálogo entre as ONGs e as universidades, para a qual convidaram a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), responsabilizando-a por acolher e mobilizar os pesquisadores acadêmicos. O objetivo dessa iniciativa é ampliar os intercâmbios com vistas à produção de conhecimento sobre essa nova forma institucional que são as ONGs, seu papel e impacto social. Sua primeira atividade foi a realização de um seminário regional exploratório, intitulado “Estudos e pesquisas sobre as organizações não-governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, realizado entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2001 em São Paulo.

1. Entre os estudos concluídos e publicados, ver:

Cambio y fortalecimiento institucional de las organizaciones no gubernamentales en América Latina. Buenos Aires: Alop-Ficong, 1998.

La sostenibilidad de las ONG en América Latina. Quito: Alop, 2000.

ONG: identidade e desafios atuais. São Paulo: Abong, maio de 2000 (*Cadernos Abong*, 27).

ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à Abong. São Paulo: Abong, 2002.

ROCHE, Chris. *Avaliação de impacto do trabalho das ONGs: aprendendo a valorizar mudanças*. São Paulo: Abong, Cortez, Oxfam, 2000.

O livro

Este livro reúne cinco textos elaborados especialmente para o seminário citado anteriormente, que aqui aparecem em uma seqüência diferente daquela em que foram apresentados no evento, e, embora não esgote a diversidade e riqueza dos debates produzidos durante sua realização, permite conhecer alguns dos muitos olhares que o tema do diálogo entre as instituições acadêmicas e as ONGs suscita.

No primeiro capítulo, Leilah Landim volta a abordar o tema da construção das identidades das ONGs no Brasil, percorrendo sua história ao longo do último quarto de século, para situar os desafios que lhes são colocados na transição do milênio. Em certa medida, esse é também o caminho que percorre Francisco de Oliveira no texto que compõe o segundo capítulo do livro, escrito posteriormente à realização do seminário. Contrastando os momentos de gênese e de desenvolvimento atual das ONGs que ele qualifica como “cívicas”, o sociólogo pergunta como essas organizações podem preservar sua capacidade de mudança e inovação de modo a não acomodar-se em um papel funcional ao sistema socioeconômico que elas denunciaram desde seu surgimento na cena social brasileira.

O terceiro capítulo, de autoria de Ilse Scherer-Warren, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, analisa as possibilidades abertas pela tendência à articulação de redes globais de ação social solidária, indicando desafios colocados à teoria social crítica para interpretar essas novas estratégias de ação coletiva dos movimentos sociais e organizações civis.

Os dois últimos capítulos do livro abordam mais especificamente o tema da pesquisa acadêmica que toma as ONGs como objeto de análise.

Coube ao pesquisador norte-americano Anthony Bebbington, no quarto capítulo do livro, problematizar a assimetria das relações norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. Ele diagnostica lacunas, vieses e insuficiências empíricas, teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre as ONGs no continente, vinculando tais limitações aos fluxos econômicos e de poder existentes entre as

agências de cooperação dos países ricos e as ONGs latino-americanas. O artigo oferece elementos para a construção de uma teoria sobre as ONGs e sugere mecanismos alternativos de financiamento da pesquisa sobre o tema.

O quinto capítulo, de autoria de Luiz Eduardo W. Wanderley, aborda as relações entre as ONGs e as universidades no Brasil, analisando tensões e colaborações que ora as distanciam, ora as aproximam. Diante das transformações que atingem os Estados nacionais no transcorrer do processo de globalização, o autor defende o ponto de vista de que ONGs e universidades, organizações complexas que compartilham a necessidade de preservar sua autonomia, têm de enfrentar o desafio ético-político da formulação de projetos alternativos de sociedade. O ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo indica caminhos teóricos para a produção de conhecimento sobre as ONGs e sugere para esse fim a constituição de uma rede continental de cooperação com universidades.

No final do volume, encontram-se sintetizados as conclusões, recomendações e encaminhamentos aprovados no seminário, que abriu uma gama de possibilidades de ação em parceria entre as universidades e as ONGs.

Múltiplas identidades das ONGs

Leilah Landim*

O que não se imaginava é que o século 21 começaria com um ato de guerra praticado por um grupo na zona cinzenta entre a empresa privada e a ONG. (...) A guerra passou a ter sua ONG. (...) Era talvez inevitável, com o esvaziamento dos estados nacionais, que até a guerra, o ato mais tradicional de soberania, fosse absorvida pelos novos formatos de atuação social.

(Renato Janine Ribeiro, "A primeira guerra de uma ONG", seção Tendências e Debates, *Folha de S. Paulo*, 24/11/2001)

... os que semearam o terror nos Estados Unidos não representam uma alternativa positiva ao sistema caótico em que vivemos. As ONGs estão na moda e, portanto, devemos nos resignar ao fato de que, ao lado das humanitárias, floresçam outras, desumanas.

(Fernando Savater, "Uma ONG de outro tipo", caderno Mais, *Folha de S. Paulo*, 22/11/2001)

De novo a pergunta

Passados quase vinte anos, pode-se, com certeza, dar razão aos que diziam, já em meados dos anos 80, e quando esse nome era reconhecido em meios bastante restritos, que as ONGs eram uma novidade institucional no cenário latino-americano.

Quem o dizia, no Brasil, eram "profissionais ativistas" das próprias ONGs, e o faziam com base numa percepção "de dentro" desse campo de organizações que então se afirmava no cenário nacional e no contexto de publicações e debates realizados nesse próprio meio, embora fossem todas pessoas com trajetória universitária. Assim, as ONGs seriam "alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda" (Fernandes, 1985). No mesmo período,

* Doutora em antropologia e professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase).

ressaltava-se ainda que eram entidades que existiam “a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados (...) dentro de perspectivas de transformação social” (Landim, 1988). Ou então, um pouco mais tarde, nos inícios da década de 90, outras palavras – como “democracia” e “esfera pública” – entravam na roda, e as ONGs seriam “microorganismos do processo democrático, referências, lugares de inovação e criação de novos processos”, ou “espaços de criação da utopia democrática” (Souza, 1992). Por essa época também foram definidas como “canais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais” (Oliveira Neto, 1992). Ou ainda como “uma inovação institucional da esquerda brasileira” (Fernandes e Piquet, 1992). Se essas definições, como se disse, foram produzidas no contexto de debates e publicações nascidas no campo das ONGs, algumas referências mais recentes – elaboradas em outros contextos e por autores de trajetórias diversas – parecem não se distanciar dessas concepções originais. Por exemplo – e radicalizo na escolha de notoriedade acadêmica –, segundo Francisco de Oliveira, as ONGs “surgem como um dado novo da nova complexidade da sociedade. (...) São um ‘lugar’ de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante” (Oliveira, 1997). De fato, chegando mais tarde, estudos realizados no campo acadêmico também passarão a ser mais uma fonte de definições e criação de legitimidade para as chamadas ONGs (e seria interessante explorar essa produção).

Portanto, o termo internacionalizado “ONG” ganhou reconhecimento por aqui, enquanto categoria social, ao distinguir um conjunto de organizações *sui generis* que guardavam certas características, posições e papéis análogos no Brasil e em diversas sociedades latino-americanas (e não só). O reconhecimento e visibilidade social desse nome não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer da década de 80, com base num investimento realizado por um conjunto específico de agentes e entidades facilmente identificáveis do ponto de vista

sociológico na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade. Sendo, como se sabe, termo forjado em canais internacionalizados, no entanto, é importação que se adapta e (re)traduz em virtude de relações e dinâmicas sociais internas a diferentes sociedades.

Muitos dos que participaram desse seminário certamente tiveram, como eu, o privilégio de acompanhar de perto, ou mesmo de dentro, o processo de “invenção das ONGs”, fenômeno cujo peso social e também fluidez de contornos – com múltiplas possibilidades de apropriação – são características reiteradas no tempo através de debates que renovam a eterna questão sobre sua identidade. São disputas de significado colocadas como questão importante particularmente para o campo delimitado por uma associação como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), que abriga organizações “pioneiras” na adoção tanto do nome quanto das práticas e relações sociais que lhe deram a base objetiva de referência. “A confusão, a alguém interessa”, disse Francisco de Oliveira em uma conferência. Certamente, pressuponho, não à Abong.

“Quem somos nós?” ou “O que é uma ONG?” foram perguntas formuladas pela primeira vez, em terrenos latino-americanos, apenas em meados dos anos 80. Pode-se dizer que essa questão representava uma guinada de cento e oitenta graus nas formas pelas quais essas organizações preexistentes se viam e pensavam seus papéis, até então.

Diferentemente de certas produções um tanto virtuais ou biônicas de organizações da sociedade civil, relembremos que, nos idos dos 70, já se espalhavam pelo país, criando enraizamento nas bases da sociedade (ou em algumas “bases” específicas), os “centros de educação popular” ou, ainda, em termos talvez mais andinos, de “promoção social”, ou ainda, logo depois, de “assessoria e apoio”. No entanto, se não me falha a memória, e a de outras pessoas que viveram a mesma época, cujos depoimentos pude colher – ou a julgar por publicações e documentos de então –, não havia entre seus agentes a representação de pertencimento a um universo institucional particular. Isso, embora muitos deles mantivessem entre si laços pessoais construídos em suas trajetórias

de vida e circulassem como quadros entre algumas organizações de perfil semelhante, realizando os mesmos tipos de trabalho. Essa era mesmo uma antiquestão: os *centros* tinham sua razão de ser por existirem “a serviço” de setores dominados da população, tanto mais legítimos quanto mais perfeitamente subordinados a uma necessidade externa a elas. A invisibilidade social, o não fazer nome (ao contrário, por exemplo, da lógica acadêmica), era uma qualidade cultivada não apenas taticamente pela conjuntura autoritária, mas também por crenças, acredito, predominantes no meio, onde a legitimidade de agentes e organizações adviria de suas relações com grupos e movimentos populares, sendo sua ação justificada pelos fins maiores das transformações a serem levadas a cabo pelas classes trabalhadoras, os sujeitos históricos legítimos das mudanças estruturais. O Muro ainda não havia caído, e a crise do socialismo real não se configurava como questão de peso para a militância latino-americana. A fragmentação dos sujeitos coletivos e movimentos sociais não estava evidente e a crise da sociedade do trabalho tampouco se colocava na agenda. Nesse quadro fortemente marcado por paradigmas marxistas, pela educação freiriana e pelo movimento cristão de “ida ao povo”, havia uma vaga e implícita idéia de que os *centros* tinham caráter conjuntural, enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos movimentos a que se ligavam, ou do futuro que se esperava. Fontes de emprego eram vividas como uma espécie de antiprofissão.

É nesse sentido que, nos anos 80, as articulações para assumir uma identidade institucionalizada, como atores autônomos na sociedade, foram verdadeiros cortes que puseram fim a uma “pré-história” das ONGs e das formas como seus agentes percebiam-nas na qual, no entanto, forjaram-se objetivamente as bases das relações sociais que deram solidez e concretude ao novo fenômeno organizacional.

Pois bem, assim como era impensável, nos marcos conjunturais dos anos 70, essa idéia de um novo conjunto articulado de organizações autônomas, será que era previsível, nos marcos dos anos 80, que tempos depois o pouco conhecido termo “ONG” se tornasse moeda corrente, a ponto de designar até atores de atentados terroristas e da “primeira guerra do século 21”? Os exemplos das epígrafes deste texto podem ser

considerados por alguns como inconseqüentes e sem sentido, de tão disparatados. Ao contrário, sugiro que se trata de um caso apenas radicalizado que exemplifica a elasticidade semântica reinante (afinal, trata-se, no mínimo, de artigos publicados em seções de destaque do jornal mais importante do país). ONGs seriam alternativas da moda ao sistema, que podem, no caos, ser positivas ou negativas, humanitárias ou desumanas. Seriam também um novo formato de atuação social tendendo ao cinzento, característico dos tempos do esvaziamento do Estado nacional. Mas esses exemplos – onde a fluidez literal da designação ONG presta-se a usá-la como espécie de bode expiatório em debates atuais mais amplos – são apenas sintomas de confusões semânticas mais sutis.

Como dizem alguns analistas sobre a longa conjuntura atual, estamos diante de um sistema que não só promove uma privatização geral da vida, como tende a converter tudo no mesmo, no idêntico (Oliveira, 2001) – vejam-se as idéias associadas a terceiro setor e voluntariado, como será retomado. As ONGs não escapam a esse processo, sujeitas que são das “fraudes vocabulares”, em que as palavras escorrem “pelo ralo do redemoinho semântico”, quando seu sentido original se perde, em tempos em que “qualquer coisa pode dizer qualquer coisa” (cf. Arantes, 1999, ressaltando os termos “sociedade civil” e “ONG”). Na época do simulacro, o sistema produz – em expressão usada por esses autores – *clones* das ONGs.

As perguntas tantas vezes retomadas – O que são ONGs? Quais os seus papéis? – não se constituíram nem se constituem, portanto, na maior parte das vezes, em meros exercícios intelectuais semânticos. Tratou-se (e falo antes de mais nada do caso brasileiro, com extensão a vários latino-americanos) do processo de construção de horizontes comuns entre um conjunto de organizações que se colocaram como atores em determinado pólo do campo discursivo e político existente em suas sociedades, a um dado momento e a cada momento. Processo que se deu ao mesmo tempo no plano dos ideários, da posição na sociedade e também da própria especificidade organizacional. Estando em jogo a criação de identidades, é movimento de natureza necessariamente distintiva e contrastiva, em que as definições dão-se de forma situacional,

antes que substantiva. Ou seja, mais do que algo com “essência ONG” (por exemplo, uma mesma organização pode identificar-se como “movimento”, em um contexto, e como “ONG” em outro), trata-se aqui de organizações que criam identidade e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas.

Dessa forma, pode-se constatar que, nas discussões sobre identidades e papéis das ONGs, estiveram presentes sucessivamente e coexistindo, ao longo das conjunturas, suas relações tensas entre distinção e semelhança, alternativa e superposição, dependência e autonomia, colaboração e conflito, com relação às organizações filantrópicas, à Igreja, aos movimentos e organizações populares representativas, aos sindicatos, partidos, universidade, Estado... A consulta da pauta de sucessivos encontros promovidos por articulações entre ONGs através dos anos é sugestiva nesse sentido de interações, identidades e papéis (por exemplo, a julgar por esse seminário, podemos nos atualizar e acrescentar a “relação das ONGs com as Instituições Financeiras Multilaterais”, ou mesmo com a “cidadania global”). Nessas sucessivas “relações com” – que se expressam em debates, posicionamentos e em práticas concretas no meio – confirmam-se e estabelecem-se distinções, definições e criam-se identidades, de modo situacional.

Mas pelo que se mencionou – e para fora dos espaços cúmplices de discussão entre os pares – tudo indica que, quanto mais se torna reconhecida socialmente, mais a sigla se esvazia de significados específicos e distintos. Como diz ainda Paulo Eduardo Arantes, “ora à esquerda, ora à direita, o que se ouve mais parece uma língua geral (...) condenada à usura inevitável dos automatismos”. Se participamos dos processos para a construção dessa identidade ONG, talvez estejamos no momento de desconstruí-la. Afinal, ONG, quem?

Nesse impasse – claro, insolúvel por atos de vontade ou de definições burocráticas ou normativas –, talvez lembrar mais uma vez traços de uma história recente possa ser útil. Ou seja, devolver aos fenômenos sociais sua historicidade pode contribuir para a sua desnaturalização, para quebrar automatismos e lhes restituir densidade social. Se possível, pensar o futuro.

Proponho então, a seguir, lembrar mais uma vez algo da trajetória das ONGs, antes de voltarmos, na última parte do trabalho, a comentários sobre impasses e caminhos recentes. Pelo que foi mencionado, acredito que qualquer análise cronológica das ONGs tenha a ganhar se, ao invés de partir de um corte meramente institucional, adotar como enfoque a consideração do que essas organizações e agentes devem às propriedades de posição que ocupam com relação a outros campos (como o político, o acadêmico, o assistencial etc.) e que mudam com o tempo. Trata-se de desenhar a trajetória de sucessivas posições ocupadas num espaço social, o qual também se transforma (e significativamente, se considerarmos que o terreno onde elas se mexem é o dos últimos trinta anos).

Novidade institucional

Com que base, ou em que termos, consideraram-se as ONGs uma novidade institucional?

Relembrar o conhecido pano de fundo sobre o qual é construída a história das organizações da sociedade civil no país pode ser útil. Como diz a literatura, na formação social brasileira, a sociedade foi “criada” pelo Estado – um Estado de corte autoritário, patrimonialista, corporativista –, correspondendo a uma sociedade civil débil, subordinada, tardia, assim como tardia foi a constituição do mercado.

Pensando nas organizações ditas voluntárias, ou sem fins lucrativos, alguns traços característicos e que as diferenciam podem ser lembrados através de fatos conhecidos da história. Em primeiro lugar, até os finais do século XIX, quase tudo o que havia de consolidado em termos de assistência social, saúde e educação constituía-se organizações (formalmente sem fins econômicos, claro) criadas pela Igreja Católica – é bom lembrar, com o mandato do Estado, em uma situação de simbiose entre as duas instituições. A “sociedade civil” confundia-se com os espaços dessa Igreja, sob o regime de padroado.

Os anos 1930, como é sabido, inauguram o período da expansão do Estado na prestação direta de serviços em áreas como educação, cultura e saúde. Se, nas primeiras décadas do século, tinha havido

uma proliferação de associações voluntárias e autônomas de tipo mutualista, profissionais e sindicais, a era autoritária pós-30 vai-se caracterizar pela sua dissolução e pelo fortalecimento e também atrelamento de sindicatos e organizações previdenciárias ao Estado, dentro do projeto corporativista. Para o que interessa aqui, vale observar que esse processo autoritário e centralizador, caracterizado por políticas de bem-estar fragmentadas e excludentes, não deixou de reservar um lugar para um conjunto de organizações sem fins lucrativos, mesmo que isso não fosse formulado em termos de uma política clara. Não só continuaram a proliferar organizações privadas e sem fins lucrativos nas áreas da saúde, educação, assistência e lazer, como foram correntes as relações de colaboração entre essas organizações e o Estado. Não é por acaso que data desse período a legislação que regulamenta essas relações, a qual se mantém, no fundamental, intacta até os dias de hoje. Ou seja, o projeto centralizador e autoritário dos anos 30-40 reservou um papel para as numerosas entidades sem fins lucrativos, nos campos assinalados acima, as quais foram em grande parte responsáveis pela prestação de serviços a amplas camadas da população que ficavam à margem das políticas sociais corporativas, da “cidadania regulada”. Isso teve como pressuposto a aliança entre o Estado getulista e a Igreja Católica, favorecendo então o enorme campo de organizações de ação social a ela ligadas (e, secundariamente, também as relacionadas a outras religiões, como a espírita e a evangélica, além das leigas que se foram criando).

Em resumo, é impossível analisar determinadas políticas sociais sem chegar às organizações sem fins lucrativos, principalmente em áreas como a da saúde ou da assistência social, nas quais, se não é possível falar em política, ao menos existe um padrão estabelecido através do tempo. E as especificidades dessa colaboração dão-se sobre o pano de fundo dos vícios históricos da relação entre Estado e sociedade, em que, como foi dito, é forte a marca do corporativismo, do clientelismo e da transferência de fundos públicos para mãos privadas.

Claro, a questão é diversa quanto ao campo das organizações de ação coletiva como as de defesa de direitos, de promoção de cidadania, ou das associações de defesa de determinados grupos de interesse, ou

comunitárias. Nesse campo, predominou não a colaboração, mas um padrão de conflito com o Estado. Sucessivos regimes autoritários colocaram no campo “antigovernamental” as mais elementares experiências de associativismo no país, como ocorreu na ditadura entre 37 e 45 e no posterior período do pós-64¹. Ou seja, a história do associativismo no Brasil é uma história de repressão e de conflito com o Estado autoritário, nas mais diversas conjunturas. Ao mesmo tempo – isso é importante –, é uma história muito centrada no Estado. Se tomarmos, por exemplo, os movimentos associativos no pré-64, estes desenvolviam a sua atuação tendo como forte referência a intervenção por dentro do aparelho do Estado (muitos deles até mesmo contando com o financiamento governamental, como, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Centros Populares de Cultura (CPCs)).

Como se sabe, após o golpe militar de 64, com o fim do chamado pacto populista e as transformações nessas históricas formas de relação entre Estado e sociedade, são dadas as condições para o surgimento de novos movimentos e organizações coletivas com a marca da autonomia na sociedade brasileira.

As atuais ONGs, portanto, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, em que o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se forma e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 70 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90. As ONGs fazem parte desse processo e representam um papel no seu

1. Essas heranças e questões se misturam e confrontam hoje com transformações recentes tanto do Estado como da sociedade (o que se torna particularmente visível em novos espaços públicos, como, por exemplo, o dos conselhos), revelando-se a polissemia do campo das “organizações sem fins lucrativos”, em que os discursos e práticas de uma assistência paliativa, ou marcada pelo clientelismo, convivem com os da co-gestão, controle e proposição de políticas, freqüentemente no interesse de setores populares e excluídos.

desenvolvimento. Pode-se dizer que elas tiveram um lugar na construção de forças da esquerda pós-64 que estabelecem claras descontinuidades com as anteriores e cujo terreno de consolidação e atuação foi antes o da sociedade civil, das associações e movimentos sociais, que do Estado.

Essas organizações poderiam ser vistas como uma continuação do vasto – tanto novo como muitas vezes bem antigo – universo de entidades privadas que se pretendem sem fins lucrativos, voltadas para atuar no campo das questões sociais no país. Por exemplo, algumas das suas atividades de prestação de serviços a grupos vulneráveis poderiam aproximá-las das chamadas organizações filantrópicas, ou de assistência social. Ou, por sua dedicação à atuação política no âmbito da sociedade organizada, seria possível estabelecer continuidades entre sua ação e a de organizações associativas do tipo representativo, como sindicatos, associações de moradores ou profissionais. Mas é justamente na distinção, sempre reafirmada por práticas e crenças, com relação a essas outras formas de ação e organização, nos campos político, social e religioso, que se foi estabelecendo a identidade peculiar das ONGs.

A partir dos anos 70 consolidam-se as redes de organizações que, contando com agentes espalhados pelo país com uma trajetória de ligação com grupos populares diversos – através de anteriores trabalhos de base, de educação de adultos, de desenvolvimento comunitário –, vão construindo um campo de identidade comum. Nesse movimento conta-se com o indispensável apoio e respaldo de setores da Igreja, ao mesmo tempo em que é fundamental a construção da distinção com relação à chamada filantropia, caridade ou assistencialismo. As mesmas práticas e projetos que se vinham fazendo nas bases da sociedade vão-se politizar, e assumir o sentido básico de criação de organizações populares e de contrapoderes.

Claro, essas redes horizontais e relações com bases sociais através dos “projetos” têm como condição básica de existência o estabelecimento de outro feixe de relações, as que se dão com as agências de cooperação internacional, na sua quase totalidade não-governamentais e sediadas na Europa e Canadá, por onde circularão moedas e modelos de atuação.

Portanto, pode-se pensar que as ONGs formam-se como um campo de organizações, agentes, práticas, crenças e discursos, constituído por três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e, para cima, com as agências de cooperação. Estas últimas serão, inclusive, fundamentais na própria conformação do campo, promovendo articulações entre “contrapartes”, reuniões internacionais, debates de natureza política sobre linhas de atuação...

A história é conhecida: a partir da virada dos anos 70-80 será difícil encontrar uma organização referida a movimentos sociais ou sindicais em que não circule algum “assessor” ou haja algum tipo de relação com o campo dessas entidades “de assessoria e apoio”. Os anos 80 são caracterizados, por um lado, pela diversificação de temáticas e “sub-redes” entre as ONGs, as quais vão representar um papel na conformação dos novos sujeitos coletivos; por outro, nesse período se dará a consolidação “final” da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades. A diferenciação com relação às entidades representativas – “ONG não é movimento” – e logo depois, na abertura política, com relação ao Estado – “ONG não substitui Estado, sua vocação é a sociedade civil” – constituiu uma etapa relevante nesse processo.

Contar essa história passaria por ressaltar articulações e encontros por onde se discutiram nomes e identidades, como, por exemplo, o Encontro de Centros de Promoção Social em 1986, no Rio de Janeiro, em que se discutiu pela primeira vez a adoção do nome ONG por um conjunto de 43 entidades brasileiras, com a presença de algumas latino-americanas e duas ou três agências internacionais – onde Mario Padrón foi liderança². Mencione-se nesse processo o papel das organizações

2. A construção desse campo passa fortemente pela afirmação de uma identidade latino-americana (e lembre-se que as agências de cooperação atuavam com recortes regionais em seus programas). Nesses anos, intensificam-se encontros e formação de redes continentais, patrocinados pela cooperação internacional. Só no ano de 1987, e apenas considerando o Brasil, houve o Encontro Sul-Americano de Diretores de Centros de Promoção, em janeiro; o Curso Taller Gestión y Políticas Institucionales para ONGD, em agosto (que se desdobrou no famoso Grupo Fazenda); o Encontro de Consultores para América Latina – CMCH (Campanha Mundial contra a Fome, da FAO), em outubro; a reunião da Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) – Cone Sul, em novembro. E outras redes se encontravam ou estabeleciam relações, como o Inovaciones y Redes para el Desarrollo (IREDA), no Peru, ou o Programa de Relaciones Políticas y de Cooperación entre Europa y América Latina (Preal) etc.

multilaterais, por onde o nome ONG circulava. Como disse uma liderança do campo das ONGs brasileiras sobre essa etapa: “E a partir de certo momento – em que essas entidades estavam inclusive sendo descobertas pelos organismos de cooperação multilateral – nós optamos por travar uma luta política no campo internacionalizado em que éramos definidos como ONGs. Adotamos então esse nome – antes que algum aventureiro o fizesse”.

Uma história da construção da legitimidade do nome e do campo ONG deveria necessariamente passar também por acontecimentos como um grande encontro internacional promovido em 1991 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), no Rio de Janeiro, que contou com ONGs brasileiras, latino-americanas e agências internacionais. Ou, finalmente, a fundação da Abong, em 1991. Ou ainda a conhecida United Nations Conference for Economic Development (Unced), realizada no Rio – a Eco 92 – em que as chamadas ONGs montaram enorme reunião internacional paralela e mereceram grande atenção da mídia (sendo-nos então apresentada, segundo os termos do meio, a “sociedade civil planetária”)³.

As ONGs chegam à primeira metade dos anos 90, portanto, com um forte e enraizado capital de relações construído na sociedade brasileira, além de detentoras de uma identidade e de um nome com valor no mercado de bens simbólicos.

Antes de passar para questões atuais nessa história, gostaria de lembrar algo da relação das ONGs com o meio acadêmico, objeto principal desse seminário. São histórias um tanto remotas, cujas marcas talvez já se tenham esmaecido ou desaparecido, mas que contam na construção da especificidade das ONGs, aqui abordada.

As relações das ONGs com o campo acadêmico têm uma história pontuada por ambigüidades, caracterizadas por alianças e concorrências, por continuidades e descontinuidades, cujos termos têm variado com o tempo, a partir, entre outras coisas, das transformações das posições que essas organizações vêm ocupando no espaço social brasileiro

3. O levantamento das organizações que lideraram esses acontecimentos reproduziria de forma ampliada os mesmos personagens do Encontro de Promoção de 1996.

ao longo dos anos. “Intelectuais pedantes”, “herméticos”, “da torre de marfim”, de um lado; “intelectuais ressentidos”, “baixo clero” ou “mal vulgarizadores”, de outro – as acusações freqüentaram (freqüentam?) os diferentes corredores (falo também com base em observações pessoais), cada campo deslegitimando o outro a partir de suas propriedades específicas. Claro, com sentidos e pesos bem diversos: a construção da identidade das ONGs passa, sobretudo em determinados momentos da sua história, por uma enfática afirmação distintiva com relação ao campo dominante da academia, e o inverso, obviamente, nunca se deu.

De fato, houve tempos em que era questão relevante, em debates e escritos nos canais particulares do mundo dos então “centros de educação popular”, um processo de desmoralização – de deslegitimação – de obras e agentes da academia, num movimento de criação de “novos tipos” de intelectual e de obras “a serviço” (onde concepções gramscianas tinham seu lugar, sem esquecer o que muitos chamavam de populismo cristão).

Percorrendo os periódicos das ONGs, vê-se que têm como questão central, durante muito tempo (finais de 70, inícios de 80), a construção da imagem do “agente”, de um “novo intelectual”. Uma ilustração significativa é dada pelos primeiros números da revista pioneira *Proposta*, editada pela Fase desde 1976. Essas publicações, dizendo a que vêm, reforçam a questão das distinções de seus redatores e leitores com relação ao comum das revistas: trata-se de “um processo de aprendizado mútuo”, em que, de um lado, os leitores são especiais – “as pessoas que denotam uma preocupação real com as parcelas menos favorecidas da população” – e, de outro, tem-se como “prioridade tática o cuidadoso processo de capacitação” pelo qual deverá passar a equipe de redação. Sobretudo, porque se reconhece que “é grande a atração do pedantismo acadêmico”, cujo discurso é cheio de “hermetismos e vícios”, incapaz de “tocar naqueles pontos que dizem respeito à prática dos agentes”. “Não é da competência ou interesse da Fase cuidar da divulgação do pensamento acadêmico, nem da troca de teses entre especialistas”, dizia a revista, nos idos de 76⁴.

4. Vejam-se também como exemplos significativos os volumes sobre educação popular organizados por Carlos Brandão, de leitura generalizada na época, assim como os “Cadernos de Educação Popular”, da NOVA, entre outros.

Com relação a essa marca na criação de identidade das ONGs, não se pode esquecer o papel das agências financiadoras e suas linhas de projetos que legitimavam e tornavam possível o trabalho dos *centros*, onde a questão da produção de pesquisa acadêmica passava longe.

Por outro lado, a ambigüidade dessa relação manifestou-se desde sempre, e nunca deixaram de existir relações com a universidade, que foram constitutivas dos centros/ONGs. Estes foram alimentados também por egressos da academia – ou tiveram peso aí os que tinham “um pé em cada lugar”, determinados intelectuais reconhecidos pelo campo dos *centros* como assessores. Por outro lado, as ONGs nunca deixaram de buscar o prestígio e a abertura de redes diversas de relações com a sociedade dadas por intelectuais de nome que colocaram em suas diretorias.

Importa, por outro lado, assinalar no caso em foco neste trabalho – o das instâncias de consagração das ONGs e de seu reconhecimento como um fenômeno social particular – que a produção nas universidades não representou papel de peso, ou papel algum, até talvez inícios dos anos 90, quanto a isso. É enorme e antiga, claro, a produção acadêmica sobre temas conexos em jogo na compreensão do fenômeno ONG. Mas a produção, digamos, teórico-ideológica sobre essas formas organizativas específicas, sua identidade e seu papel, foi antes feita através das centenas de documentos que, desde os anos 80, circulam, em grande parte informalmente, pelos canais de relações construídas no interior do campo: em publicações ou revistas das próprias entidades, em *papers* preparados para seminários, em consultoria para entidades internacionais etc.

Certamente uma produção de caráter sociológico sobre as ONGs teve, num “efeito de teoria”, conseqüências para a construção do campo e da sua identidade. Pesquisas feitas no Brasil sobre essas entidades nos finais dos anos 80 e inícios dos 90 contribuíram no seu âmbito para dar visibilidade e reconhecimento ao novo fenômeno (como as de Landim, Fernandes e Piquet mencionadas). Mas deve-se notar que essas pesquisas foram feitas em uma ONG (no caso, o Iser), assim como outras no mesmo período, e não em alguma instituição acadêmica.

Acredito que essas relações tenham sofrido transformações significativas no decorrer dos anos 90 – basta observar o peso que adquirem nas ONGs os quadros valorizados por sua formação universitária, assim como, por outro lado, a rápida multiplicação de trabalhos acadêmicos, teses, dissertações sobre ONGs, muitas vezes realizadas com base na inserção dupla desses mesmos intelectuais (na academia e nas ONGs). Desenvolveram-se criando também, progressivamente, projetos conjuntos entre ONGs e centros acadêmicos.

Por fim, não se pode esquecer nessa história as transformações no espaço social e suas conseqüências sobre a posição das ONGs e das universidades na sociedade brasileira durante esses trinta anos. Quando começamos nossa história das ONGs, em plena ditadura militar, as universidades estavam amordaçadas, sob intervenção, esvaziadas dos seus quadros. A “torre de marfim” adquiria aí o seu sentido. Com o tempo, claro, a universidade reassumiu seu papel de ator crítico e atuante na sociedade brasileira, o que estabeleceu espaços de interação cada vez mais amplos com os movimentos e trabalhos aos quais as ONGs se ligaram (essas observações, assim como outras desenvolvidas neste trabalho, acham-se também expostas em Landim, 1993).

Para além dessas observações descritivas, há, portanto, muito o que ser analisado sobre a história dessas relações.

Virada do século

Qual o futuro do termo “ONG” e também – o que interessa de fato – da identificação de um conjunto de entidades na sociedade civil brasileira, conforme o que foi acima descrito?

Antes de mais nada, é premissa de qualquer consideração quanto ao presente ou futuro o fato de que ONG tornou-se não apenas termo de uso corrente e generalizado⁵, como também de emprego mais neutro e indiscriminado, como sinônimo de qualquer tipo de organização privada voltada para a ação social.

5. Sendo até incorporado à última edição do *Dicionário Aurélio* e também do *Dicionário histórico e biográfico* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, em 2001.

Passo a alguns comentários sobre pressupostos e conseqüências dessa diluição de identidade nos últimos anos.

Transformações no campo da ação social não-governamental e distinções renovadas

Em primeiro lugar, o espaço social em que se movem as ONGs apresenta mudanças empíricas consideráveis, acentuadas nos anos 90. Ressalto sobretudo a vasta área que podemos chamar da ação social privada, ou das organizações da sociedade civil dedicadas a intervenções no campo da questão social, ou da pobreza, marginalidade, vulnerabilidade, com variados ideários e práticas. Tomado em si mesmo, esse terreno não só cresce como se diversifica particularmente, em termos de agentes, atores, posições na sociedade e projetos, uns mais, outros menos conscientes e intencionais. Numa aproximação descritiva, lembro alguns desses processos que se dão em marcada interação social com as ONGs.

a) Entidades assistenciais, fortalecimento e mudanças

O enorme e antigo universo das organizações ditas assistenciais – prestadores de serviços diversos à pobreza – tanto continua a crescer como também vê transformadas suas formas tradicionais de atuação e posições no espaço social brasileiro nos últimos quinze a vinte anos.

Pelo que foi dito, a conjuntura de crise acentuada das já precárias políticas sociais, concomitantemente ao crescimento da desigualdade e seus corolários de mazelas sociais, é momento propício a esse desenvolvimento de organizações que – em que pesem intenções, ideologias, apropriações (as quais serão abordadas adiante) – acabam por contar, na prática, nas estratégias pontuais de sobrevivência de (não se sabe quantos) indivíduos e grupos.

Por outro lado, essas entidades assistenciais, de tradição privatista, também passam pouco a pouco a desenvolver uma atuação no espaço público, adotando o discurso da cidadania, estabelecendo relações com o Estado dentro de novos marcos, exatamente em caminhos abertos por ONGs e movimentos sociais (conselhos e orçamentos participativos são

apenas um exemplo de terrenos institucionais mais visíveis onde isso se dá). Pode-se então dizer que aquelas entidades tendem a se publicizar, ou se politizar, em sentido lato, ou seja, há, nessas dinâmicas, ao mesmo tempo e de forma contraditória e combinada, uma “filantropização” e uma “politização” no campo da assistência social através das instituições privadas. Exemplos: organizações nas áreas de crianças e adolescentes, ou dos portadores de deficiências, ou ainda de idosos, em que uma tradição de assistencialismo começou a ser quebrada pela sua entrada no campo das lutas por direitos. Muitas “viram” ONGs, no sentido em que passam a se enquadrar em determinadas redes, discursos, espaços institucionais. Ou, ao menos, há nesse caso um terreno cujas fronteiras de identidades vão-se tornando muitas vezes fluidas, entre essas “novas chegadas” ao campo da luta cidadã e as ONGs estabelecidas⁶.

b) Ação social das empresas

Como se sabe, surge na cena brasileira, de repente e com a rapidez característica da chamada era da informação, a filantropia empresarial, ou investimento social empresarial. Ao contrário das organizações assistenciais, trata-se de novos agentes, novas redes de relações, discursos, ideários, práticas e estratégias de criação de visibilidade no espaço público. A novidade se dá tanto com relação às formas usuais de relacionamento entre empresas e sociedade no Brasil como também do ponto de vista do conjunto de atores que vêm povoar o campo da ação social privada, ou da sociedade civil. A filantropia empresarial adota discurso análogo ao desenvolvido no campo das ONGs quanto aos valores modernos da autonomia e cidadania, diferenciando-se do chamado assistencialismo com seu *ethos* pessoalizado e cristão. Apenas, nesse caso, as idéias de intervenção na sociedade apresentam-se associadas a uma lógica de mercado na ação social, tais como eficiência, resultados, competitividade, marketing etc.

6. Vale observar que a inclusão no texto constitucional de 1988 do conceito de seguridade social, integrando as áreas de previdência, saúde e assistência, já expressava o resultado de uma série de lutas e iniciativas que tiveram lugar no campo da assistência social, envolvendo profissionais da área, usuários e trabalhadores. Esses processos mobilizaram também lideranças do campo assistencial privado e sem fins lucrativos.

c) ONGs e relações com...

Pensando-se em identidades, distinções e semelhanças, cooperações e conflitos, as ONGs têm no campo das organizações assistenciais uma forte referência, sobretudo nos primeiros tempos, conforme se viu. A partir dos anos 90, e pelo que se expôs acima, as interações com essas entidades tradicionais na cena brasileira ressurgem com mais força e de modo transformado, dando-se em espaços comuns cada vez mais frequentes. Sugiro que as fronteiras entre “tipos” de organizações fiquem objetivamente mais difíceis de serem delimitadas, embora exatamente por isso, ou pelo desenvolvimento desses processos de interação, provoque-se a necessidade de marcar diferenças. Por exemplo, como diz um documento da Fase, em contexto de reformulação do marco legal, “ainda que a Assistência Social tenha avançado e tenda a se politizar no atual embate com a política anti-social de FHC, é evidente que é para nós muito mais um campo de alianças – valiosas, importantes – do que o nosso próprio campo de identidade”. Seria interessante – o que não foi possível aqui – explorar os argumentos desse debate atualizado nos anos 90 sobre as distinções entre esses campos, onde, a meu ver, crescem superposições e interseções, em termos objetivos (sendo outra coisa os ideários reinantes que favorecem confusões e serão mencionados adiante).

E as fronteiras ficam fluidas não apenas pelas mudanças no campo das “assistenciais”, mas também – embora faltem pesquisas que fortaleçam evidências nesse sentido – em transformações nas próprias organizações identificadas como ONGs, antigas ou novas. Em algumas delas, a provisão de serviços diversos (mesmo em larga escala) vem adquirindo um peso significativo na configuração de seu perfil, em detrimento das ações no campo dos direitos e da cidadania. Podemos ver aí os efeitos das mudanças no plano mais amplo de alianças expressas pelos financiamentos obtidos, como as que vêm de programas governamentais, ou mesmo a expressão dos novos rumos da cooperação internacional, com suas exigências produtivistas. Talvez já haja nesses casos conseqüências de alianças que vêm sendo feitas com o setor empresarial através de financiamentos.

Esta última área de interações é a que chegou mais tarde e a meu ver ainda não estão claros os rumos e mesmo as características das relações assumidas entre as ONGs e a filantropia empresarial. Por um lado, a observação dos espaços em que se dão encontros e seminários, em que se constroem redes e discursos, assim como também as estratégias explicitadas nas relações de ONGs e entidades do investimento social, revela uma relação mais excludente e concorrente do que no caso, por exemplo, do universo assistencial. Claro, a atuação histórica das ONGs nos terrenos da oposição política, da construção de organizações populares e sindicais, da criação do espaço público, coloca-as naturalmente em campo diverso do empresarial, sobretudo se consideramos as características do desenvolvimento histórico deste último no Brasil. As ONGs têm, nas relações com a filantropia empresarial que entra nos seus terrenos de atuação social e política, mais um campo de medir diferenças e forças, alianças ou conflitos, de disputa por projetos, espaços ou – para alguns – hegemonia na sociedade.

No entanto e por outro lado, novas dinâmicas e ideários no fim de século que favorecem a expansão da lógica de mercado e têm, no campo social, agentes significativos na área da filantropia empresarial impõem alguma complexidade nessas disputas. Como diz Ana Quiroga em pesquisa recente sobre o tema, em que sugere a existência de “ONGs de última geração”: “Por múltiplas formas (exigências de financiamento, exigências de avaliação, por concorrência entre organizações, ou por incentivos de concursos e premiações), as entidades de atuação no campo social são compelidas a adotar critérios, metodologias e formas organizacionais nas quais predominam um padrão ou estilo empresarial de ação. Isto vai se refletir não apenas na modificação dos quadros de pessoal envolvido, como na metamorfose dos objetivos e ‘missões’ das organizações e nas formas de gestão de seus programas sociais. Assim, a introdução de novos cargos (gestores, captadores de recursos, gerentes financeiros e de recursos humanos etc.) e estratégias de ação (auditorias, busca de selos de qualidade, concorrências etc.) passam a integrar o universo das organizações de atuação da

esfera social” (Quiroga, 2001). A isso estão também sujeitas tanto as ONGs antigas como, sobretudo, as novas. Basta, por exemplo, percorrer a recente vaga de concursos e premiações de entidades e projetos, realizados no geral por agentes e instituições ligadas ao campo empresarial, em que ONGs – das mais veteranas – têm recebido distinção, com o destaque devido na mídia (prêmio Bem Eficiente, selo da Abrinq, prêmio Itaú-Unicef etc.). São processos em que as ONGs tendem a se indiferenciar no conjunto de iniciativas do campo dito assistencial, que também é premiado, assim como são reconhecidas com base em lógicas mais afeitas ao mercado (quando o beneficente vira Bem Eficiente). Haverá conseqüências contraditórias na criação de identidade e reconhecimento social, em termos do que se está tratando aqui.

O contexto legal e as definições oficiais

Os debates e articulações em torno do estabelecimento de marcos regulatórios na relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil são momentos em que definições e identidades estarão particularmente em questão. É contexto tanto mais significativo quanto estarão em jogo as definições oficiais, fonte por excelência de legitimidade.

Esses processos – dos quais a Lei nº 9.790 de 1999 que qualifica as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e institui o termo de parceria é, talvez, o mais significativo – não serão aprofundados aqui em suas diversas dimensões e ficam como indicação de fenômenos a serem considerados para o que nos interessa. A análise das dinâmicas de debates, articulações, alianças, oposições e consensos produzidos nesses contextos daria por si só um estudo sobre o estado atual de recortes e classificações entre as organizações da sociedade civil brasileira.

Sobre o pano de fundo de mudanças na esfera pública no Brasil dos anos 90, onde se cruzam a reforma do Estado, novas disputas pelos rumos do desenvolvimento e a constituição de um campo de discussão de agenda social em que se reposicionam as organizações da sociedade civil, é que se modificam as formas de ordenamento

jurídico. Isso inclui tanto iniciativas por parte do governo como, sobretudo, dinâmicas de comunicação e interação entre atores ligados à sociedade civil. Podemos pensar esquematicamente que as pressões de entidades dos mais diversos setores para terem reconhecimento oficial e acesso a fundos públicos, através de mecanismos transparentes, e o interesse governamental em construir parcerias como uma visão estratégica e mesmo como uma ideologia acabaram por convergir para a emergência de um espaço de negociação, uma arena onde os atores tiveram de produzir um compromisso que rompia com a imobilidade e o vazio regulatório. Tratava-se de definir como e quem poderia se beneficiar e atuar como agente de interesse público e como prestador de serviço público.

Esse processo de discussão – inaugurado por volta de 1995-1996 – não só levou a um novo momento classificatório das organizações da sociedade civil como também à particular afirmação e visibilidade da idéia de terceiro setor (tratava-se, na versão oficial, da elaboração de um “Marco Legal para o Terceiro Setor”), em que pese o concomitante e contraditório questionamento da expressão por participantes do processo, como foi o caso da própria Abong. Formou-se aí mais um espaço de disputas de significados entre entidades da sociedade civil.

Deve-se notar que esses processos tornaram-se tanto mais significativos quanto foram inúmeros os atores da sociedade civil que se envolveram no diálogo, entre si e com o governo, do qual a Comunidade Solidária foi a organização que liderou a iniciativa⁷. Deve-se destacar ainda que, também nesse momento, a interação das ONGs (representadas pela Abong e outras entidades) com o campo da ação empresarial (representado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)) e com o campo da assistência social (de representação mais dispersa) teve peso

7. O discurso explicitado pelo governo nesse processo teve como principais elementos o fortalecimento do terceiro setor, a necessidade de “separar o joio do trigo” (isto é, as entidades que são de fato filantrópicas das fraudulentas, como as que recebem lucro disfarçado ou desviam recursos) e a tese de que o governo não é capaz, sozinho, de enfrentar a questão social – donde a necessidade de parcerias com a sociedade civil organizada.

particular, acarretando mais uma vez a criação de distinções e campos de identidade comum⁸.

Vale lembrar que, já no início dos anos 90, houve movimentações em torno do enquadramento legal das ONGs, processo em que a sua identidade institucional esteve particularmente em foco.

Isso em virtude de que, entre as motivações que deram origem à própria constituição da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), em 1991, havia problemas relacionados à heterogeneidade do estatuto jurídico das suas futuras associadas. Por essa época, o governo Collor implantou o plano econômico que bloqueava os depósitos bancários de milhões de pessoas físicas e jurídicas, entre as quais a maioria das ONGs – as quais tiveram, portanto, seu trabalho paralisado. Entre estas, porém, havia umas poucas entidades que, desenvolvendo atividades educacionais e/ou de assistência social, tinham obtido o certificado de filantropia, o que lhes permitiu ter os seus recursos desbloqueados por uma medida provisória do Executivo. Evidenciou-se, por um lado, que havia uma desigualdade entre as ONGs quanto às possibilidades de acesso a fundos públicos e que eram poucas as que tinham o certificado de filantropia; por outro, revelou-se que não havia reconhecimento legal para a especificidade das práticas levadas a cabo por esse tipo de organização. Esse fato impulsionou o processo de afirmação da identidade coletiva desse campo das ONGs.

Já posteriormente, na criação do Marco Legal para o Terceiro Setor, o debate no contexto de convergência de interesses entre as ONGs e a iniciativa do governo Fernando Henrique Cardoso (principalmente a Comunidade Solidária) de proceder à mudança da lei provocou

8. Entre os diversos espaços de diálogo, elaborou-se nesse processo um documento-consulta, enviado a um conjunto de interlocutores. Para uma idéia indicativa dessa diversidade, foram considerados como consultores, além dos representantes governamentais e os do Conselho da Comunidade Solidária, cerca de vinte organizações da sociedade civil de origem variada (clubes de serviço, como Lions e Rotary; entidades assistenciais de origem religiosa plural, como o Lar Fabiano de Cristo, da área espírita, ou a Pastoral da Criança, católica, ou ainda a Vinde, evangélica; ONGs, como a Fase, Ibase, Iser, Polis; fundações, como a Vitae etc.) e várias "organizações guarda-chuva", como o Gife, a Abong, a Rede de Formadores de ONGs, a Federação das APAEs (Associações de Amigos e Pais dos Excepcionais), a Associação de Gerontologia, o Fórum Nacional da Ação da Cidadania, o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e outros.

formulações significativas por parte dessas entidades representadas pela Abong quanto a seus papéis e identidades comuns. A título de indicação e reproduzindo idéias contidas em documentos e em depoimento de um de seus diretores, exemplifico o que foi visto então como dilemas a serem enfrentados.

- “O primeiro dilema diz respeito à necessidade de diferenciar a sua (das ONGs) posição de defesa do fortalecimento das organizações da sociedade civil e da esfera pública não estatal de outra lógica que também defende aquele fortalecimento, ou seja, a lógica privatista e de minimalismo estatal de cunho neoliberal.
- O segundo dilema coloca-se pela contraposição de dois objetivos relevantes: (1) a necessidade de afirmação da sua identidade específica frente a outros segmentos do chamado Terceiro Setor, através de legislação apropriada; (2) sua responsabilidade pela defesa não apenas de interesses específicos das ONGs, mas de questões de interesse público e de compromisso com a constituição de uma esfera pública ampliada, como o fortalecimento da assistência social enquanto política pública e expressão de direitos, e a necessidade de limpeza do campo das entidades assistenciais filantrópicas da corrupção e da fraude. Este dilema foi e está sendo resolvido na prática pela opção pela posição menos corporativa e mais universalista.
- O terceiro dilema diz respeito a como conciliar o esforço de renovação da assistência social e da filantropia – eliminando as falsas entidades ditas beneficentes – com a defesa das políticas sociais de maneira geral, face à orientação fiscalista do governo atual (agravada após a crise e o acordo com o FMI).” (Cf. Durão, 1999)

Deve-se observar que a posição da Abong foi incorporada ao diálogo político descrito acima, no qual se gestou a futura Lei nº 9.790/99, ganhando legitimidade e reconhecimento oficial através do documento-

base de 1997⁹. Esse documento formulou-a nos seguintes termos: “É necessário incluir também as chamadas ONGs (organizações não-governamentais) cuja atuação não configura nenhum tipo de complementaridade ou de alinhamento aos objetivos de políticas governamentais, e nem, muitas vezes, de complementaridade à presença do Estado. Ao lado das instituições que complementam a presença do Estado no desempenho de seus deveres sociais e ao lado daquelas entidades que intervêm no espaço público para suprir as deficiências ou ausência da ação do Estado, devem ser também consideradas, como de fins públicos, aquelas organizações que promovem, desde pontos de vista situados na Sociedade Civil, a defesa de direitos e a construção de novos direitos – o desenvolvimento humano, social e ambientalmente sustentável, a expansão de idéias-valores (como a ética na política), a universalização da cidadania, o ecumenismo (*latu sensu*), a paz, a experimentação de novos padrões de relacionamento econômico e de novos modelos produtivos e a inovação social etc.”

Portanto, parece-me que de forma inédita o nome ONG se viu incorporado às definições oficiais sobre o associativismo no Brasil, marcando sua identidade específica. Esse processo foi – e tem sido – espaço de construção de identidades, onde não estão ausentes também a tensão e movimentos contraditórios. Afinal, são processos em que também se afirma, independentemente de posições políticas em contrário, a idéia de terceiro setor, tão questionada pela Abong. Finalmente, é momento de reconhecimento e afirmação de diferença com relação a “outras OSCs com fim público” e, concretamente, as que fazem parte do campo empresarial e da assistência social. Como diz ainda Jorge Eduardo Durão, “o recorte operado pela lei das OSCIPs parece à primeira vista representar por si só um avanço no enfrentamento da questão e na possibilidade da construção de alianças entre ONGs, Fundações Empresariais, Entidades de Assistência Social e outras OSCs com fim público” (Durão, 1999).

9. Trata-se da Sexta Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, realizada no dia 6 de outubro de 1997, sobre o Marco Legal do Terceiro Setor.

Indefinições estratégicas

“Quando acordou, tava morto!” era o final de uma fala humorística que me ensinaram no jardim-de-infância para recitar na festa caipira e que fez muito sucesso entre os adultos lá de casa. A frase me vem à cabeça nesses tempos em que as palavras perdem o seu sentido num piscar de olhos e quando nos damos conta, quando acordamos, de que o que era uma coisa passou a significar outra, muitas vezes o seu contrário. São astúcias de um sistema que, na sua face contemporânea e de forma particular, rouba significados e, com enorme rapidez, desorganiza e confunde relações e idéias construídas no tempo.

Na questão de identidades aqui discutidas, esse ambiente ideológico dominante, correspondente ao (utilizo a palavra desgastada) contexto neoliberal, é fator particularmente desestruturador. Mesmo superficialmente, ou seja, sem tentar teorizar e analisar aqui os mecanismos complexos e contraditórios através dos quais isso se dá, valem observações sobre processos recentes.

Por exemplo, tomemos um dos casos centrais e conhecidos, entre as expressões e conceitos revisitados pelo campo acadêmico e político nos anos 80-90: o de sociedade civil, debate obviamente de particular interesse para o campo das ONGs. Nesse caso, é interessante que se considerem processos de natureza diferenciada, como o são a abordagem analítico-teórica e o uso estratégico e político da expressão (cf. desenvolve Costa, 1996). Como se sabe, o conceito ganhou visibilidade e relevância político-estratégica a partir dos movimentos de transição democrática tanto na Europa Oriental como também na América Latina.

Por aqui, como tem sido apontado, a idéia de sociedade civil serviu de bandeira dos movimentos de oposição ao regime militar, englobando movimentos e associações diversas e assumindo uma conotação de não-Estado, ou anti-Estado. No caso particular das ONGs, elas foram construídas num pólo político onde predominaram as concepções de sociedade civil enquanto espaço de disputas de interesses e de criação de hegemonia, onde eram fortes as inspirações gramscianas e onde o horizonte socialista estava presente, pois, durante os anos 80, o termo

“sociedade civil”, ao mesmo tempo em que se tornava moeda corrente e banalizada no campo da política e da ação social, foi paulatinamente apropriado por concepções liberais e usado em sentidos bem diversos dos precedentes. Através de agências multilaterais – do governo, de fundações internacionais (sobretudo norte-americanas) –, a idéia de “sociedade civil” tornou-se marcada pelas noções de homogeneidade e colaboração, não se excluindo entre seus usos e abusos a funcionalidade em projetos de retração do Estado e a legitimação de políticas meramente compensatórias. É um conceito que tem sido usado para justificar estratégias políticas potencialmente incompatíveis, com predominância, no Brasil, das conotações liberais em seus diversos matizes.

Não só estão em jogo ressemantizações, mas também a introdução na cena dos anos 90 de novos termos, sendo inevitável aqui mencionar a tão polêmica e criticada idéia de terceiro setor, sem qualquer densidade conceitual, mas que é usada freqüentemente como sinônimo dessa “sociedade civil”, nos termos apontados acima. Um estudo das condições sociais e institucionais da produção dessa categoria certamente teria de reservar um lugar de peso para agentes ligados ao campo das fundações, da filantropia empresarial, de organizações não-governamentais ou organismos multilaterais de desenvolvimento, de centros universitários de fronteiras com o campo da ação política e social. Sendo o objeto em questão, como se sabe, organizações privadas que se pretendem sem fins lucrativos e com finalidade pública, o deslocamento, no Brasil, do já famoso “organizações não-governamentais” para algo que evoca “setor”, um “terceiro setor”, merece atenção. Digamos que o termo tem uma determinada função dentro de uma discussão que se vem desenvolvendo sobre essas chamadas organizações privadas sem fins lucrativos, apontando para fenômenos, práticas e concepções que ganharam relevância no final do século. Terceiro setor não é termo neutro. Em primeiro lugar – mais do que o transnacional ONG, por exemplo –, tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto em que associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado. Certamente,

portanto, é expressão que aqui chega carregada de pressupostos e conotações que antes de mais nada complicam sua operação, sem mediações, no contexto da sociedade brasileira. E, se analisarmos os canais através dos quais a expressão vem sendo mais disseminada, acredito que chegaremos ao terreno do mercado: é usada amplamente e de forma naturalizada sobretudo por empresas, fundações e organizações dedicadas à chamada filantropia empresarial, ou investimento social.

Terceiro setor evoca colaboração e positividade de interação, diluindo a idéia de conflito ou contradição e tendendo a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas (e talvez da história) do Brasil.

Acrescente-se o fato de que o cenário atual no qual a idéia se afirma é propício a interpelações quanto à sua funcionalidade, quando está em jogo o desmonte dos direitos e a diminuição da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais. De fato, freqüentemente terceiro setor é utilizado, implícita ou explicitamente, para produzir a idéia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é uma espécie de panacéia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais – como na resolução do problema do emprego, por exemplo.

Como é sabido e pelo que foi exposto acima, as ONGs filiadas à Abong vêem-se na necessidade de criar distinções e críticas com relação às idéias sobre organizações da sociedade civil e seus papéis veiculadas por meio do recém-chegado termo “terceiro setor”. Esse é um contexto em que se tende a reafirmar as diferenças de interesses que compõem esse universo. É esclarecedor reproduzir aqui, quanto a isso, um texto recente colocado em debate em espaços da Abong, em que está em jogo sua identidade, no contexto da afirmação da idéia de terceiro setor: “A inclusão das ONGs no universo do chamado Terceiro Setor – denominação às vezes usada no discurso do governo FHC como idêntica a Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de interesse público – implica não apenas a colocação de problemas de natureza conceitual, mas coloca novos desafios para as ONGs no tocante à já por si complexa questão da sua identidade, uma vez que esta subsunção no Terceiro Setor representa para as ONGs uma ‘identidade’ que lhes é atribuída

pelo pensamento liberal ou ‘outorgada’ pelo Estado. As ONGs e o chamado Terceiro Setor são claramente objetos de disputas de significado, ou seja, constituem um campo em que se trava uma luta por hegemonia, disputa na qual já perdemos muito terreno na ‘direção intelectual e moral’ (Gramsci) da sociedade. Entendo que a grande maioria das associadas da Abong recusa as teorias dos ideólogos neoliberais sobre o Terceiro Setor, que, nas formulações originais daqueles que forjaram o ‘conceito’, confundia-se com a sociedade civil como um todo (isto é, tudo aquilo que não era Estado nem mercado) e, em algumas leituras, implicava uma diluição absurda dos conflitos e contradições da sociedade civil, passando no caso brasileiro por cima da trajetória histórica concreta de ONGs, movimentos sociais e empresários, para atribuir a estes últimos uma suposta vocação comum com os movimentos e as ONGs na construção da democracia e no fortalecimento da cidadania” (Durão, 2001).

Interessante observar que há, à esquerda, concepções e agentes que contribuem para o tão problemático processo de indiferenciação. São os estudiosos e ativistas que criticam de roldão tanto o termo “terceiro setor” quanto “ONGs”, considerando-os como sinônimos e igualmente perniciosos – os termos e os fenômenos por eles indicados – por indicarem desmonte do Estado e projeto de substituição de direitos por filantropia. Paradoxalmente, essas concepções de um estatismo arraigado, em que se reduz o público ao estatal, contribuem para a conformação do campo de idéias dominantes que eles próprios combatem.

Notas finais

São diversos os contextos em que a Abong e as ONGs que se colocam no mesmo campo de trajetórias, redes de relações e ideários vêm afirmando sua identidade distinta, nos últimos vinte e cinco anos. Ao que tudo indica – e pelo que vem sendo sinalizado nos vários textos, articulações e encontros recentes no meio – estamos em mais um momento em que as discussões sobre identidade se colocam na ordem do dia. Como foi sugerido, isso traduz as transformações que objetivamente vêm-se dando

tanto no espaço social, onde delimitações entre perfis de determinadas organizações da sociedade civil concretamente se tornam difusas, como também no plano dos significados socialmente atribuídos a elas.

A última citação é exemplar no sentido das questões colocadas nos finais dos anos 90 no terreno da luta simbólica, em que a “confusão” se dá com base em concepções que se tornam hegemônicas e ocultam a diversidade de interesses e objetivos que compõem o campo associativo brasileiro. Novos atores de peso colocam-se agora nesse processo, num movimento de atribuição de identidades às ONGs. São tempos em que a sociedade civil e as organizações voltadas à ação social tornam-se importantes objetos de *marketing* na venda de projetos referentes a uma nova agenda social, em que a reformulação das relações entre Estado e sociedade é ponto de destaque. Aparentemente, ainda concordando com a asserção acima, vem-se perdendo terreno em uma disputa política na qual o plano simbólico é relevante.

Mais uma vez, como foi dito, a Abong é um espaço onde essa discussão vem sendo travada e não faltam asserções normativas recentes – e crescentes – quanto à necessidade de reafirmação dos compromissos das ONGs com a sociedade, os quais “se materializarão em projetos cuja viabilidade depende da sua capacidade de disputar os significados de Estado, sociedade civil, público e privado (...) impondo-se às ONGs, principalmente às ONGs filiadas à Abong, a reconquista de uma identidade afirmativa” (Abreu, 2001). Ainda segundo Durão, no mesmo debate e refletindo a meu ver concepções hegemônicas na Abong, “nesse cenário, as ONGs têm como desafio crucial esclarecer se querem ser uma força funcional ao esquema de dominação ou se acreditam ter um papel anti-sistêmico, não funcional na sociedade”, em que propõe que se estabeleça uma política de alianças e se afirmem princípios básicos pelo conjunto de organizações do campo da Abong (Durão, 2001).

Arriscando uma opinião de ordem prática: se, por um lado, cabe à Abong, enquanto associação (a única que até agora constituiu-se e ganhou legitimidade como entidade de ONGs), exatamente esse papel na luta pela apropriação de um significado construído em história recente, por outro, até que ponto poderá exercer controle sobre processos de tamanha

força e amplitude que ocorrem na sociedade? Ou seja, até que ponto essa luta, colocada em termos da definição social do nome ONG, depende da nossa vontade, da afirmação de princípios, políticas de alianças etc., entre um conjunto relativamente reduzido de organizações, em que pese a legitimidade da associação? Aliás, quais os limites da possibilidade de definições formais de princípios comuns mesmo dentro da associação, a qual abarca, por sua natureza institucional, uma pluralidade característica do fenômeno organizativo que abriga?

Essas questões só podem ser resolvidas, como se costumava dizer, na prática, a qual inclui certamente essa afirmação de discursos e princípios pelo campo de organizações de que se trata aqui. Porém, o mais relevante, a questão de fundo, que é a da identificação e fortalecimento de um pólo de atuação na sociedade civil (será que o nome ONG atrapalha ou ajuda, a essas alturas?), depende da criação ou existência de acontecimentos, espaços, processos sociais que propiciem essa articulação e identidade em termos de horizontes comuns, ou seja, a afirmação de princípios por uma associação da natureza da Abong é elemento relevante por seu efeito polarizador, catalisador, convocador, produtor de significados políticos. Mas terá maiores conseqüências – fugindo do fantasma de uma atuação corporativa no mau sentido, ou isolada – à medida que haja espaços sociais que correspondam a essas manifestações institucionais.

Como indicação, sugiro que no crescimento recente de redes e articulações transnacionalizadas de atuação esteja-se criando, por excelência, um contexto em que as ONGs do tipo “histórico” ganham visibilidade e identidade, enquanto atores em um pólo “anti-sistêmico” da política.

Claro, a manifestação recente mais expressiva nesse sentido, sobretudo para o contexto brasileiro, é a realização do Fórum Social Mundial. Merecem ser aprofundadas quanto a isso não apenas as imagens que adquirem as ONGs nesse espaço, como também o seu papel na organização dos acontecimentos. Certamente repetem-se e se renovam, em espaço de expressiva e muito visível manifestação política e social das organizações da sociedade civil em sua pluralidade, as alianças que

caracterizam um campo de oposição e de formulação de alternativas à longa conjuntura dita neoliberal e globalizada da cena contemporânea, espaços em que as chamadas ONGs construíram o sentido de sua atuação, ao mesmo tempo para cuja consolidação contribuíram através do tempo. Esse é um momento de distinção, de efeito, de demonstração, antes do que de diluição de identidades, em que as naturais disputas por papéis e posições se dão no interior de um espaço cujos atores se reconhecem e se colocam, em conjunto – ao menos os que hegemonizam o processo –, em determinada posição no campo da política¹⁰.

A posição e a legitimidade assumida pelas ONGs nesses espaços têm raízes no tempo, dadas por sua história e por sua constituição institucional. Afinal e como se viu, as ONGs nascem com a vocação para o transnacional. Podemos ver nas histórias de construção do campo, desde os anos 80, o investimento e produção, por um conjunto de entidades e agentes, de qualificações, construção de canais, redes, formas de legitimidade no espaço do que se vem designando como “novos circuitos de poder internacionais”. É um *know how* adquirido por um conjunto de agentes e entidades da sociedade civil brasileira, no relacionamento com entidades internacionais, que abriu novas perspectivas para a ação política na era da globalização, da chamada “sociedade civil global”, como diz Átila Roque: “O caminho adquirido em anos de relacionamento com as agências não-governamentais de cooperação internacional abriu um campo de possibilidades e de experiências que distinguem esses atores de outros setores da sociedade civil” (Roque, 2000). Outras especificidades das ONGs, segundo depoimentos, vêm-

10. Observando-se as organizações que compõem o comitê organizador do Fórum Social: Abong, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), temos o leque conhecido e produzido nos últimos trinta anos dos movimentos sociais, sindicais, Igreja, ONGs. Como redes internacionais: Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC) e Centro de Justiça Global (CJG). O novo no ninho: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), o que parece desafiar o esquema aqui proposto e provocar novas análises para o futuro próximo, quanto ao campo de atores “por um outro mundo possível”. Já o peso efetivo do Partido dos Trabalhadores nessas articulações só vem reafirmar antigas alianças.

se atualizando na construção do fórum, como a de possuírem uma estrutura mais fluida que permitiria mais mobilidade e capacidade de negociação, diferentemente dos interesses corporativos presentes no campo. (E fica aqui sinalizada a questão controversa, também na ordem do dia, sobre a representatividade das ONGs.) Isso, sem falar em diversas agências internacionais que contribuem significativamente com financiamento para o fórum, eternas parceiras e componentes do processo de construção e afirmação das ONGs.

A frase não diz muita coisa, mas, para concluir, de fato estamos em um momento de encruzilhada em que a enorme diluição da identidade das ONGs que se construiu nos últimos vinte e cinco a trinta anos convive com espaços de sua reafirmação, não estando claros os rumos desses processos na sociedade civil brasileira.

Referências bibliográficas

- ABREU, Haroldo. Exposição no painel do seminário "Identidade, pluralidade e unidade na ação". Rio de Janeiro: Abong, 2001. www.abong.org.br.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e direita no espelho das ONGs*. Rio de Janeiro: Insight, *Inteligência*, agosto-outubro de 1999.
- COSTA, Sérgio. *Categoria analítica ou passe-partout político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Anpocs, Bib nº 43, 1997.
- DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. O impacto da reforma do Estado e a ação das ONGs. Palestra realizada no 19º Congresso da APAES – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Belo Horizonte, 27 a 29 de julho de 1999. mimeo.
- _____. Algumas teses para debate com a sociedade civil. 1991. mimeo.
- FERNANDES, Rubem César. *Sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: Iser, *Comunicações do Iser* nº 15, 1985.
- FERNANDES, Rubem César; PIQUET, Leandro. ONGs anos 90: a opinião de dirigentes brasileiros. Rio de Janeiro: Iser, 1992. Textos de pesquisa.
- QUIROGA, Ana Maria et al. Modernização e novas configurações do social: relatório final. Rio de Janeiro, Projeto Integrado de Pesquisa ESS/UFRJ, 2001. mimeo.
- LANDIM, Leilah (org.) *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1988.
- _____. A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutorado apresentada no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro. mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco de. Exposição no painel "Caminhos da institucionalização: cooperação internacional, Estado e filantropia". São Paulo: Entrelinhas, *Cadernos de Pesquisa CEBRAP* nº 6, 1997.
- _____. Exposição no painel do seminário "Identidade, pluralidade e unidade na ação". Rio de Janeiro: Abong, 2001. www.abong.org.br.

- OLIVEIRA NETO, Waldemar. *As ONGs e o fundo público*. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.
- ROQUE, Átila. *Cooperação internacional e democracia: agências não-governamentais européias e ONGs no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 2000. mimeo.
- SOUZA, Herbert de. *As ONGs na década de 90*. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.

Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?

Francisco de Oliveira*

Existe um consenso na datação do nascimento das organizações que vieram a se chamar “não-governamentais” no Brasil: é no período da ditadura militar nascida do golpe de Estado de 1964, mais precisamente a partir dos anos 70, que começaram a surgir tais organizações, nem empresariais, nem estatais. A denominação é de origem norte-americana, como é óbvio, e vem da tradição liberal. Hoje, ela causa certo mal-estar, que advém de uma definição pelo negativo, além de ter sido adotada também pela safra mais recente de organizações filantrópicas do novo credo ético das empresas. Isso tem levado as ONGs que eu chamo “cívicas” a perguntarem-se insistentemente pelas suas identidades, para não ficarem confundidas numa imersão indiferenciada.

O aparente paradoxo é, pois, o de que organizações de luta cívica tenham-se criado num dos períodos mais obscurantistas e repressivos da história brasileira, com uma clara identidade democrática e uma jamais negada luta pela cidadania. Enquanto agora, com uma democracia formal em pleno funcionamento, parece embaralharem-se os papéis e perderem-se os rumos: seriam agora as ONGs “cívicas” apenas organizações de ajuda humanitária entre outras, tendo-se perdido sua vocação democratizante? Ainda que eu, pessoalmente, considere que há um certo exagero a esse respeito nas preocupações das ONGs que estão na Abong, não se trata, em absoluto, de uma questão bizantina. No mundo dos simulacros, como diria Baudrillard, todos os gatos são pardos, ou parecem pardos; ou, numa perspectiva mais

* Professor titular de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aposentado. Coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da mesma faculdade.

rigorosa, a luta pelos significados, suas apropriações e ressemantizações, não é um capítulo à parte daquele que constituiu, exatamente, a origem das ONGs “cívicas”, as quais se fundaram exatamente numa conjuntura histórica em que a riqueza dos novos significados constituiu-se o terreno privilegiado onde a ditadura pôde ser derrotada.

A conjuntura histórica marcada pela ditadura militar se caracterizou exatamente pela impossibilidade de represar os novos significados na “camisa-de-força” da simplificação e reducionismo que toda ditadura quer dizer: pois estas, ao contrário de hegemônicas, são exatamente o demonstrativo de sua impossibilidade. Daí a “camisa-de-força”. Isso se mostra, para usar apenas um exemplo, na persistente tentativa militar de simplificar o quadro político nos estreitos marcos do bipartidismo.

O período de desenvolvimento econômico sob a ditadura militar só fez agravar as coisas. Acelerando ao máximo as transformações, do rural para o urbano, do agropecuário para o industrial e deste para o de serviços e o financeiro, a ditadura abriu a caixa de Pandora e não tinha meios para processar a nova complexidade trabalhada no bojo do próprio processo de diversificação econômica, da mudança da estrutura social e de uma sociabilidade em acelerada mudança simbólica. Só para recordar, foi na Copa do Mundo de 1970 que os brasileiros puderam ver ao vivo, pela televisão, a conquista da inesquecível copa, e na de 1974 já era possível vê-la, como se diz, “ao vivo e em cores”. A “via passiva” era simultaneamente *conditio sine qua* da transformação acelerada e impossibilidade de hegemonia pela própria aceleração.

É nessa conjuntura que nascem as ONGs “cívicas”. Elas não nasceram apenas como substitutos dos partidos, num quadro estreito: isso também é verdade, mas a marca específica do nascimento está muito mais ligada à crescente complexidade da sociedade brasileira. Os partidos, até certo ponto, têm de operar clivagens de classe e/ou de interesses, sob pena de não “representarem”. As ONGs, noutro registro, não necessitam operar as mesmas clivagens e recortes, são intérpretes da nova complexidade e até certo ponto seus demiurgos, no sentido de terem introduzido na agenda brasileira, política, simbólica e material, processos e identificações que o aparato simplificador da ditadura não

podia processar; e mais: no sentido de que a acumulação brasileira de experiências a esse respeito era claramente insuficiente. Daí o fato de que muito do novo processamento foi “importado”. Isso não tem nenhuma importância pejorativa, como constantemente se acusa as ONGs, e faz parte da tensão interno/externo que é marca constitutiva da formação brasileira desde a colônia. Em outras palavras, a “importação”, nesse caso, é nossa contemporaneidade defasada, para interpretar na trilha de Caio Prado Júnior.

As fundações internacionais de apoio às ONGs trouxeram, muitas vezes, essas novas formas de processamento e identificação dos novos problemas. A importância dessas “relações internacionais” esteve tanto na contribuição financeira que a ditadura negava e que a tradição paroquialista burguesa brasileira tornava impossível arrecadar recursos financeiros entre os setores privados e entre as famílias quanto – e talvez principalmente – nas “importações” que propiciaram. As questões de gênero e ambientais, para citar apenas duas das que as constituíram, desde logo, campos privilegiados das nossas ONGs “cívicas”, foram e tinham de ser “importadas”. Deu-se no marco de novas relações norte-sul, que passaram a existir no pós-guerra e sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, enriquecendo uma relação e um intercâmbio que anteriormente havia-se dado apenas em instâncias partidárias dos movimentos socialista e comunista mundial, e, noutro plano, com a frequência de estudantes de pós-graduação às universidades européias e norte-americanas.

Uma parte importante da sociedade brasileira permanecia rigorosamente provinciana, fechada aos frutíferos intercâmbios de outras experiências sociais e cívicas. Mesmo os movimentos socialista e comunista já haviam passado suas fases áureas e haviam-se convertido, sobretudo o segundo, já que o primeiro praticamente se extinguiu na Segunda Guerra Mundial, apenas numa administração burocratizada de diretrizes de ação política em apoio à ex-URSS. As ONGs e suas relações internacionais foram, assim, um importante elemento para colocar a sociedade brasileira em compasso com as novas complexidades e seus paradigmas, gerados primariamente alhures.

É da mesma ordem a relação com a universidade, entendida esta no sentido da produção do conhecimento. A grande maioria dos ativistas das ONGs tiveram e têm formação universitária, o que desde logo os armou para o entendimento das novas realidades. Na primeira fase das ONGs cívicas, o intercâmbio com a universidade foi fraco, e as ONGs deram mais à universidade do que receberam. Simplesmente porque a universidade esteve reprimida até os anos 70 e, em segundo lugar, por ser imensamente dificultoso introduzir novas atividades e campos de pesquisa na universidade, devido aos critérios propriamente acadêmicos que passam pela categorização teórica, conceitual e metodológica para somente então se converterem em currículos. Isso não é um defeito, mas um campo, no sentido de Bourdieu, que é próprio da universidade como produtora de conhecimentos, e na sua função docente na área da reprodução. As ONGs não requerem essa “academização” – sem sentido negativo – do conhecimento e por isso foram mais ágeis para enfrentar novas complexidades ainda não completamente codificadas em termos do conhecimento. Isso, se as desinibiu para avançar na ação sobre ambientes e campos não codificados, representou também um *handicap* que teve algum efeito em várias posturas e ações delineadas. A universidade recuperou-se e os novos temas estão, hoje, lotando os currículos e as grades de pesquisa por todo lado, e, de certa forma, a relação entre as ONGs e a universidade inverteu-se. Hoje, as primeiras têm mais necessidade do diálogo com a universidade do que nunca tiveram. E isso tem a ver com o caráter do que chamaremos provisoriamente “mercado” em que as ONGs atuam. A isso voltaremos rapidamente.

À época em que a complexidade acuou as instituições existentes, abrindo o espaço que as ONGs ocuparam tão eficaz e brilhantemente, sucedeu outra em que o movimento foi inverso. Tudo isso tem a ver com o caráter histórico desses momentos de abertura e de fechamento, dessa espécie de dialética entre a sistole e a diástole, para não pensar em “leis” históricas de caráter irreversível e irresistível. E há sempre uma combinação, nunca completamente simétrica, entre o externo e o interno, entre os processos de caráter mundial e os de caráter nacional e local. Passada a novidade de que maio de 1968 na França foi o zênite, a “nova” sociedade

pensada pelo movimento estudantil na França e Woodstock nos Estados Unidos, a rebelião contra a guerra do Vietnã – de que até Clinton fugiu –, a contestação guerrilheira na Bolívia e no Brasil, então a “nova” sociedade digeriu o novo e transformou-o em normalidade. No Brasil, a luta contra a ditadura terminou com a redemocratização e as palavras de ordem da complexidade cederam lugar ao reducionismo. A Constituinte incorporou o novo, inscrevendo-o nos termos constitucionais, incorporando diretrizes de gênero, de etnia, ambientais, justamente as que denunciavam a incapacidade sistêmica de lidar com a complexidade e com a indefectível contradição entre a mercadoria como idêntica a si mesma e a diferença.

No plano do discurso, as ressemantizações fizeram o longo trabalho de anulação da diferença, para jogar tudo num significado senão monoliticamente uno, mas pelo menos com altíssima dose e aspiração de univocidade. Tudo isso, saliente-se, não se dá apenas no plano do simbólico, do imaterial, mas justamente na produção material. A informatização, ou o que Laymert Garcia dos Santos chama “a digitalização da produção”, é intensamente reducionista, e não poderia deixar de transportar-se para o mundo da vida, como diria Habermas. No mundo do trabalho, eixo central da produção e da sociabilidade, a digitalização modifica a organização do trabalho a um ponto em que tudo parece se dar pela negação do trabalho: é uma espécie de virtualidade do capital, que captura todos os átomos de valor da atividade produtiva, sob qualquer forma, igualando-os a ponto de tornar-se uma não-forma. Entre o trabalho que se chamava informal e o velho trabalho padronizado, o segundo rege-se agora pelas antinormas do primeiro: flexível, polivalente, criativo, sem formas, para resumir. No plano político, por exemplo, a direita apropriou-se do termo “reforma”, antes apenas utilizado pelas forças políticas de orientação progressista e radical. Os historiadores do grande cisma cristão foram mais rigorosos: chamaram o protestantismo de “Reforma” e a reação da Igreja Católica de “Contra-Reforma”. Agora, modificações para fazer retroagir os direitos constitucionais foram chamadas de “reformas”.

Isso atingiu o mundo das ONGs de maneira radical. Essas lidam agora não com a complexidade, mas com o reducionismo, porque

parece, contraditoriamente, que toda a sua capacidade de inovação foi absorvida tão intensamente pela sociedade, uma espécie de vitória de Pirro, que já não cabe a atividade antes radical, inovadora e crítica. Entidades empresariais denominam-se também ONGs e dedicam-se a atividades que têm inscritas nas suas diretrizes os temas das ONGs: cidadania, pluralidade, diferença. Uma espécie de santidade e de beatitude anda no ar. *L'air du temps*. Evidentemente, ninguém pode, em sã consciência, ser contra uma nova atitude ética de homens de negócios.

O reducionismo opera com gradualismos, exatamente porque seu paradigma é o da continuidade e não o da ruptura. Então, os temas da nova complexidade são agora inscritos numa grade, num *continuum*, que vai da impossibilidade, que não é nem semanticamente aceita, à viabilidade do Banco Mundial. A distribuição da riqueza e da renda, por exemplo, é enquadrada nos *decis*¹ de uma distribuição estatística, como se essa fosse a própria realidade, com o que se volta à aceitação da pobreza como insuperável, posto que em qualquer situação haverá a possibilidade de aferir estatisticamente estratos de um *continuum*. O resultado é que as medidas também tornam-se graduais, realistas, viáveis, não porque a miséria não seja indesejável, mas porque ela é assim, estatisticamente. E deve ser vencida com gradualidade, atendendo aos estratos que a retratam e que “são” a pobreza. Para resumir: enquanto para uma antiga concepção socialista a miséria era um opróbrio e um desafio, para o pensamento reducionista ela é um estrato estatístico.

O fim do século foi do neoliberalismo como doutrina dessa volta ao privado, movimento da aparência, posto que, como as tragédias contemporâneas nos mostram – o 11 de Setembro é exemplar a esse respeito –, para a vitória do privado é preciso muito Estado. A vitória do reducionismo. Na pista do “realismo” gradualista, a utopia do possível, como denominou o próprio presidente Fernando H. Cardoso, as ONGs da democratização passaram a admitir a administração do possível para minorar a pobreza, pressionadas por todos os lados, desde a vitória semântica da direita até as promessas do Banco Mundial e os fundos

1. Medida estatística que permite separar os valores de uma série em 10 partes iguais.

internacionais, da Ford, Novib, Oxfam e inúmeras outras instituições internacionais de apoio, que tanto ajudaram no passado e hoje cobram realismo e viabilidade. Esse é o fenômeno de fundo. As ONGs da democratização foram engolfadas pela onda reducionista, mas sofrem de uma incômoda consciência de capitulação. Por trás do “realismo” insinua-se um movimento intenso de privatização da vida, das instituições e das políticas. Aparece, agora, *sans ambages*, uma espécie de corolário dessa privatização: o Estado não necessita ser desmontado institucionalmente, mas sim politicamente. Até iniciativas politicamente inovadoras, como o orçamento participativo, recurso de método para lidar com prefeituras e orçamentos dilapidados, numa espécie de fusão gramsciana entre Estado e sociedade civil, estão sendo aceitas e estimuladas como método administrativo, despolitizado. Aqui aparece a verdadeira face da privatização.

As ONGs da democratização recorrem, agora, à universidade para recuperar a inteligência do processo, já que foram mergulhadas, pelo êxito com que introduziram novos conceitos da complexidade e não pelo seu fracasso, numa espécie de “mercado” não-estatal – e que rapidamente se converte em antiestatal –, em que se misturam com entidades com as quais sentem não ter muito em comum, a não ser uma suposta identidade “pública não estatal”, para dizer nos termos de Bresser Pereira². Recuperam sua história, como nos informa o texto de Leilah Landim, buscam novas relações com a universidade, como nos orienta o texto de Luiz Eduardo Wanderley, vasculham as pistas das relações internacionais com doadores e outros parceiros, como no texto de Anthony Bebbington. E exploram virtualidades democráticas num novo campo conceitual, o das redes de uma sociedade em rede, como sugere Ilse Scherer-Warren. De certa forma, a pergunta é: onde nos desviamos de nossas orientações fundadoras, da antiga militância e da utopia? Poderíamos

2. Refere-se ao conceito de instituição pública não-estatal formulado pelo ex-ministro da Administração e Reforma do Estado:

PEREIRA, L. C. B. A reforma da administração pública. In: *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, cap. 16, pp. 269-294.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: mecanismos de controle. In: *Lua Nova*, São Paulo, nº 45, pp. 49-91.

encontrar, como Adorno e Horkheimer, na *Dialética do esclarecimento*³, a origem do mito fundador nesta sociedade civil da qual emergiram como decifradoras de sua modernidade. Mas seria pedantismo desrespeitoso buscar lá atrás, nessas histórias exemplares, um erro que não houve. Mesmo porque a história não se faz com base em tábula rasa. Houve acumulação desde que as ONGs cívicas ganharam visibilidade, houve vitórias, houve a criação de um novo discurso, o qual tem-se revelado eficaz política e socialmente. Só os humoristas mais empedernidos, que são ao mesmo tempo os mais engajados, como Millôr e Zé Simão, podem-se dar ao luxo de piadas infames, e o fazem até para “balançar o coreto” politicamente correto e lembrar que para além da aceitação que faria supor um novo campo discursivo à Habermas ainda existe muita infâmia contra as mulheres e os gays, terrenos onde as ONGs cívicas dão o bom combate desde há muito.

Mas é preciso reconhecer que uma nova complexidade requer uma nova reflexão e uma nova ação. O 11 de Setembro foi apenas uma espécie de estopim de uma bomba acumulada na *longue durée* do declínio dos direitos na sociedade capitalista desenvolvida. Dois exemplos bastam para dar conta da nova complexidade, para economizarmos uma longa discussão sobre a revolução molecular-digital que está na base dessas tendências. A crise norte-americana e a crise argentina são, por incrível que pareça, da mesma natureza. São duas sociedades de contrato, muito ao contrário da nossa, a sociedade do favor, na leitura de Machado de Assis-Roberto Schwarz⁴. O contrato na sociedade norte-americana está em plena crise: pela primeira vez na história dos Estados Unidos, existe uma polícia política interna, flagelo de que haviam se livrado até ontem. Quase como numa clonagem da sociedade brasileira, todo mundo é suspeito até prova em contrário. Na seqüência dos atentados de 11 de setembro, um

3. ADORNO, Theodor, e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

4. Sobre o assunto, consultar os ensaios de teoria e crítica literária de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis:

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, R. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

milhão de pessoas chegou a ser detido nos Estados Unidos, do espaço de um minuto às detenções que duram até hoje. Na Segunda Guerra Mundial, como se sabe, houve até campo de concentração nos Estados Unidos. Agora, na paz, toda a sociedade norte-americana é suspeita. Estão a caminho de uma sociedade policial. O caso da Argentina tem uma dramaticidade que nos diz mais de perto, porque o país platino tinha-se latino-americanizado havia apenas duas décadas, desde a desindustrialização de Martínez de Hoz. Agora, a sociedade argentina se liquefaz. Não é uma crise passageira, mas uma iluminação intensa – essa é a ironia do termo “Iluminismo”: nenhum contrato está sob garantia, vale dizer, nenhum direito. E o capital é atrocemente cruel: sobretudo os contratos que têm o signo do dinheiro não podem valer soberanamente. Todos os demais são secundários em relação ao valor. Collor de Mello já nos havia mostrado esse lado, mas não levamos muito a sério aquela *avant-première*; afinal logrou pôr um termo ao que parecia ser um mero desvario de um louco alagoano.

Para as sociedades como a nossa, em que o contrato mal arranhou a superfície de práticas e de uma sociabilidade paternalista-patrimonialista, e o que deveria ser novo – o contrato mercantil – sempre se escondeu nas dobras do velho – a carteira de trabalho assinada para as empregadas domésticas junto com o jeitinho de trabalharem horas extras sem indenização –, o impacto é menos visível, mas nem por isso menos letal. Como algum cronista já lembrou, Collor de Mello seqüestrou os ativos financeiros, entre os quais a popular caderneta de poupança, e nada aconteceu – nenhum “panelaço” –, enquanto as burguesias encontravam todos os argumentos, o jeitinho juridicamente embasado, para sacar seus ativos. Na invisibilidade, a dominação do capital opera mais eficazmente, e a privatização se insinua por todos os poros.

É para isso que as ONGs da democratização estão sendo agora chamadas. Para tentarem, como já ajudaram a fazer no passado, uma nova construção, uma nova decifração da complexidade que avassaladoramente subjuga todos os outros significados. Aprendemos no passado, com Marx, para os que foram buscar nessa fonte, que o capital é uma relação social. Estamos agora diante de uma nova

complexidade em que o capital aparece como virtual, uma espécie de rei Midas que nem sequer precisa tocar para transformar tudo em mercadoria. Todos os campos estão invadidos por essa virtualidade, até mesmo – e aqui principalmente para nossos propósitos – o campo da solidariedade e (por que recusar o termo cristão?) o campo da caridade. Não há o outro para perfazer a relação. Há só o idêntico a si mesmo. Não é de busca de identidade que precisamos, mas de busca da heterogeneidade, da diversidade de vozes e de perspectivas. O idêntico é a mercadoria que adota uma única forma, daí o reducionismo para reproduzir-se. A concorrência, em sua fase imperfeita, gerava um movimento que ia na direção contrária, um movimento de diferenciação, com a elevação da taxa de lucro; a reprodução “normaliza” outra vez a taxa de lucro. Essa dialética reproduz-se em todas as esferas e hoje ainda mais com o capital virtual comandando todas as operações sem territorializar-se nelas. Isso é o mercado contemporâneo. As ONGs estão imersas nesse movimento. Para sair dele, faz-se preciso, outra vez, interpretar e agir na nova complexidade, que não poderá ser mais simplesmente a vigência completa do contrato mercantil, mesmo que esse pudesse ter sido revolucionário até anteontem. Agora, a decifração exige a ultrapassagem do contrato para fundar uma sociedade de direitos.

Há indicações de uma exaustão do neoliberalismo em suas formas de políticas e sobretudo da condução da economia. Os fracassos contundentes na periferia do sistema, de que o caso argentino é o exemplo extremo, podem dar lugar à ilusão de que o ciclo neoliberal se esgotou, mas seria confiar no “eterno retorno” pensar que o fim do ciclo neoliberal anuncia um outro que reverta os prejuízos. Sem a vontade de mulheres e homens, a economia como a política não têm nenhum automatismo *sponse sua*. Ao contrário, as perdas foram enormes e em alguns casos talvez irreversíveis durante um longo período. Mas o perigo principal reside na destruição da noção de futuro, na eterna presentificação que tudo justifica, na desqualificação material e semântica dos sujeitos. Esta ainda tem muito fôlego e simplesmente anula a noção de política, para substituir tudo pela administração, como já nos advertiram sombriamente Adorno e Horkheimer. É para isso que é preciso chamar a atenção das

ONGs da democratização. As aquisições cidadãs que fizeram, e de que foram demiurgas, somente tiveram êxito – e assim mesmo relativo – enquanto instauraram e materializaram, em alguns casos, a reivindicação da “parcela dos que não têm parcela”, no dizer de Rancière⁵, o desentendimento ao invés do apregoadado consenso. A tendência em curso de transformar toda a política em calculabilidade – e as ONGs fazem isso muito bem – da viabilidade tende a transformar as ONGs em administradoras do consenso, em ventríloquos da escassez, que se imporá necessariamente numa economia capitalista. É preciso não esquecer o mais óbvio: trata-se de uma economia capitalista, e isso deveria dizer tudo. Trata-se de um sistema que não distribui automaticamente, e mesmo ali onde o capitalismo logrou parcialmente essa façanha, na abundante sociedade norte-americana, o fenômeno está em franca regressão. O minimalismo da viabilidade pode estar-se transformando numa perigosa administração da pobreza, e aí as ONGs da democratização estarão derrotadas. Será trágico e não apenas irônico que a administração da pobreza transforme as ONGs da democratização em *ersatz* de empresas não-lucrativas que administram recursos para a reprodução, cuja lógica é a do lucro: esse é o caso, por exemplo, dos chamados “bancos do povo”, hoje badalados na experiência internacional, cuja referência principal é Bangladesh. A teoria por trás disso tudo é, por incrível que pareça, a do capital como sociabilidade, aquilo que em Hernán de Soto soava ridículo: trabalhadores informais são apenas empresários cuja capacidade de iniciativa é bloqueada pelo Estado; demos-lhes os recursos que os transformarão em schumpeterianos exemplares e, pelo mesmo percurso lógico, em bons cidadãos. No fundo, uma volta completa ao paradigma do *bon sauvage* em versão contemporânea. É a falta de capital que os teria transformado em marginais, cidadãos precários e, em alguns casos, criminosos; não é a exploração. É a isso que chamo “atender às necessidades da nova complexidade”, entender a mutação do trabalho, que a falta de teoria chamou de “informal”; um desvio na rota da universalização do contrato, devido a heranças do passado escravocrata, passou a ser o padrão desejado, a ser pós-moderno,

5. RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Editora 34, 1996.

funcional para o capital. Para citar apenas um dado da “nova” economia. Parece banal, mas a condição principal para as ONGs da democratização manterem-se como integralmente demiúrgicas, vozes do novo, é a radicalidade da denúncia, menos que a modernidade da competência.

Redes e sociedade civil global

Ilse Scherer-Warren*

Introdução

No mundo globalizado há uma tendência tanto das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais¹ em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes quanto do pensamento científico em criar modelos analíticos e categorias que dêem conta dessa realidade. Os atores dos movimentos tendem a conceber a rede como uma categoria empírica, isto é, como um meio real ou virtual ou, ainda, como uma imagem das novas formas de articulações solidarísticas e políticas da sociedade civil. No pensamento científico, os estudos das ações coletivas na perspectiva de redes ora as tratam como um elemento da sociedade da informação que, em si, estrutura-se cada vez mais sob a forma de redes, ora como uma metodologia adequada para investigar essas ações na sociedade complexa, ou, ainda, como uma nova forma de relações/articulações dos movimentos no mundo globalizado, cujas características merecem novas formas de entendimento².

Este trabalho pretende trazer subsídios para pensar, analisar e avaliar as ações coletivas enquanto redes que possam ser relevantes para a reflexividade³ tanto dos atores da sociedade civil como de seus analistas. Nesse contexto, as dimensões solidarísticas e estratégicas das redes de organizações civis já têm sido bastante exploradas, mas merecem ser reequacionadas com base na ótica que propomos aqui. Trata-se de acrescentar uma nova dimensão – a do pensamento crítico – e examinar como ela pode vir a realimentar e redefinir as dimensões anteriores, e vice-versa, numa dialética entre prática e teorização da realidade.

* Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Colaboraram, realizando levantamentos e codificação de dados e informações e discutindo a versão original, os bolsistas do CNPq Fábio Carminati, Melissa Santana de Oliveira e Viviane Ribeiro Corrêa.

1. Para minha definição dessas categorias, vide Scherer-Warren, 1999 e 2001.

2. Para mais detalhes sobre essas abordagens, vide Scherer-Warren, 1999, p. 52.

3. No sentido dado por Lash, 1997.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que os movimentos sociais avançarão na sociedade complexa, globalizada, informatizada, à medida que aprofundarem formas de relações sociais já emergentes – a solidariedade local e planetária –; fortalecerem-se politicamente e ampliem sua legitimidade na sociedade civil como um todo, através de ações complementares – as redes estratégicas que conectam as ações locais com as globais –; e se avaliarem constantemente através de uma reflexividade ancorada numa relação teoria-prática, que busca entender a complexidade da sociedade contemporânea e acompanhar seu dinamismo, superando as ortodoxias teóricas e os fundamentalismos ideológicos que já não acompanham os fluxos da mudança social – contemplar a dimensão do pensamento crítico.

Sobre a dimensão da solidariedade

Se no passado a dimensão do conflito entre grupos opostos (ou situação sistêmica) tendia a ser o principal recurso ideológico legitimador de uma ação de mobilização coletiva, hoje o apelo à solidariedade passa a ser crescentemente um recurso legítimo para mobilizações sociais e, especialmente, para a criação de novas formas de associativismo e ampliação da participação do voluntariado. Foi ao encontro desse espírito coletivo que o Ano do Voluntariado (2001) foi concebido.

Em face de um mundo de complexidade crescente, de maior encontro e, freqüentemente, confronto entre culturas diversas, será no apelo à solidariedade entre povos e culturas que a intersubjetividade coletiva pode-se formar com mais facilidade. Como na imagem da “vítima”, conforme descrita por Dussel (2000, p. 520), enquanto sujeito negado, que se redescobre nos movimentos ou comunidades intersubjetivas, na diversidade da comunicação difícil, porém inspirado por uma “esperança solidária” (p. 531). E será através de um continuado reencontro do sujeito, por meio de redes solidarísticas, que dizem respeito a suas múltiplas referências identitárias, que uma intersubjetividade coletiva intercultural vai-se constituindo, como no exemplo fornecido por Dussel (p.520) a respeito de uma personagem emblemática latino-americana:

Desta maneira o “sujeito” feminino (o gênero) de Rigoberta Menchú é também o sujeito indígena (a etnia), de cor morena (a raça), em terras devolutas (a questão ecológica), sem direitos (exclusão jurídica), sem participação na sociedade civil dominada (o político), pobre (o econômico), camponesa (a classe), analfabeta (a cultura formal), guatemalteca (o país periférico) etc.

Todavia, a identidade, o diálogo e a solidariedade nem sempre andam juntos, segundo Gadotti, referindo-se às conclusões do relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI:

A exigência de uma solidariedade em escala mundial supõe, por um lado, que todos ultrapassem a tendência de se fecharem sobre si mesmos, de modo a abrir-se à compreensão dos outros, baseada no respeito pela diversidade ... a noção de identidade se presta a uma dupla leitura: afirmar sua diferença, descobrir os fundamentos da sua cultura, reforçar a solidariedade do grupo podem constituir para qualquer pessoa passos positivos e libertadores; mas, quando mal compreendidos, este tipo de reivindicação contribui, igualmente, para tornar difíceis e até impossíveis o encontro e o diálogo com o outro. (Delors apud Gadotti, 2000, p. 139)

Encontram-se justamente aí os perigos de identidades ameaçadas, nos contextos globalizados e multiculturais, virem, ao afirmar suas identidades específicas, a desenvolver ou aprofundar fundamentalismos étnicos, religiosos ou de outra natureza. Nesse sentido, a solidariedade em si mesma não é salvaguarda da alteridade, do mútuo respeito às diversidades. A ação solidária será emancipatória, em direção à realização de uma cidadania plena, à medida que for acompanhada por um pensamento crítico e auto-reflexivo em relação a suas práticas e experiências.

Experiências inovadoras, em que o trabalho voluntário adquire uma feição de luta pela cidadania, encontram-se em ações educativas com populações carentes, excluídas, deficientes etc., em grupos de economia solidária, em movimentos de saúde, ecológicos, entre outros. Essas experiências fecundam-se mutuamente à medida que seus mediadores e

sujeitos envolvidos trocam experiências e desenvolvem a auto-reflexividade através de suas redes. Esse é o caso, por exemplo, do Movimento pela Ecopedagogia, criado depois dos debates e experiências compartilhadas por elos da rede de ecologistas e educadores formada na Eco 92, que visa desenvolver a cidadania planetária mediante ações educativas e de solidariedade, isto é, que incorporem as dimensões política, social, econômica, civil e intercultural da cidadania, além da sustentabilidade ecológica (vide Gadotti, *op. cit.*).

Outro caso de amplo crescimento associativista refere-se às redes de economia solidária, que visam à geração de emprego e renda a populações excluídas do mercado formal de trabalho. Porém, não se trata apenas de uma alternativa de sobrevivência, mas de uma maneira de promover a cidadania e o “capital social”, isto é, “formas de organização social e elementos de vida cívica, tais como espírito público, redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e cooperação social” (Lisboa, 2000, p. 164). Capital social refere-se àquele “criado quando as relações entre as pessoas muda de forma que facilita a ação” (Coleman, *apud* Fontes, 1999, p. 253). O estoque de capital social disponível numa comunidade vai determinar o que Fontes denomina “sustentabilidade das organizações voluntárias”, uma vez que se encontram estruturadas nas comunidades sob a forma de redes sociais para os “empreendimentos de práticas visando a produção de bens públicos ... [construírem] suas identidades a partir da idéia de comunidade, locais de convivibilidade e de estabelecimento de laços de pertencimento, que se traduzem no esforço coletivo para a produção do bem comum”. Todavia, na sociedade contemporânea, acrescenta o autor, as associações possuem “padrões difusos de recrutamento, baseadas em estruturas identitárias que perpassam fronteiras antes bastante importantes para seu sucesso” (Fontes, 1999, p. 255).

Portanto, em face dessa fluidez e pluralidade identitária na sociedade complexa, globalizada, sugerimos que as redes de solidariedade, no associativismo civil, devem ser pensadas para além de sua constituição enquanto redes sociais comunitárias circunscritas por espaços locais. Há de se considerar as novas possibilidades de conexões translocais e até transnacionais, seus potenciais de comunicação nos espaços virtuais,

e, assim, verificar quais as implicações em termos de redes estratégicas e auto-reflexividade, conforme veremos a seguir.

Sobre a dimensão da estratégia

A fim de explorar a dimensão estratégica das redes de organizações da sociedade civil e seu potencial para transformar-se em redes de movimentos sociais, é necessário iniciar com esclarecimentos acerca da noção apropriada de rede para essa problemática⁴. A rede pode ser definida com base em seus sentidos morfológico, simbólico ou de empoderamento ou, ainda, da relação entre ambos.

Castells (2000, p. 15) inicia com a morfologia, quando afirma que a rede é um conjunto de nós interconectados, não tendo um centro, na medida em que funciona através de uma lógica binária de inclusão e exclusão: se um nó da rede cessa de desempenhar uma função útil, será excluído da rede e esta se rearranja, como as células no processo biológico; alguns nós são mais importantes do que outros, mas cada um necessita dos outros enquanto se encontram dentro da rede; e nenhuma dominação nodal é sistêmica. O autor admite que na sociedade da informação as redes estão sujeitas a mudanças nas interações simbólicas e de empoderamento na relação entre os nós. Porém, isso é devido mais ao papel das comunidades culturais ou aos projetos alternativos e de seu impacto na relação entre redes (redes das redes) do que decorrência da natureza da rede (voltarei a esse ponto mais tarde).

Mance (2000, p. 24) também inicia pelo tratamento morfológico da rede: trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e podem-se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto à medida que são fortalecidas por ele. Para Mance, o potencial de empoderamento das redes de movimentos é

4. A noção de rede é polissêmica, variando seu significado nas diferentes disciplinas ou abordagens teórico-metodológicas. A esse respeito, vide trabalho anterior: Scherer-Warren, 1999. Para o conceito de movimento social, sob essa perspectiva, vide Scherer-Warren, 1996 e 2000, Rossiaud & Scherer-Warren, 2000.

colocado de forma mais incisiva. A idéia de rede que conecta grupos de um determinado movimento social, por exemplo, do movimento de mulheres, é a de que a articulação entre todos os movimentos fortaleça cada movimento em particular pelos intercâmbios que passem a ocorrer entre eles, e que tal fortalecimento venha a contribuir para o surgimento de novos movimentos de mulheres em outras cidades, a fim de ampliar o combate ao machismo e a defesa dos direitos da mulher numa área muito maior do que a atingida pelo conjunto dos movimentos organizados.

Todavia, é necessário lembrar que as redes se constituirão movimento social apenas à medida que são reativas às contradições sistêmicas e buscam superar esses limites (vide Melucci, 1996). Nesse ponto, Mance recorre à idéias de rede das redes (nos termos de Castells), mas também define uma série de outros princípios das redes – intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e realimentação –, os quais, colocados em prática pelos movimentos, desenvolvem seu caráter revolucionário (*op. cit.*, pp. 24-25). Está aí embutida a idéia de que a rede poderá assumir um caráter propositivo, tendo em vista seu efeito multiplicador e conseqüente mecanismo de difusão simbólica de novos valores e de empoderamento dos movimentos. Portanto, a rede desempenha, segundo essa ótica, um papel estratégico, enquanto elemento organizador, articulador, informativo e de empoderamento do movimento no seio da sociedade civil e para a sua relação com e contra outros poderes instituídos. Mas será sempre necessariamente assim? Não, se não quisermos cair numa interpretação mecanicista da dinâmica social. Para aprofundar a avaliação do potencial solidarístico e estratégico das redes associativistas é que se recomenda acrescentar a dimensão do pensamento crítico.

Além disso, a rede, como estratégia, pode ser utilizada tanto como meio libertário quanto totalitário. A rede em si não é virtuosa – depende do que fazemos com ela e de como os elos se relacionam entre si. Por exemplo, uma rede de movimento libertário se distingue de uma rede terrorista por sua morfologia, por seu simbolismo e pelo tipo de empoderamento que pratica e almeja. Na morfologia, as redes terroristas se organizam através de células com um número bastante limitado de membros, em que o chefe faz a ligação com a célula seguinte, reduzindo

ao mínimo o risco de penetração inimiga, porque os membros só conhecem o que devem conhecer e os elos (chefes) só conhecem um número limitado de membros de outra célula (Andrade, 1999, p. 10). Nas redes de movimentos sociais, todos os membros podem ter visibilidade pública e justamente o papel dos elos estratégicos é difundir informações, dar organicidade e empoderamento público à rede. Do ponto de vista conceptual, as redes terroristas praticam “o uso ilícito de violência contra pessoas ou bens para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou parte dela, para alcançar objetivos políticos ou sociais... procurar deliberadamente incutir terror, não só às vítimas como também ao resto da população” (Andrade, 1999, p. 7). As redes de movimento praticam atos de solidariedade civil, fazem manifestações públicas pacíficas, buscam criar legitimidade na esfera pública para suas causas ou pleitos e ampliar o empoderamento da sociedade civil.

A relação entre coação legítima *versus* ato legal na prática das ações coletivas nem sempre é avaliada de forma consensual pelo público em geral, e pode também causar divergência entre os membros das redes. Mas terá de haver o mínimo de acordo interno quanto às estratégias de ação para que a identidade da rede não seja ameaçada. Por exemplo, essa relação é considerada diferentemente pelo Black Bloc⁵ e pelas redes pacifistas do “movimento antiglobalização”, no que diz respeito às suas estratégias durante as grandes marchas mundiais, constituindo, de fato, múltiplas redes dentro do movimento. Nas redes há, portanto, um leque de possibilidades estratégicas, que merecem ser avaliadas e submetidas ao debate crítico.

Sobre a dimensão do pensamento crítico

Grande parte dos movimentos sociais latino-americanos do último século construíram seu pensamento crítico com base nas grandes narrativas do marxismo, especialmente fundado nas mediações discursivas

5. Trata-se de grupo organizado de jovens que, nas marchas antiglobalização, assume a linha de frente de resistência, confrontando-se com as forças políticas ou militares. Sua visibilidade decorre também do estilo barulhento de manifestação e do uso de vestimenta preta, luvas de proteção e máscaras de gás.

das esquerdas, da teologia da libertação e do novo sindicalismo⁶. A passagem, por vezes um tanto ortodoxa, dessas narrativas ao ativismo da sociedade civil levou a não se acompanhar adequadamente a historicidade dos acontecimentos que lhe dizem respeito.

Com os novos movimentos sociais⁷, passou-se em grande medida das grandes narrativas às pequenas narrativas, relativas às suas especificidades (feminismos, ecologismos, etnicidade etc.). A inserção de um pensamento crítico nesse contexto também se valeu, em alguns casos, da teoria social crítica da modernidade e, em outros, da teoria crítica pós-moderna.

Todavia, tendo em vista a necessidade de construção de novas narrativas que buscam compreender as conexões da complexidade, na sociedade globalizada e da informação, percebe-se que a dinâmica dos movimentos sociais sob a forma de redes coloca novos desafios à teoria social crítica, entre os quais destacamos os quatro, a seguir.

1. Desfundamentalização

A grande narrativa do marxismo ortodoxo, ao sustentar a idéia da existência de um sentido subjacente na história, contribuiu para o desenvolvimento de um fundamentalismo ideológico, segundo o qual há um rumo prescrito para as lutas de transformação social. A ele se somam outros fundamentalismos que penetraram na dinâmica dos movimentos sociais latino-americanos: religiosos (messianismos), étnicos (racismos), territoriais (regionalismos, nacionalismos exacerbados), político-culturais (patriotismos, que trazem embutidos o pressuposto da homogeneidade cultural), de mercado (fatalismo da globalização neoliberal) etc. Nesse ponto, Castells (2000, pp. 22-23) contribui para pensar a “desfundamentalização” com base numa perspectiva das redes. Redes construídas em torno de projetos alternativos (feminismo, ecologismo, movimentos de direitos humanos etc.) constroem pontes de comunicação para outras redes na sociedade, opondo-se aos códigos das redes dominantes

6. Para mais detalhes sobre as matrizes discursivas dos movimentos sociais, especialmente no Brasil, vide Sader, 1988.

7. Sobre a emergência desses movimentos na América Latina, vide Scherer-Warren & Krischke (orgs.), 1987.

(religiosas, nacionais, territoriais e comunidades étnicas fundamentalistas). Seu empoderamento comunicacional se dá através do poder de difusão dos fluxos instrumentais (internet e mídia eletrônica) e dos novos códigos culturais desenvolvidos por essas redes. Essas redes comunicacionais e simbólicas contribuem para a construção de redes de solidariedade baseadas nas intersubjetividades que podem vir a ser construídas na interface das redes de múltiplas especificidades. Isso nos remete ao desafio seguinte.

2. Descentramento

As grandes narrativas privilegiam um sujeito da transformação social (a classe, o messias, o líder carismático, o caudilho etc.). O pensamento desconstrutivista da pós-modernidade concebe o sujeito com base em suas múltiplas identidades, e a transformação, assim, poderá resultar da articulação discursiva de variados novos movimentos sociais⁸. Numa linha denominada moderna/pós-moderna da democracia radical, Dallmayr (2001, p. 33) acrescenta que “a verdadeira descentralização só pode ocorrer quando o eu e o agente humano fica exposto a um ‘outro’ ou a ‘outros’, a quem questiona e por quem, em troca, é questionado... num árduo trabalho de auto-superação e autotranscendência”. Portanto, o descentramento das subjetividades individuais e a construção de novas intersubjetividades em contextos pedagógicos das redes das redes se beneficiarão com a introdução de um pensamento crítico, desde que debatendo e confrontando percepções de atores multiculturais. Nesse sentido, o 1º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2001, caracterizou-se pela presença e participação de atores e movimentos de múltiplas identidades sociais e ideológicas. O que faltou foi um maior empenho para a realização de debates cruzados da diversidade dos movimentos identitários (mulheres, negros, indígenas, jovens, sindicalistas etc.). Esse ponto nos remete ao próximo desafio.

3. Superar os essencialismos rumo ao interculturalismo

Se as grandes narrativas fortalecem o essencialismo coletivista (dicotomização das classes), as pequenas narrativas podem contribuir para um

8. A esse respeito, vide Mouffe, 1996; Laclau, 1986.

essencialismo das diferenças (como em algumas abordagens do feminismo e ecologismo radicais e no ecofeminismo). Como afirma Dallmayr (*op. cit.*, p. 32), com base em Laclau e Mouffe, “não há benefício em ‘passar de um essencialismo da totalidade para um essencialismo dos elementos’”. Sugere, então, passar do radicalismo das especificidades para uma democracia radical, para cujo processo de aprendizado transformativo o multiculturalismo constitui uma pedagogia popular (p. 35). Mas como transcender as fragmentações dos novos movimentos sociais sem cair nas tentações de novos unitarismos totalitários? Para esse desafio, Boaventura Santos nos auxilia:

... na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria da tradução que torna as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam (Santos, 1999, pp. 202-203).

Não se trata, portanto, de anular as diferenças, mas, através da dialógica, realizar o reconhecimento do outro, elevando-o da condição de objeto para a de sujeito e construindo a solidariedade, uma vez que esta só existe se houver diferenças (*ibid.*, p. 205). Parafrazeando o autor: “Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade” e, “o conhecimento-emancipação não aspira a uma grande teoria, aspira sim a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando ligadas em rede” (*ibid.*, pp. 205-207).

4. Da separação entre teoria e prática ao engajamento dialógico na rede

Nesse nível, deve-se examinar como, através de práticas emancipatórias ligadas em redes, pode-se trabalhar a relação conhecimento-reconhecimento-práxis política (ou ação movimentalista). Trata-se de repensar as interações e articulações necessárias entre academia (*locus* privilegiado da produção intelectual), ONGs (agentes relevantes da mediação entre

pensar e agir) e militância de base (sujeitos do ativismo e da participação cidadã). Em face desse desafio, os argumentos de Goldfarb (1998, p. 206) acerca do intelectual democrata são oportunos: “Subvertendo o senso comum, o intelectual ajuda a empoderar o marginal ... (e) civilizando as diferenças o intelectual estabelece um campo comum para a vida pública”. Mas como avançar desse nível do conhecimento para o do reconhecimento e da práxis efetiva? Novamente o autor contribui:

... uma tarefa intelectual e política maior é articular os problemas de identidade e interesses às experiências de grupos específicos e mostrar como experiências, identidade e interesses estão relacionadas a outras experiências, identidades e interesses. (Goldfarb, 1998, p. 215)

No exemplo que segue, o autor mostra como o intelectual pode ajudar o indivíduo comum a criar novos sentidos para o mundo, explicando como diferentes inquietações estão conectadas: “Meio ambiente está conectado com o interesse no nível de educação, e com as preocupações com justiça racial e de gênero, e com o fim da exploração de classe” (p. 215). Fraser (2001) avança em relação a essa mesma questão quando tenta resolver o dilema redistribuição/reconhecimento através de uma abordagem que combina as contribuições do socialismo para a economia e do desconstrutivismo para a cultura. Examinando as relações e conexões entre gênero (e sexualidade), “raça” (e etnicidade) e classe, conclui que as injustiças relativas a esses eixos podem cruzar-se, afetando os interesses e identidades de todos. Trata-se, portanto, de entender o dilema redistribuição/reconhecimento “nesse campo maior de lutas múltiplas e cruzadas contra injustiças múltiplas e cruzadas” (p. 281).

Por fim, as redes que contemplam a crítica intelectual, o trabalho de tradução e de mediação com a práxis movimentalista, precisam (e assim vêm fazendo) criar mecanismos de interlocução e troca de experiências e auto-reflexividade das iniciativas locais às mais globais. Ou, como nas palavras de Boaventura Santos (*ibid.*, p. 213), “a criação de redes translocais entre alternativas locais é uma forma de globalização contra-hegemônica – a nova fase do cosmopolitismo”. Será, justamente, dessa

forma que a dimensão do pensamento crítico cruza-se e contribui para o desenvolvimento de uma solidariedade planetária e para a criação das respectivas estratégias emancipatórias. Mas como esse novo padrão de política emancipatória está emergindo na América Latina? É o que será tratado a seguir.

Redes de ações coletivas: relato da realidade latino-americana

Buscar-se-á, em experiências concretas de redes de organizações da sociedade civil, de que forma as dimensões solidarística, estratégica e do pensamento social crítico estão contempladas, relacionam-se entre si e se complementam em direção à construção de um movimento emancipatório. Naturalmente, essas dimensões não se apresentam de forma uniforme em todas as experiências. Pode haver a ênfase em torno de uma ou duas dessas dimensões, e nem por isso essa experiência será menos válida. Normalmente, a última dimensão é a que se desenvolve mais lentamente, uma vez que será com base no concreto vivido que a auto-reflexividade crítica tem melhores chances de se realizar. E o concreto vivido já é em si aprendido, o que é expressado de forma muito contundente em relatos ou histórias de vida de militantes oriundos das classes populares, especialmente, mas também por mediadores de ONGs e lideranças de movimentos⁹. Portanto, apenas para fins de sistematização na análise é que essas dimensões merecem ser distinguidas, pois na prática o que interessa é seu caráter de imbricação no interior de uma rede em movimento continuado e na qual o sujeito encontra-se num permanente vir a ser, conforme representado no texto abaixo:

El sujeto complejo se sabe partícipe y co-artífice del mundo en que vive, un mundo en interacción, de redes fluidas en evolución, un mundo en que son posibles tanto el determinismo como el azar, el cristal y el humo, acontecimiento y linealidad, sorpresa y conocimiento. Un mundo donde el

9. Vide a esse respeito Rossiaud & Scherer-Warren, 1999 e 2000.

sujeto no es mera subjetividad, ni el mundo pura objetividad. En fin, un universo vincular en evolución, un mundo atravesado por la emoción, co-creado en la acción y concebido en la interacción del sujeto complejo com o real. Un mundo en el que surgen distintos escenarios desde diversas convocatorias. Un mundo donde la certeza es menos importante que la creatividad y la predicción menos que la comprensión. (Najmanovich, s/d, p. 15)

Tendo, assim, sugerido uma localização apropriada para a teoria e o pensamento social críticos, passo a apresentar uma síntese de experiências de ações coletivas em redes, destacando a presença das dimensões da solidariedade, da estratégia e da reflexão crítica.

As ações do voluntariado, para além de sua ampla tradição na filantropia, nos anos mais recentes têm sido revalorizadas por setores mais amplos da sociedade civil, na medida em que é ressignificada como uma ação emergencial, mas também de resgate da dignidade e de construção da cidadania, em situações de extrema pobreza, exclusão e carências de várias ordens. Um momento relevante dessa ação e respectiva reflexividade crítica deu-se através da rede brasileira da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que aos poucos foi-se transformando em programas de geração de emprego e renda e em campanhas de forte simbolismo, como o Natal sem Fome. Outra ação em rede nacional e de grande impacto social tem sido a Pastoral da Criança, indicada para o prêmio Nobel da paz em 2001. Inúmeras outras ações com a perspectiva de resgate da cidadania, por meio da assistência e solidariedade aos mais carentes, devem ser lembradas: com meninos e meninas de rua, moradores de rua, restaurantes coletivos etc.

As redes de economia solidária são uma forma de ultrapassar a dependência em relação à filantropia do voluntariado, para uma possibilidade de autogestão de trabalhadores excluídos do mercado formal. Mas é, também, uma ação pedagógica, contestatária do próprio sistema de exclusão do capitalismo na atual fase. Tem como utopia contribuir para a construção de uma nova sociedade baseada na colaboração solidária, a iniciar-se através da produção e consumo de mercadorias.

No Brasil, essas experiências tiveram já um grande impulso em décadas passadas, denominando-se Miniprojetos Alternativos e contando com a mediação de ONGs, como Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), Caritas e outros (vide Gaiger, 1996). Mais recentemente, na década de 90, criaram destaque iniciativas como as dos bancos do povo, incubadoras tecnológicas, farmácias vivas, cooperativismo popular, cadeias produtivas, cooperativas habitacionais, e muitas outras (Lisboa, 2000; Mance, 2000). Vale lembrar também os clubes de troca, enquanto experiências com caráter pedagógico, que visam acima de tudo desenvolver os princípios de cooperação, reciprocidade e solidariedade entre as pessoas participantes, através do intercâmbio direto entre produtores e consumidores, sem fazer uso da moeda nacional. No México, surgiram já em 1994 com o nome de Tianguis Tlaloc; na Argentina denominam-se Clubes de Trueque; no Brasil, há clubes no Rio, São Paulo e, desde 2000, em Florianópolis – Clube de Trocas Ecosol. O Movimento dos sem Terra no Brasil (MST), embora deva ser considerado como uma rede de movimento social, com objetivos bastante amplos¹⁰, também incorpora a dimensão da economia solidária.

O autodenominado terceiro setor combina o princípio da solidariedade aos carentes com a estratégia da gestão em parceria entre a contribuição e envolvimento empresarial, a mediação de ONGs¹¹ e a integração de grupos necessitados e, às vezes, o próprio Estado, como em iniciativas da Comunidade Solidária. Algumas críticas a esse tipo de parceria são feitas para os casos em que não conseguem distanciar-se das lógicas instrumentais de mercantilização das práticas sociais e do tecnicismo burocratizado do Estado (Figueiró, 2000). Todavia, há experiências bastante inovadoras do ponto de vista de capacitação de populações excluídas

10. Sobre esses objetivos, vide meu texto "A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial", *in*: Scherer-Warren e Carvalho Ferreira, 2002 (no prelo).

11. Frequentemente o termo "terceiro setor" é utilizado como sinônimo de ONG ou mesmo de sociedade civil. Consideramos que há distinções entre essas noções tanto enquanto construção teórica como nas tendências em que elas se representam empiricamente (vide Scherer-Warren, 1999, cap. 3).

das novas tecnologias, como, por exemplo, a rede do Comitê pela Democratização da Informática (CDI), que, de uma modesta experiência de ensino de computação para jovens numa favela do Rio, expandiu-se para dezessete Estados do Brasil (com 252 grupos) e outros países da América Latina¹². Experiências de um cooperativismo alternativo em Santa Catarina – distinto do cooperativismo “tradicional” vinculado ao processo modernizador clássico – também têm sido caracterizadas como uma nova forma de associativismo rural, com base em relações de solidariedade e planos de incluir no mercado o agricultor pobre (Schmidt et al., 2001). Existem, ainda, redes mais abrangentes, como a do Programa LIP (Liderazgo en Filantropía en las Américas), que atua na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Panamá e Estados Unidos, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto Ethos, em São Paulo, entre outros, que desenvolvem trabalhos em parceria com a sociedade civil e governos, incentivando a cidadania empresarial e a responsabilidade social (Papel Social, 2001, p.12).

As denominadas ações humanitárias, que correspondem a um tipo de ação solidária vinculada às novas consequências do mundo globalizado sobre a sociedade civil, implicando ajudas emergenciais para a sobrevivência de migrantes, desempregados, refugiados e outras vítimas de desastres naturais ou humanos – esse tipo de ação desenvolveu-se bastante a partir de ONGs dos países centrais para países periféricos ou em conflitos, como o caso dos Médicos sem Fronteiras, e caracteriza-se, especialmente, por sua dimensão solidarística. Nessa linha da assistência humanitária, muitas ONGs têm trabalhado em parceria com o sistema das Nações Unidas. Vem dos teóricos da “escolha racional” uma das reflexões críticas a respeito dos impactos dessas ações em zonas de conflitos armados. Desenvolveram o conceito de “perigo moral” para descrever a situação perversa pela qual a provisão de assistência para as vítimas da ação violenta reduz as consequências negativas de tal ação, de forma a haver menor incentivo em evitar o desencadeamento da própria violência

12. Cf. relato do coordenador da rede durante o seminário Internacional Polifonia da Miséria, Fundação Joaquim Nabuco (FJN), Recife, maio de 2001.

(Smith & Weiss, 1998, p. 238). Poderíamos perguntar se as ações da recente guerra no Afeganistão contra o terrorismo não teriam embutido esta ambigüidade: armas, de um lado, e ajuda humanitária, de outro, dando legitimidade aos horrores da guerra. Mas o que isso tem a ver com a sociedade civil latino-americana? Tem muito, na medida em que sua legitimidade ou não vai sendo construída também pela força da opinião pública, em face da qual as redes de contestação crítica e as manifestações públicas da sociedade civil podem desempenhar um papel relevante.

As redes identitárias têm origem nas articulações e intercâmbios de organizações e sujeitos dos novos movimentos sociais (feministas, ecologistas, populações negras etc.), criando um novo campo da reflexividade – o da política da diferença. Nas décadas de 70 e 80, os novos movimentos sociais (NMS) buscaram afirmar suas identidades específicas (de gênero, étnicas, etárias etc.), ter o reconhecimento de seus valores, o respeito às diferenças culturais, e conquistar direitos relativos a essas identidades. A partir dos anos 90, observa-se um intercruzamento de valores entre essas distintas redes e com outros movimentos mais tradicionais. Por exemplo, as preocupações ecológicas, de subordinação de gênero ou discriminação racial ou etária, passam a se inserir em associações de outra natureza, como as de moradores ou sindicais. O discurso da autonomia identitária passa a dar lugar ao da solidariedade e das parcerias interorganizacionais ou inter-redes. Nessa direção, as ONGs expressivas dos NMS passam a trabalhar mais com as populações pobres e os socialmente excluídos, dando origem a tendências associativas com identidade múltipla: feminismo popular, ecologia dos pobres, movimento de mulheres negras ou agricultoras, e assim por diante¹³. Para a construção da intersubjetividade, fruto de múltiplas identidades sociais e políticas, o debate crítico em torno da noção de interculturalidade torna-se oportuno. Na América Latina, acrescenta-se a necessidade em se repensar as relações entre as identidades culturais – dos nativos, dos imigrantes, dos mestiços – e como historicamente o desenvolvimento de sistemas de dominação e de subordinação cultural e social, no limite, levou ao completo

13. Mais desdobramentos sobre essas relações, vide em Scherer-Warren, 2001a.

des-reconhecimento do outro. Inclui-se nessa situação a “aporofobia”, preconceito contra o pobre e as condições de pobreza. Como exemplo temos o caso dos jovens de classe média que atearam fogo no índio Gaudino, em Brasília, e que pensaram em justificar seu ato afirmando que achavam tratar-se “apenas” de um mendigo. Portanto, os conflitos multiculturais se cruzam com conflitos relativos à capacidade de participação na riqueza e no poder. Como nos coloca Lucas (2001, p. 143), “os conflitos nascidos do multiculturalismo são conflitos de identidades (que se apresentam como não negociáveis), e de reconhecimento, e com ele os conflitos de inclusão”.

As redes de ações educativas são experiências de estratégias pedagógicas que permitem trabalhar as interfaces dos grupos identitários e os conflitos sociais e culturais, especialmente os decorrentes de tradicionais pressupostos fundamentalistas ou preconceituosos. Streck (2001, p. 202), para enfrentar esse desafio no nível da auto-reflexividade, propõe “uma pedagogia social que, no contexto latino-americano, significa que, para empoderar as famílias, devem-se reconhecer suas narrativas, colocando-as em contraposição às narrativas daqueles que detêm o poder/saber”. No Brasil, a partir dos meados do século passado, organizaram-se muitas redes de educação com objetivos emancipatórios: centros populares de cultura (CPCs), Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MPC), comunidades eclesiais de base (CEBs) e, mais recentemente, dialogando com os NMS e objetivando penetrar no paradigma da complexidade, surgem experiências como as do Movimento pela Ecopedagogia (Gadotti, *op. cit.*). Em face da complexidade das relações multiculturais, que na América Latina incluem conflitos não apenas relativos às novas identidades político-culturais, mas também a processos históricos de dominação e exclusão social, é que se precisa conceber uma educação intercultural que dê conta dessas características, mas que, para além da crítica dialética às raízes de sua subordinação ou discriminação, possa trabalhar a intersubjetividade emancipatória dos sujeitos multiculturais. Nessa direção, Eleuri (2001) afirma que “a perspectiva intercultural de educação pode, ainda, estimular os movimentos sociais a focalizar, na própria reflexão e na prática, a dialética identidade/

alteridade... (e nela) encontram estímulos para desenvolver a coesão interna e a solidariedade, a capacidade de distinção e de luta, ao lado da possibilidade de integração emancipatória com outros grupos sociais”.

Ações que dizem respeito à democracia participativa são construídas com base em experiências de parcerias entre a sociedade civil e o Estado para o debate, a formulação e a gestão de políticas públicas. A Constituição de 1988 possibilitou a criação de novos espaços institucionais para a participação cidadã, com representação de ONGs, associações e movimentos sociais, que vão dos fóruns de reflexão da sociedade civil aos órgãos municipais, estaduais ou nacionais de gestão de políticas públicas, como os conselhos setoriais (crianças e adolescentes, mulheres, saúde, educação, meio ambiente etc.), ou ainda as iniciativas populares de lei, as audiências públicas, os orçamentos participativos, a Agenda 21, entre outros. Assim como no Brasil, o período pós-ditatorial latino-americano foi palco para o crescimento das ONGs e suas redes, as quais, em parcerias com os governos locais, foram atores relevantes para a democratização de práticas de gestão pública local. Contudo, essas relações entre sociedade civil organizada e poder público expressam a pluralidade de atores e a heterogeneidade da política. De acordo com as conclusões de Reilly (1994, p. 303) acerca de pesquisas realizadas em vários países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru), as relações entre ONGs e governo local oscilam entre conflitivas, antagônicas, competitivas, cooperativas, de substituição e consensuais. O grau de conflitividade nas negociações democráticas reflete a diversidade social, cultural e de posicionamentos político-ideológicos dos atores. Num sentido mais global, pode refletir as várias nações dentro da nação: “Elas se mesclam e diferenciam, convivem e antagonizam, conforme a época, o jogo das forças sociais” (Ianni, 1993, p. 35). Dessa forma, segundo o último autor, “a nação de perfil étnico, mais ou menos nítido, conforme o país e a época, subsiste e afirma-se frequentemente nas lutas sociais, nas produções culturais, nos desencontros entre o poder estatal e as várias sociedades em que se dispersa a sociedade nacional”. Exemplos emblemáticos dessa situação são os movimentos indígenas de Chiapas (México), do Brasil e de outros países latino-americanos.

A emergente noção de cidadania planetária prende-se à capacidade das organizações da sociedade civil, especialmente as ONGs, de participar de conferências mundiais, pressionar e monitorar governos locais para a realização das agendas sociais ali acordadas. Para Liszt Vieira (2001), o papel das ONGs nessa esfera da governança global é uma forma de democracia participativa e foi especialmente relevante para a questão ecológica: “A emergência de uma rede global de ONGs ambientalistas transformou o quadro ambiental. Os governos isoladamente não podem mais ignorar os problemas ambientais, e estão sendo coletivamente empurrados em direção à ação coordenada internacional” (p. 136). Na América Latina, as primeiras redes de ONGs que adquiriram grande visibilidade pública foram aquelas organizadas por causa da Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 e que ficou conhecida como Eco 92. Nessa ocasião, a constituição de um fórum de ONGs e movimentos sociais articulou, pela primeira vez de forma mais ampla, as tradicionais organizações populares com aquelas dos NMS. Posteriormente, ONGs latino-americanas articularam-se para formular propostas à Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) e sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994), através, por exemplo, da Conferencia Regional Latinoamericana y del Caribe sobre Población y Desarrollo (México, 1993), da qual participaram 55 ONGs de vários países da América Latina (Scherer-Warren, 1999, cap. 3). Nos fóruns mundiais subseqüentes organizados pelas Nações Unidas, especialmente para a Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), para o Habitat II (Istambul, 1996) e para a Conferência contra o Racismo (Durban, 2001), foram-se intensificando as redes e alianças transnacionais entre ONGs e movimentos sociais específicos de cada problemática com outros correlatos. Por ocasião da Conferência contra o Racismo, por exemplo, a Aliança Afro-Latina se articula a organizações indígenas da América Latina e do Caribe. Esses cenários semi-institucionalizados de participação das ONGs vão fortalecendo as redes da sociedade civil, contribuindo para o empoderamento delas em movimentos mais amplos, como nos antiglobalização, conforme veremos adiante.

As redes das redes: historicidade dos movimentos emancipatórios

Concebemos os movimentos sociais, na era da globalização, como redes sociais complexas que conectam simbólica, solidarística e estrategicamente sujeitos e atores coletivos cujas identidades vão-se construindo num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas, de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e exclusão sistêmica (Scherer-Warren, 2000). Para melhor entender as configurações contemporâneas desses movimentos, é conveniente acompanhar as trajetórias históricas de constituição, transformação e criação das redes. Assim, na América Latina, nos países dominados por ditaduras militares, observamos um fenômeno de articulação dos atores, organizações e movimentos que podemos chamar de “redes pela democratização e direitos humanos”; na transição e institucionalização da democracia, surgem as redes cidadãs; com o aprofundamento do processo de globalização organizam-se redes antiglobalização; e diante dos crescentes impactos da violência contra os indivíduos e as coletividades, emergem as redes pela paz e segurança.

De acordo com a definição acima, as múltiplas redes antiautoritarismo estatal e societário que se organizaram a partir da década de 1960 nos vários países latino-americanos deram origem ao que se pode denominar “um movimento pró-democratização e de direitos humanos”. Na Argentina, o movimento pelos direitos humanos foi especialmente relevante (vide Leis, 1989), assumindo grande notoriedade as Mães da Praça de Maio. No Brasil, de acordo com os resultados de nossa pesquisa anterior (Rossiaud e Scherer-Warren, 2000), detectamos os seguintes importantes momentos da constituição de um movimento pela democratização e direitos humanos: primeiro, a mobilização estudantil desde o início da ditadura de 1964 e intensificada em 1968 com as grandes manifestações de solidariedade aos reprimidos e mortos pela ditadura; depois, a luta contra a violação dos direitos humanos e civis, tendo como um dos principais mediadores a Igreja progressista,

que publicou a obra conhecida internacionalmente *Brasil nunca mais*; as greves dos metalúrgicos do ABC e o surgimento do novo sindicalismo, a partir de 1978; as mobilizações cívicas pela anistia aos exilados políticos, com a conquista da Lei da Anistia em 1979; o surgimento de uma ampla rede de organizações de base (CEBs, associações de moradores), de organizações de mediação (ONGs, pastorais) e NMS (feministas, ecologistas etc.), especialmente no final dos anos 70 e início dos 80; a mobilização nacional pelas diretas já, entre 1983 e 1984; a mobilização de ONGs, associações e movimentos a favor de uma assembléia constituinte cidadã, durante os anos de 1987 e 1988; as mobilizações públicas solicitando o *impeachment* de Collor, ocorrido em 1992; a organização de um fórum de ONGs (de desenvolvimento, ambientalistas e feministas) e associações comunitárias em torno da Eco 92; o Movimento pela Ética na Política e o subsequente desenvolvimento de uma ampla rede da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; por fim, as lutas de resistência pela reforma agrária e o respectivo fortalecimento do MST (pp. 18-22). Estes últimos movimentos em rede, a partir da Constituição cidadã de 1988, já podem também ser caracterizados como constituintes do momento seguinte, conforme veremos a seguir.

O movimento cidadão é aquele que se desenvolve com base na recuperação democrática do Estado de direito que sucedeu às ditaduras na América Latina. “Assim, no movimento cidadão as referências simbólicas e de ação social dizem respeito aos valores da cidadania e da democracia, compreendendo vários desdobramentos. A cidadania inclui as noções de direitos humanos e civis, sociais e de terceira geração. A democracia inclui os ideários de justiça, participação, reconhecimento das diferenças e outros que vão sendo construídos no próprio processo da democratização” (*ibidem*, p. 35). O empoderamento da sociedade civil, nesse momento, vincula-se aos legados da tradição movimentalista imediatamente anterior, à introdução de novos valores na cultura política e ao aproveitamento das oportunidades abertas pela democratização. Dessa forma, o Movimento pela Anistia consolidou ONGs de direitos humanos e a Comissão de Justiça e Paz; a campanha pró-*impeachment* deu origem ao Movimento pela Ética na Política, o qual estimulou a Campanha

do Betinho¹⁴ e o movimento pela segurança alimentar; o fórum de ONGs e movimentos sociais para a Eco 92 está na origem de muitas das redes organizadoras das agendas 21 locais, em vários municípios brasileiros; as redes dos novos movimentos sociais foram fundamentais para a constituição de vários conselhos setoriais (da mulher, crianças e adolescentes etc.). As oportunidades para o empoderamento dessas redes, para além da participação nos novos canais institucionais, também vieram das facilidades de interação por meio do cyberspaço. Conforme observa Ribeiro (2000, p. 184), trata-se de um “ativismo político a distância”, que serviu, por exemplo, aos zapatistas (de Chiapas, no México), que conseguiram, por meio de mensagens eletrônicas veiculadas na internet, mobilizar a opinião pública mundial para deter uma ofensiva do exército mexicano¹⁵. Serviu também para o MST fortalecer as redes de solidariedade internacionais. E serve ainda a milhares de ONGs e ativistas de todos os cantos do mundo que, através da internet, conseguem se comunicar, articular suas agendas etc. É do bojo dessas redes transnacionais que emerge o movimento “antiglobalização”.

É do encontro de vários tipos de resistência que surge o movimento “antiglobalização”, do encontro da “política da igualdade” com a “política da diferença”. Já em 1994, quando o Movimento Indígena de Chiapas ocupa várias cidades numa manifestação contra a North American Free Trade Agreement (Nafta), ao mesmo tempo que contestava as novas formas de dominação global do capital, defendia o direito e o respeito à manutenção das diversidades culturais, no caso a indígena (Scherer-Warren, 2002). Em 1996, realiza-se em Chiapas o I Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, com a presença de seis mil ativistas e intelectuais. Começa aí a se consolidar a rede antiglobalização. Um ano após, num encontro na Espanha, cria-se a Ação Global dos Povos (AGP) – Peoples Global Action –, contando com a participação dos neozapatistas¹⁶ e do MST, bem como do movimento camponês da Índia e de outros movimentos de base de vários países. A AGP passa a ser uma das

14. Denominação popular pela qual ficou conhecida a Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, liderada inicialmente pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

15. Para uma detalhada pesquisa sobre o Movimento Indígena de Chiapas, vide Gadea, 1999.

16. Inclui-se nessa tendência tanto as bases do movimento de Chiapas como a ampla rede de solidariedade nacional e internacional, distinguindo-se do zapatismo anterior. Vide Scherer-Warren & Rossiaud, 2002.

articuladoras das grandes marchas mundiais. Ainda em 1997 é criada a coalizão Jubileu 2000, composta por organizações religiosas e seculares de mais de sessenta países, que reivindica o cancelamento da dívida externa dos países pobres do sul. No ano seguinte é criada, na França, a Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), a qual se expandiu sob a forma de uma rede transnacional, com elo também no Brasil. Onde quer que as forças hegemônicas da globalização econômica [Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, G-8, Cúpula das Américas] se reunissem para tratar de seus interesses na globalização, lá estava a sociedade civil organizada em redes se manifestando na praça pública. Em novembro de 1999, ocorre uma das marchas mais expressivas, conhecida como a Batalha de Seattle, que, contando com a participação de cerca de cinquenta mil pessoas oriundas de diferentes organizações e movimentos, consegue interromper a III Conferência Ministerial da OMC. Em 8 de março de 2000, a Marcha Mundial das Mulheres, em Quebec, tem como lema “Pão e Rosas”, como um símbolo da articulação das lutas feministas com a luta “anti-globalização”. Em janeiro de 2001, ocorre o I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos. O FSM foi um momento para a reflexividade com base na diversidade e expressão das múltiplas faces – simbólicas e às vezes visuais – do movimento “antiglobalização”: sujeitos, organizações e movimentos contra a miséria, a exclusão, as discriminações étnicas/raciais, de gênero, religiosas, regionais, etárias etc. Com o lema “Um outro mundo é possível”, convoca a sociedade civil para a construção de um mundo mais justo, tanto na dimensão da igualdade como do reconhecimento das diversidades. Porém, conforme constatou Trevisol (2001), “dada a diversidade das organizações presentes, é lógico deduzir que o FSM¹⁷ não se pautou por uma única agenda de

17. Participaram da coordenação do I FSM oito organizações: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Centro de Justiça Global (CJG) e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

discussão. Inúmeras agendas estavam em pauta, ora se aproximavam, ora entravam em conflito”. Tratou-se de um ensaio geral, que deverá ter continuidade no II FSM, em que a dimensão do pensamento crítico poderia vir a ser utilizado pedagogicamente também para uma auto-reflexividade acerca dos encontros e desencontros com base nas diversidades de seus atores.

Os movimentos pela paz e segurança no mundo globalizado têm-se organizado como resposta a dois principais tipos de violência: a ameaça e efetivo risco de violência no cotidiano dos cidadãos, especialmente nos grandes centros urbanos; os conflitos mais prolongados no interior de um Estado-nação (as guerras civis) ou entre Estados-nações (as guerras territoriais, ou globalizada, como é o caso da guerra contra o terrorismo). Entre esses dois tipos há redes de organizações clandestinas, não democráticas, que podem fomentar um ou outro, ou ambos os tipos de violência, como são os casos do narcotráfico, das guerrilhas, de organizações neonazistas e outras semelhantes. Para o primeiro tipo de rede de movimento, temos como um exemplo emblemático o caso do Viva Rio, que, de uma articulação entre ONGs, ampliou-se para uma vasta mobilização cidadã em prol de maior segurança na cidade. Para o segundo tipo temos as organizações pacifistas e de direitos humanos, que nos períodos de conflitos mais violentos também mobilizam a sociedade civil para manifestações em praça pública. Novamente na interface dessas mobilizações encontra-se o trabalho mais continuado de ONGs e movimentos, que incorporam em seus projetos e ações o combate à violência no cotidiano ou estatal (violência contra a mulher, meninos e meninas de rua, idosos, grupos étnicos, miseráveis, refugiados etc.). Desse conjunto de iniciativas, surgem redes de solidariedade e de auto-reflexão crítica, como a organizada em torno do I Encontro Binacional pela Paz, que ocorreu em Quito, em 1998, reunindo jovens de duzentas organizações do Equador e do Peru, combatendo a corrida armamentista, a cultura da guerra e as formas de compromisso com a dívida externa, e proclamando direitos de justiça, igualdade, democracia, sustentabilidade e segurança¹⁸.

18. Mais detalhes sobre o evento, vide Instituto del Tercer Mundo, www.item.org.uy, 1998.

A questão da paz e segurança traz em seu bojo dilemas fundamentais da modernidade. Em 1996, a Assembléia Geral das Nações Unidas declarou o ano 2000 Ano Internacional da Cultura da Paz, atribuindo à Unesco a missão de promover uma consciência universal, baseada nos princípios da liberdade, justiça, direitos humanos, boa governança e tolerância. Esses são todos valores universais no Ocidente. Mas como assegurar o diálogo intercultural com o Oriente e mesmo com minorias culturais dos países do sul? Como desenvolver a cultura da paz, sem aniquilar o diferente? Ou, conforme Costa (2002), como trazer o “outro”, o não-Ocidente, para dentro de si mesmo? Ou seja, como desenvolver a cultura da paz, garantindo a solidariedade e o reconhecimento do outro, promovendo a alteridade e a interculturalidade?

O momento atual – da “guerra contra o terror” – é particularmente emblemático para os movimentos refletirem sobre essa problemática. Se na guerra fria o conflito se desenvolvia em torno de divergências ideológicas, hoje está mais orientado para a diferença cultural, étnica ou religiosa, com base na qual se perpetuam ou constroem identidades alternativas entendidas como potencialmente parceiras ou irremediavelmente antagônicas (cf. Nunes, 2001, p. 89). Por isso, a promoção de uma cultura da paz requer a reflexão crítica sobre as raízes da complexidade dos conflitos atuais, como os relativos “a escassez de recursos, as questões étnicas, religiosas, os nacionalismos excludentes, os fatores geopolíticos, as migrações, o narcotráfico, dentre outros (bem como) as profundas e crescentes desigualdades econômicas, relacionadas com um desenvolvimento não sustentável no Norte e ‘mal desenvolvido’ no Sul, devido a estruturas políticas locais, nacionais e internacionais, relacionadas com a dívida, o comércio, a inversão e outros problemas socioeconômicos associados à globalização” (Peinado, 2001, p. 109).

Portanto, mais do que nunca o desenvolvimento de uma educação para a paz requer a incorporação do pensamento social crítico e reflexivo em relação à posição dos sujeitos em contextos multiculturais. E pode-se beneficiar também, segundo Peinado (p. 112), da relação das ONGs com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que integram redes internacionais, para a promoção de uma “cidadania global”

e, com base nelas, definir pautas de participação e de ação cidadã diante dessas dinâmicas. Além disso, na sociedade da informação, os movimentos sociais terão de ser críticos em relação à própria produção da informação. Wemans (2001, p. 104) conclui que o avanço da cultura da paz não resultará da informação veiculada pelos diversos meios de comunicação, os quais são reflexo e alimento da cultura da violência dominante, mas poderá utilizar elementos desta para desenvolver a consciência crítica. Eis os novos desafios para as redes de movimento no mundo globalizado, informatizado e multicultural.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, John. *Acção directa: dicionário de terrorismo e activismo político*. Lisboa: Hugin Editores, 1999.
- CASTELLS, Manuel. Materials for an exploratory theory of the network society. *The British Journal of Sociology*, v. 51, nº 1, janeiro-março de 2000.
- COSTA, Sérgio. Teoria social, cosmopolitismo e as sociedades pós-nacionais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.) *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002. (no prelo)
- DALLMAYR, Fred. Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Redefinição política ou despolitização? As concepções de “terceiro setor” no Brasil. Florianópolis, 2000. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação intercultural no Brasil. Florianópolis, 2001, mimeo.
- FONTES, Breno A. Souto Maior. Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. *Caderno CRH*, Salvador, nº 30-31, janeiro-dezembro de 1999.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GADEA, Carlos Alfredo. O ideal comunitário como resistência à modernidade global. Um estudo sobre o movimento neozapatista de Chiapas. Florianópolis: 1999. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.

- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. 2^a- ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- GOLDFARB, Jeffrey C. Civility & subversion: the intellectual. In: *Democratic society*. Inglaterra: Cambridge University Press, 1998.
- IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- INSTITUTO del Tercer Mundo. Ecuador-Perú: I Encuentro Binacional por la Paz. *Revista Del Sur*, n^o- 81, julho de 1998.
- LACLAU, Ernesto. Os movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.1, n^o- 1, pp. 44-47, 1986.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A., BECK, U. e LASCH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEIS, Héctor Ricardo. Movimiento por los derechos humanos y el proceso de democratización política en Argentina. In: VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P (eds.) *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: Edufsc, 1989.
- LISBOA, Armando de Melo. Economia popular: um esboço de conceituação. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. (orgs.), *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa, Florianópolis: Socius, Edufsc, 2000.
- LUCAS, Javir de. Multiculturalismo y cultura de paz. In: PUREZA, José Manuel (org.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- MANCE, Euclides André. *A revolução da rede: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- NAJMANOVICH, Denise. El lenguaje de los vínculos de la independencia absoluta a la autonomía relativa. s. l., s. d. mimeo.

- NUNES, Isabel. Linguagens da paz e da guerra. In: PUREZA, José Manuel (org.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- PAPÉL SOCIAL. Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, ano 13, nº 64, outubro-novembro de 2001.
- PEINADO, Manuela Mesa. Educación para la paz en el nuevo milenio. In: PUREZA, José Manuel (org.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- REILLY, Charles A. *Nuevas políticas urbanas: las ONG y los gobiernos municipales en la democratización latinoamericana*. Arlington: Fundación Interamericana, 1994.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí, Florianópolis: Editora da Univali, Diálogo, 1999.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 54, junho de 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse & ROSSIAUD, Jean. O movimento cidadão e democracia: as conexões local-global. In: Vários autores. *La democracia es el camino a la justicia*. 2002. (no prelo)
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?. In: SCHERER-WARREN, Ilse et. al. (orgs.). *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa, Florianópolis: Socius, Editora da UFSC, 2000.

- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SPOSATI, Aldaíza et. al. (orgs.), *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, pp. 41-56, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. In: *Colóquio Internacional, O modelo latino de protecção social – Reflexões sobre o Estado-providência em Portugal, Espanha e Brasil*. Lisboa: Iseg/UTL, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002. (no prelo)
- SCHMIDT, Wilson et al. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento: textos para discussão*. Seminário Sebrae/UFSC/PNUD. Florianópolis, 2001.
- SMITH, Edwin M. & WEISS, Thomas G. Un task-sharing: toward or away from global governance? In: WEISS, Thomas G. (ed.). *Beyond un subcontracting: task-sharing with regional security arrangements and service-providing NGOs*. Nova York: St. Martin's Press, 1998.
- STRECK, Valburga Schmiedt. Família e escola: em busca de condições de empoderamento. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 37, nº 158, pp. 187-203, 2001.
- TREVISOL, Joviles Vitório. O Fórum Social Mundial e os dilemas da cidadania. Joaçaba: Unoesc, 2001, mimeo.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- WEMANS, Jorge. Informação e cultura da paz. In: PUREZA, José Manuel (org.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001.

Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina¹

Anthony Bebbington*

Ao me convidarem para escrever este texto, a Abong e a Alop propuseram como tema “A relação problemática entre o norte e o sul na produção de conhecimentos sobre as organizações não-governamentais e seu impacto social”. Ao refletir sobre ele, comecei a pensar que, se existe aqui algum problema, não se encontra tanto (ou, pelo menos, não somente) no fato de a maior parte das publicações sobre as organizações não-governamentais (ONGs) terem sido escritas em inglês, por pessoas do norte (predominantemente britânicos e homens). Creio, antes, que o problema principal se encontra na qualidade geral dos conhecimentos que se produzem sobre as ONGs, sejam eles formulados a partir do norte ou do sul. E eu sugeriria que a qualidade desses conhecimentos não tem sido muito grande.

Ora, esse problema mais profundo tem obviamente algo a ver com a relação norte-sul, porém em outro sentido. Sugiro que a mesma rede de cooperação pela qual fluem recursos, idéias e relações de poder, que, de algum modo, caracteriza toda a atividade intelectual sobre as ONGs, distorce os conhecimentos produzidos. Cria incentivos para a geração de determinado tipo de conhecimento – e certo tipo de argumento – e não outros. Não que os conhecimentos produzidos sejam incorretos, mas, sim, incompletos e enviesados. Isso produz vários efeitos, que, em conjunto, têm levado a uma superestimação das capacidades das ONGs,

1. Agradeço a Manoela Borges, Leonith Hinojosa e Oscar Bazoberry os seus comentários sobre o documento, e a Eduardo Ballón a sua resposta ao texto durante o seminário “Estudos sobre as organizações não-governamentais na América Latina: situação e perspectivas (São Paulo: 3 a 5 de dezembro de 2001)”. Agradeço também, uma vez mais, a Eduardo Ballón, Mariano Valderrama e Nico van Niekerk pelas conversas que mantivemos durante o ano 2000 e que, de algum modo, influenciaram minhas reflexões. Não obstante, as opiniões aqui expostas são as minhas, não envolvendo outras pessoas.

* Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de Colorado, Boulder, Estados Unidos.

a atitudes cada vez mais céticas em face delas e a um baixo nível de teorização e reflexão sobre esse fenômeno.

Nesta comunicação, desejo refletir sobre alguns dos vieses que percebo na discussão sobre ONGs², sobre as razões desses vieses e sobre alguns de seus efeitos. Obviamente, essas são somente minhas percepções, mas eu as apresento com o desejo de explorar se, e como, será possível gerar outros tipos de conhecimentos sobre as ONGs. De fato, creio que voltar a propor o tema ONG poderia ser base para repensar nosso entendimento da sociedade civil, do Estado e dos processos de construção e mudança de políticas.

Esta comunicação tem quatro partes. *Primeiro*, comento sobre distorções que percebo nos conhecimentos que têm sido produzidos sobre as ONGs e sobre a rede de cooperação privada/pública que vincula a América Latina, a Europa e a América do Norte. *Segundo*, identifico certos fatores que poderiam explicar algumas dessas distorções, enfatizando a influência da mesma rede de cooperação no processo de construção do conhecimento. *Terceiro*, procuro esboçar determinados elementos de uma possível teorização das ONGs, que poderia abrir novas linhas de investigação e reflexão. *Quarto*, finalmente, sugiro determinadas implicações do argumento tanto para o papel da universidade como local de pesquisa sobre as ONGs como para modalidades de financiamento da pesquisa sobre elas.

Ausências e vieses na produção de conhecimentos sobre as ONGs

Desejo, inicialmente, refletir sobre o que percebo como vieses ou lacunas no conhecimento existente sobre as ONGs na América Latina. Não estou sugerindo que não haja conhecimento algum nessas áreas, mas sim que as reflexões e os estudos têm-se concentrado em certas áreas e não em outras. Na seção que se segue pretendo indicar que isso não é casual.

2. É importante registrar que estou falando apenas a respeito de ONGs de promoção ou desenvolvimento (ONGDs).

Vieses empíricos

Embora o volume de publicações em inglês sobre as ONGs tenha crescido muito nos últimos anos, continua havendo certas ausências e certos vieses nos temas tratados. Registro alguns aqui, sem refletir sobre o porquê desses vieses; essa reflexão ocorrerá na próxima seção.

1. Tende a haver mais pesquisas sobre as ONGs do sul do que sobre as ONGs do norte. Sabemos muito pouco – pelo menos com base na literatura publicada – a respeito do funcionamento, da cultura, da base social ou dos debates internos das ONGs do norte. Sobretudo, tem-se escrito muito pouco sobre aquelas ONGs, que são predominantemente organismos financiadores (por exemplo: EZE, Misereor, Oxfam, ICCO, Cordaid, Novib, Diakonia, Manos Unidas, Pão para o Mundo etc.).

2. A literatura (sobretudo a produzida no norte) tende a conceber as ONGs do norte e as ONGs do sul como unidades de análise distintas. Obviamente o são, em certo sentido, pois cada uma tem sua missão, atividades, pessoal etc., próprios, e suas origens se devem a processos distintos. Mas há também lógicas da cooperação nas quais tanto as ONGs do norte quanto as do sul estão mergulhadas e que obrigam uma análise dessas organizações no contexto das redes internacionais da cooperação por meio das quais essas lógicas funcionam. Além disso, existem redes sociais muito importantes que cruzam as fronteiras institucionais dessas organizações, que em muitos casos envolvem pessoas da Europa, da América Latina e da América do Norte e que em certo sentido sustentam essas organizações e explicam seu aparecimento. Sabemos muito pouco dessa outra dimensão estrutural das ONGs; sugiro que, portanto, entendemos muito pouco da natureza *real* das ONGs. É irônico que, considerando o grande número de sociólogos ou antropólogos existentes no mundo das ONGs, haja tão poucas análises sociológicas ou antropológicas sobre elas.

3. Sabemos ainda relativamente pouco sobre as relações entre as ONGs e as sociedades de que fazem parte. Existem afirmações e, em

certos casos, estudos de caso das relações entre ONGs e organizações populares (por exemplo: organizações de bairro, camponesas, indígenas, de trabalhadores etc.). De maneira semelhante, também há estudos sobre a relação ONGs–Estado. Porém, são muito poucos os estudos ou sobre outras relações entre as ONGs e outros atores (por exemplo: entre ONGs e partidos políticos, entre ONGs e empresas, entre ONGs e universidades etc.), ou sobre as relações estabelecidas entre o pessoal das ONGs e outros grupos ou categorias sociais (família, classe, etnicidade etc.).

4. De maneira semelhante, embora tenhamos algum conhecimento sobre os projetos das ONGs e alguns de seus efeitos e impactos, sabemos muito menos sobre os efeitos acumulados da presença de ONGs em diferentes espaços geográficos e sociais. Ou seja, para além de perguntas relativas ao impacto das atividades da ONG *x* sobre a pobreza de uma população *y*, seria interessante entender qual tem sido o efeito mais amplo da presença de ONGs em sua área de trabalho, porque em muitos casos estamos falando de ONGs que trabalham já há quinze ou vinte anos no mesmo espaço. Entre esses efeitos estariam mudanças em idéias, atitudes relativas à modernidade, valores, relações sociais, relações de poder etc. É possível (e talvez provável) que esses não fossem efeitos dos projetos específicos que a ONG levou a cabo nesse espaço³, mas, antes, de sua presença simbólica, das relações sociais de seu pessoal etc. Compreender essas transformações é essencial para entender processos de mudança social, mas pouco sabemos sobre tais influências colaterais das ONGs.

5. Parece-me haver vários fenômenos interessantes no mundo das ONGs (sobretudo as associadas à Alop) que são difíceis de explicar utilizando os enfoques que até agora têm dominado as publicações sobre o tema (tanto em inglês quanto em espanhol)⁴. Por exemplo: os recentes fluxos de pessoas entre as ONGs e as instituições públicas no

3. De fato, as temporalidades de tais efeitos não serão o mesmo que as temporalidades dos projetos.

4. Neste ponto, devo ser honesto e, envergonhado, reconhecer que não conheço suficientemente bem a literatura em português para poder comentá-la.

Peru⁵ não se explicam tanto pelo fato de que anteriormente as pessoas trabalhavam no espaço não-governamental, mas, antes, pelas relações sociais que tinham (talvez cultivadas a partir da ONG em períodos anteriores) com outras figuras políticas que foram para o Estado e que atraíram para esse espaço seus contatos confiáveis e qualificados. De maneira semelhante, se nossa unidade de análise é a ONG como ator, também não é fácil explicar os fluxos e refluxos de pessoas entre as ONGs e o Estado chileno, nem o trânsito de pessoas e informações entre as ONGs e o Banco Mundial. Parece-me haver outros processos, outras relações e redes sociais que sustentam esses movimentos e que é importante serem compreendidos para poder entender a natureza das ONGs, como se dão suas relações com outras organizações e com certos órgãos do Estado (sobretudo aqueles do setor social) e não outros (sobretudo aqueles que têm a ver com o manejo macroeconômico). Além disso, creio que uma reflexão sobre fenômenos como esses, e sobre as influências dessas redes sociais no comportamento das instituições, teria implicações não só para nossa maneira de conceituar as ONGs, mas também o Estado.

Poderia acrescentar várias outras ausências no que se tem escrito sobre as ONGs, mas os pontos acima são suficientes para sugerir que tem havido, até hoje, três tendências na pesquisa sobre as ONGs que têm enviesado nosso entendimento e conhecimento sobre elas.

- As ONGs têm sido categorizadas como atores do norte e atores do sul, quando estão, ao mesmo tempo, imersas em redes sociais que muitas vezes são transnacionais e não formais. Essa outra dimensão das ONGs não tem sido estudada com muita profundidade.
- As ONGs têm sido concebidas como organizações distintas e separadas de seus Estados e de outras estruturas e organizações sociais, quando na prática tem havido muitas redes sociais que cruzam essas fronteiras

5. Entre esses exemplos, a quase captura de pessoas do Centro Peruano de Estudios Sociales (Cepes), para o novo organismo que coordena a cooperação internacional, a presença de pessoas de Medicus Mundi e Desco-Paed no Ministério da Saúde.

institucionais. Pouco sabemos sobre essas redes e suas implicações para o controle social e o comportamento das instituições de uma sociedade.

- As ONGs têm sido conceituadas como atores de desenvolvimento e não tanto como fenômenos sociais que devem ser entendidos em relação a um conjunto de outras relações sociais.

Vieses metodológicos

Esses vieses empíricos nos estudos sobre as ONGs relacionam-se com certos vieses metodológicos. Muitos trabalhos baseiam-se em autodiagnósticos das ONGs, períodos de pesquisa relativamente curtos e entrevistas com informantes-chave e grupos focais. Também nesse caso isso não constitui um problema por si só, mas tem o efeito de gerar certo tipo de informação e interpretação e não outro – a informação que gera é menos matizada e menos profunda e as interpretações resultantes são às vezes nítidas demais, pouco problematizadas. O mais importante, talvez, é que essas metodologias dependem muito daquilo que os atores sociais *dizem* e não de uma observação sustentada do que *fazem*. Frequentemente, também não são suficientes para gerar a informação necessária para entender por que um informante diz o que diz; em outras palavras, não há informação necessária para se realizar um trabalho interpretativo.

Vale a pena dizer que a situação é igual ou pior no estudo de organismos oficiais, sejam bilaterais ou multilaterais. De todo modo, porém, essa limitação metodológica restringe a profundidade da pesquisa. Embora não sendo antropólogo, é nesse sentido que vejo a necessidade de mais pesquisas etnográficas sobre as ONGs, tanto sobre sua vida interna quanto sobre sua forma de relacionar-se com as populações com que trabalham e com seu entorno social e institucional. Contudo, há pouco conhecimento sobre isso, principalmente sobre a vida interna das ONGs. Sem esse tipo de informação, nossa compreensão sobre as ONGs fica restrita (Markowitz, 2001); em muitos sentidos, a ONG fica sendo uma “caixa preta”.

Vieses analíticos e conceituais

Gostaria de sugerir que a pesquisa sobre as ONGs tende a privilegiar excessivamente apenas uma unidade de análise: a ONG como organização. Parece-me que seria frutífero trabalhar com outras unidades de análises ao mesmo tempo e, sobretudo, estudar não só a ONG como organização, mas também os indivíduos dentro da organização, suas redes sociais e as redes transnacionais de que fazem parte. Suspeito que esse tipo de análise nos forneceria uma imagem mais completa da natureza das ONGs, de como e por que surgem nas sociedades e de seu papel e posição social mais contemporâneos.

Ver as ONGs como organizações parece levar a outro viés, um pouco mais conceptual: a tendência de vê-las como partes da sociedade civil e de ver a sociedade civil como um conjunto de organizações que não são do mercado, nem do Estado (Ballón, 1997; Durán, 1990). Gostaria de sugerir que esse tipo de formulação conceptual possui dois efeitos: leva-nos a ver limites rígidos e distintos demais entre Estado, mercado e sociedade civil, e a perceber as organizações como atores.

Não obstante, gostaria de sugerir que há muita porosidade nos limites entre essas esferas institucionais, a tal ponto que não é evidente que essa categorização Estado/mercado/sociedade civil seja a mais útil ou idônea para entender a sociedade, ou – em termos mais específicos – o papel e a posição das ONGs nessa sociedade. As organizações não são atores, antes, porém, meios através dos quais atuam os indivíduos e os grupos de interesse.

O que sucederia se deixássemos de ver as ONGs como atores e instituições da sociedade civil e começássemos a vê-las como meios de ação para outros atores? Parece-me que deveremos fazer um pouco de reengenharia analítica, montando um aparato conceptual que priorize o indivíduo e suas relações sociais e que insista na necessidade de entender todo tipo de organização em seu contexto socioinstitucional. Num esquema como esse, a organização – nesse caso a ONG – aparece como algo que o indivíduo cria, ou em que entra, para poder fazer alguma coisa, ou ser alguma coisa (política, pessoal, pragmática, ou o que seja) que não lhe seria possível se atuasse sozinho, ou mediante suas relações sociais.

Há poucos trabalhos que interpretam as ONGs dessa maneira, mas parece-me que esse tipo de conceptualização poderia abrir outro tipo de reflexão, e que isso poderia ser muito útil. Implica aprender algo da literatura sobre os movimentos sociais na América Latina, literatura essa em que o trabalho conceptual tem sido muito mais desenvolvido e na qual a participação de pesquisadores da América Latina tem sido muito mais ativa e visível (ver, por exemplo, as contribuições e bibliografia em Alvarez et al., 1998; Escobar e Alvarez, 1992).

Debilidades teóricas

Finalmente e, em certa medida, em consequência dos itens anteriores, há pouco trabalho teórico sobre as ONGs. Penso que isso tem muito a ver com o problema das unidades de análise. O fato de o rótulo ONG incluir organizações de todo tipo torna muito difícil gerar teorias sobre as ONGs.

Outra observação relacionada com isso é que há relativamente poucas pesquisas sobre as ONGs feitas nas universidades (do norte ou do sul). Se pensamos naqueles pesquisadores anglo-saxões do norte que têm maior visibilidade no debate a respeito das ONGs, muitos deles trabalham em institutos privados, fundações e ONGs financiadoras, ou são consultores independentes (por exemplo: Biekart, Edwards, Fowler, Farrington, Smillie, Fisher, Oakley⁶, Zadek, Riddell, Carroll, Clark)⁷. Além disso, muitos dos que trabalham em instituições acadêmicas (Wils, Hulme, Howes) participam de programas que dependem muito de consultorias e pesquisas contratadas pelos organismos de cooperação. Ousaria afirmar que o único acadêmico anglo-saxão que tem trabalhado sobre o tema ONG e realmente tem *status* na academia é Norman Uphoff, professor da Universidade de Cornell.

Por que as pesquisas sobre as ONGs se concentram em certo tipo de pessoa que trabalha com base em determinado tipo de instituição? Creio que um fator é que as ONGs financiadoras do norte (não tanto as ONGs

6. Tragicamente, Peter Oakley morreu este ano.

7. A maior parte de meu trabalho sobre esse tema também foi feita quando trabalhava em dois institutos sem fins de lucro na Inglaterra, Overseas Development Institute (ODI) e International Institute for Environment and Development (IIED).

latino-americanas⁸) têm certo receio dos pesquisadores universitários. Questionam a utilidade de um trabalho mais conceptual ou teórico, e a motivação do pesquisador. Portanto, apenas determinados tipos de investigadores é que têm acesso mais ou menos fácil às ONGs. Esses pesquisadores tendem a ser pessoas conhecidas (*insiders*), que possuem certo tipo de relação já estabelecida com a organização. Isso não é, por si só, um mal, mas provavelmente influi na seleção dos temas pesquisados e na forma de conceptualizá-los e analisá-los.

Outro fator tem a ver com o problema da teoria. A relativa debilidade da reflexão teórica sobre as ONGs tem um efeito, creio eu, de dissuadir os pesquisadores mais acadêmicos de começar trabalhos de pesquisa sobre as ONGs. Há relativamente poucas publicações que tratam das ONGs nas diferentes disciplinas acadêmicas⁹ – em grande parte, creio eu, porque os trabalhos sobre ONGs acabam por ser demasiado aplicados em sua abordagem, ou demasiado descritivos, ou seja, até o momento, o retorno profissional de um trabalho sobre as ONGs é limitado para os acadêmicos, em grande medida pelo pouco desenvolvimento de marcos teóricos para entender as ONGs. Chama a atenção o fato de que muito diversa é a situação na discussão dos movimentos sociais, em que tem havido um verdadeiro *boom* acadêmico e o número de publicações em revistas importantes é impressionante. Creio que isso tem a ver com o nível de reflexão teórica sobre os movimentos sociais, reflexão muito mais interessante, motivadora e criativa do que qualquer das reflexões a respeito das ONGs.

Se associarmos esse problema do limitado incentivo acadêmico com a dificuldade que muitos pesquisadores (que não são *insiders*) enfrentam

8. Por que essa diferença? Talvez porque a distinção entre ONG e universidade é muito mais clara na Europa do que na América Latina? Em um livro muito atraente, David Luhmann (1990) qualificou as ONGs como a universidade informal, sugerindo que muita gente das ONGs latino-americanas tinha as qualificações necessárias e as inclinações suficientes para trabalhar na universidade. Não obstante, acabaram por trabalhar nas ONGs como resultado da repressão política e/ou do estrangulamento econômico sofridos por muitas das universidades estatais da região. Ao contrário, no norte, os que trabalham nas ONGs têm pouco interesse em trabalhar no setor universitário e, de fato, tendem a confiar muito pouco na utilidade social da academia.

9. Há mais artigos nas revistas centradas em estudos para o desenvolvimento, por exemplo: *World Development*, *Third World Quarterly*, *Development and Change*. Mas, afinal, essas revistas não têm o mesmo peso que as revistas disciplinares quando o acadêmico busca obter promoção profissional.

quando tentam estudar as ONGs (pelos problemas de desconfiança etc.), não surpreende que sejam poucos os acadêmicos que fixam sua atenção sobre essas organizações. Conseqüentemente, a discussão continua a ser dominada por *insiders*, por trabalhos mais aplicados e descritivos, e por processos de controle de qualidade (*peer review*) que não são muito exigentes. A conseqüência disso é que o nível de reflexão teórica sobre as ONGs continua a ser baixo, em um tipo de círculo auto-reprodutor em que não é fácil distinguir causa e efeito.

Como influi a rede de cooperação na produção de conhecimentos?

Como explicar a existência de tantos vieses na construção de conhecimentos? Também aqui há muito a dizer, mas quero focar meus comentários em um subgrupo de fatores que me parecem especialmente importantes e relevantes para o tema em questão. Todos os fatores desse subgrupo têm algo a ver com a rede de cooperação, porque insisto em que não podemos desligar a produção de conhecimentos sobre as ONGs da realidade de que elas são organizações que dependem, para sua existência, de diferentes redes de relações através das quais fluem recursos financeiros (e outros) de que as ONGs precisam para sobreviver. Dizendo isso, não estou sugerindo que todos os conhecimentos produzidos são instrumentais a certos interesses dessa rede (embora alguns deles sejam), mas, sim, que a realidade da rede influi bastante no conhecimento que está (e não está) sendo produzido.

Dependência financeira e produção de conhecimentos

Um ponto de não menor importância nesse caso é que a maior parte dos estudos feitos sobre as ONG é financiada no norte e, em geral, por organismos que têm interesse direto ou indireto na cooperação para o desenvolvimento. Entra aqui todo tipo de organismos: bilaterais, privados (ONGs tipo Oxfam, ICCO, PPM), multilaterais etc. Em muitos casos, os estudos não são apoiados especificamente para enfrentar um problema

de um projeto ou programa já financiado. Não obstante, mesmo quando são apoiados por fundos especiais para a pesquisa dentro desses mesmos organismos, a agenda principal do órgão influi muito na seleção de hipóteses, temas, metodologias etc. Antes de mandar uma proposta, o pesquisador já sabe o que deve dizer (e não dizer) e o que o organismo busca nos estudos que financia. Embora isso ocorra menos com fundações (como Ford, MacArthur, International Development Research Center), continua havendo um processo de seleção (e de exclusão) de certos temas.

Embora sejam variados os mecanismos utilizados para financiar estudos sobre as ONGs – mecanismos que vão desde concursos abertos até estudos projetados e contratados pelo organismo –, em todos a visão da financiadora tende a influir na seleção de temas e de metodologias. Conseqüência simples dessa situação é que muito pouca pesquisa tem sido feita sobre essas próprias financiadoras: sobre sua forma de identificar prioridades, suas maneiras de selecionar e trabalhar com organizações sediadas no sul, a estrutura de suas redes pessoais com pessoas na América Latina, sua maneira de traçar seus modelos de desenvolvimento etc. Esses temas seriam de muito interesse não só para pessoas que trabalham nas ONGs latino-americanas, mas também para nós, professores, que capacitamos estudantes que, em muitos casos, querem entender aqueles organismos para depois buscar uma vida profissional na cooperação internacional.

Para muitos organismos do norte (sobretudo os oficiais), no final das contas a ONG latino-americana é concebida como um instrumento para a implementação de projetos e não como um fenômeno social¹⁰. Portanto, à medida que esses organismos (e pessoas desses organismos com essa atitude) contratam pesquisas, a tendência é contratar estudos que vão dizer-lhes como melhorar a eficácia desse instrumento para as finalidades do organismo – para poder ter um projeto mais bem-sucedido. Também nesse caso, isso não é um mal em si, mas sem dúvida alguma gera somente um determinado tipo de informação sobre a capaci-

10. Sempre me chama a atenção a grande freqüência com que se faia em “utilizar” as ONGs – não no sentido de manipulá-las, mas sim no de aproveitar sua existência para implementar atividades.

dade da ONG, sobre como fortalecê-la etc. Ainda uma vez, conhecimento interessante mas enviesado.

Avaliação como pesquisa – vantagens e limitações

Boa parte das pesquisas feitas sobre as ONGs baseia-se em avaliações pedidas normalmente (embora nem sempre) pelo organismo financiador. Convém que se observe que isso tem algo a ver com o contexto de trabalho daqueles que têm feito a maior parte das publicações (e não somente em inglês) a respeito das ONGs. Como comentamos anteriormente, muitos trabalham ou como consultores ou em institutos privados sem fins lucrativos que precisam autofinanciar-se. Esse autofinanciamento normalmente se faz com base em uma mescla de doações, contratos e consultorias. Nesse contexto, constitui uma estratégia pessoal e institucional utilizar as avaliações (que normalmente são consultorias) como atividades com duplo objetivo: fornecem insumos a programas de pesquisa e geram os recursos econômicos necessários para manter tanto a pessoa quanto a instituição.

Essa estratégia de associar avaliação com pesquisa tem certas vantagens em comparação com a estratégia mais clássica dos pesquisadores universitários. Implica que o pesquisador tenha acesso a tipos de informação que muitas vezes seria difícil conseguir em um trabalho claramente investigativo. Facilita a obtenção de entrevistas e, em certo sentido, dá (ou deveria dar) uma perspectiva bem informada sobre a relação entre o comportamento institucional da ONG e suas relações financeiras. De fato, o processo de avaliação constitui, ele mesmo, uma dimensão dessa relação.

Não obstante, as avaliações também limitam o que se pode estudar. Os termos de referência definem os parâmetros do que se pergunta. Além disso, as avaliações trabalham com horizontes de tempo muito limitados, em dois sentidos: primeiro, concedem três a quatro semanas para que tudo esteja terminado, o que implica pouco tempo para aprofundamento; segundo, tendem a pedir estudos das mudanças, impactos e efeitos que se tenham verificado durante o período de um projeto a ser avaliado (normalmente, três a quatro anos). Isso dificulta qualquer esforço de ver

os efeitos acumulados da presença da ONG em uma determinada área durante um período que é muito mais extenso do que o do último projeto.

Isso tem o efeito de gerar conhecimentos que, ainda que sejam úteis e sirvam para identificar respostas aos problemas do dia, são limitados em seu alcance. Não são conhecimentos que facilitem uma reflexão mais ampla ou uma renovação de nossas formas de entender as ONGs como fenômenos sociais.

O que se sabe e o que se diz

Evidentemente, as ONGs latino-americanas também geram um bom número de estudos sobre ONGs da região. Isso tem muitas vantagens: essas ONGs estão mais próximas da realidade vivida e têm acesso mais fácil e eficiente a muitas informações do que teriam pesquisadores do norte (mais fácil tanto no sentido físico quanto no sentido social e lingüístico)¹¹. Mas quase sempre esses estudos são feitos com recursos de seus organismos de cooperação. Isso tem vários efeitos. Por um lado – e do modo como foi comentado em itens anteriores –, esses recursos não permitem estudos muito profundos; antes tendem a permitir ou sistematizações de experiências ou visões mais panorâmicas do estado da ação, do pensamento e do financiamento das ONGs na região, ou seja, uma vez mais, geralmente não são estudos que problematizam o fenômeno ONG e que vão um pouco mais a fundo em termos sociológicos, antropológicos e etnográficos. Por outro lado, essas ONGs, e os indivíduos que nelas trabalham, têm necessidade de projetar-se de uma maneira que facilite manter seu acesso a recursos e sua legitimidade em esferas mais políticas – legitimidade de que precisam para conseguir acesso a espaços de tomada de decisões e de diálogo sobre políticas. Isso não significa que a pesquisa surgida dessas iniciativas é incorreta ou deliberadamente manipulada, mas obviamente o contexto estrutural em que os estudos são feitos influi sobre o que seja ou não estudado. De fato,

11. Embora, evidentemente, haja casos em que pessoas de fora terão maior acesso a certos tipos de informação e a determinadas pessoas.

nesse sentido é que sempre me chama a atenção a discrepância existente entre o que se escreve com base nas ONGs sobre o tema ONG e o que pessoas dessas mesmas ONGs lhe dirão no correr de conversas de corredor ou de caráter particular. Acabam por apresentar feições muito diversas da mesma ONG. Não que uma dessas feições seja mais correta do que as demais, mas sim que é preciso compreendê-las todas para captar a natureza da ONG e as razões para as múltiplas percepções existentes dessas organizações.

Alternativas para o desenvolvimento, instituições para alternativas?

A maior parte das pesquisas sobre as ONGs (e não somente na América Latina) tem sido bastante normativa, no sentido de que se alimenta da esperança de que as ONGs pudessem constituir as instituições de vanguarda na elaboração de alternativas às formas dominantes e excludentes de desenvolvimento. Na literatura anglófona, essa esperança viu-se cristalizada numa edição especial da revista *World Development* que tinha o título "Alternativas para o desenvolvimento: o desafio para as ONGs" (Gordon Drabek, 1987; ver também Meehan, 1978, e Durán, 1990).

Em consequência disso, muitos dos estudos sobre as ONGs foram feitos por pessoas comprometidas com a idéia das ONGs como alternativa. Suas publicações tendiam a enfatizar os aspectos positivos das ONGs que estudaram (ou das ONGs em geral), e a ser um pouco mais silenciosas sobre temas mais problemáticos dentro das ONGs¹². Obviamente, entende-se esse viés: a idéia foi tornar mais visíveis e legítimos um grupo de pessoas e ativistas, e um conjunto de idéias, que não haviam sido tão visíveis ou legítimos, e o objetivo foi influir em debates e políticas. Não obstante, esse viés também teve certos efeitos menos desejáveis: superestimava as capacidades e as qualidades das ONGs; deu uma imagem parcial da realidade das ONGs; utilizou categorias que, apesar de mais

12. Incluo-me nesse grupo.

compreensíveis e vendáveis no mundo da cooperação, nem sempre (ou necessariamente) eram as mais adequadas para descrever os fenômenos a ser descritos; e, finalmente, além de vender as qualidades das ONGs, acabou por contribuir para o crescente desencanto com elas, que se observa atualmente em muitos círculos.

Nesse caso, não é tanto que a rede de cooperação tenha influído na seleção dos temas de pesquisa ou nas metodologias, mas, de todo modo, influenciou, porque a idéia foi que a pesquisa ia influir nas práticas da cooperação, ou seja, o fato de ter um objetivo aplicado e político levou a certos vieses e ausências nesses estudos também.

Essa reflexão leva-nos ao ponto final desta seção. Ainda que a curto prazo, pode ser útil haver pesquisas que enfatizem os aspectos positivos das ONGs, enfoquem certos problemas que o organismo financiador, ou a ONG, queira resolver, ou sejam mais aplicados do que conceituais etc., a médio e longo prazos, porém, parece-me que não convém haver trabalhos de pesquisa que sejam tão enviesados nesses sentidos. Finalmente, leva a uma situação em que as expectativas das ONGs são demasiado exageradas, em que nunca se fala das coisas como realmente são e em que, finalmente, nunca se entende realmente o que são essas entidades que se chamam ONGs. Efeito disso é a geração de um desencanto crescente com as ONGs, uma repetida incapacidade para aprender e (o que é o mais grave) uma incapacidade de reconstruir a idéia do desenvolvimento, ou da mudança social, sobre a base de práticas materiais e experiências reais.

Vemo-nos, então, diante de dilemas sumamente complexos e sensíveis tanto para o pesquisador como para a ONG. Para o pesquisador, o dilema é como fazer um trabalho de pesquisa que seja comprometido (em termos normativos) mas ao mesmo tempo crítico, e como fazer um trabalho de pesquisa que seja útil, mas não definido por temas tão restritos que se perca a possibilidade de enxergar além do problema em si e de se construir teoria. Para a ONG (incluindo as ONGs financiadoras), o dilema é como abrir-se a um trabalho de pesquisa que poderia gerar resultados críticos e desafiar os conceitos mais sagrados da organização. Os riscos são reais e é por isso, evidentemente, que muitas ONGs são tão sensíveis à crítica. Mas, afinal, se não houver um debate mais aberto e

honesto, será impossível renovar as ONGs, reconstruir os conceitos de desenvolvimento, de mudança social ou de cooperação. E a mim parece que essas são tarefas cada vez mais urgentes.

Elementos de uma teoria das ONGs

Correndo o risco de ser “demasiado acadêmico”, parece-me que uma das tarefas mais importantes e urgentes na pesquisa sobre as ONGs é a da construção de teoria. A ausência de teoria é que leva à pergunta eterna, dolorosa, até mesmo aborrecida, mas sempre legítima: o que é uma ONG? Se até hoje não há uma resposta para ela que não acabe sendo ou uma lista ou uma definição baseada no que *não é*, esse é um bom indicador da necessidade de haver uma teoria (ou um conjunto de teorias) para que se possa falar com mais clareza a respeito do fenômeno das ONGs.

Elaborar teoria não é o propósito desta comunicação, mas, tendo sugerido a necessidade de repensar nossa unidade de análise ao pensar e falar das ONGs, quero nesta seção esboçar elementos de uma possível reteorização das ONGs. Não se trata de modo algum de um argumento acabado, mas antes um esboço de idéias para sugerir certas pistas para posterior pesquisa.

Um ponto de partida é a seguinte interpretação muito básica: as ONGs podem ser vistas como uma forma de ação coletiva formalizada, que resulta mais eficaz do que ações coletivas não-formais. O fato de ser uma organização oferece acesso a certos recursos e espaços que uma rede social informal não permite.

Ainda que essa formulação capte algo da função da ONG, nada diz sobre seus objetivos, nem sobre seu sentido político e simbólico, nem sobre o lugar que ocupa na sociedade local, nacional e global. Essas dimensões da ONG devem ser analisadas em termos mais empíricos, vendo-a em dois contextos: seu contexto histórico (como surgiu a ONG de outras relações sociais que antecederiam a ONG e que, portanto, influem em sua evolução posterior?); seu contexto político-econômico (no qual existem outros atores com os quais as pessoas da ONG interagem de maneiras tanto sinérgicas quanto conflitivas).

Esses contextos explicariam grande parte do sentido, do objetivo e das ações das ONGs. Porém, não são também estáticos, nem no tempo nem no espaço. São as pessoas que trabalham na ONG que reproduzem o sentido e o porquê da organização e, ao reproduzi-los, sempre os modificam. Quanto os modificam, e em que direção, depende muito das aspirações dessas pessoas e, embora se suponha que essas aspirações são convergentes com a missão da organização, essa convergência nunca é perfeita.

Posto isso, as ONGs deveriam ser analisadas em três níveis: o nível da organização como tal, seus objetivos formais e suas ações tal como descritas no discurso formal da instituição; o nível dos indivíduos que são ativos dentro e em torno das ONGs; o nível das redes sociais que sustentam a organização e através das quais os indivíduos da ONG atuam.

É importante notar que essas redes sociais existem em muitos níveis: local, nacional e transnacional. A dimensão transnacional adquire muito mais importância quando se considera como essas ONGs têm acesso a recursos externos, ou com eles se auto-sustentam. Além disso, muitas vezes será o caso de que as redes sociais que existiam antes da ONG e das quais a ONG surgiu inicialmente terão sido tanto transnacionais quanto nacionais, como as redes da Igreja Católica, das companhias dentro da igreja, as redes de movimentos políticos internacionais (por exemplo, a social-democracia ou a democracia cristã) etc. Além de serem os veículos para o acesso a recursos, essas redes estruturam a relação social (que sempre será desigual) entre a ONG e a sociedade local, nacional e global.

Assim, as ONGs são vistas como fenômenos da globalização, que são, ao mesmo tempo, instrumentos para a ação individual e coletiva em suas sociedades nacionais e locais. Com esse tipo de conceptualização, torna-se mais fácil entender fenômenos como os fluxos de pessoas da ONG para as instituições do Estado, os encontros e desencontros entre ONGs e movimentos sociais etc. Torna também mais aceitável a noção de que não são as ONGs que atuam, mas, sim, as pessoas e grupos de interesses que atuam através das ONGs.

Esse tipo de formulação não implica uma perda de interesse no fenômeno das ONGs, mas, sim, um novo modo de propor tanto o fenômeno

quanto seu estudo. Implica, sobretudo, enfocar nossos temas de análise em perguntas como: por que se criaram as ONGs e, sobretudo, por quem foram criadas; como é que elas têm sido usadas durante os anos; que indivíduos, redes e grupos de interesse as têm usado como instrumentos de ação; que tipos de ação elas têm permitido, e não permitido; como entendemos essas ONGs como fenômenos que são ao mesmo tempo nacionais e transnacionais; que efeitos têm tido as ações levadas a cabo através das ONGs nessas esferas nacionais e transnacionais (além de seus efeitos em nível de projeto)?

Ainda que possa parecer que esses elementos de uma teorização das ONGs têm pouco ou nada a ver com o tema desta minha comunicação, ou com as seções anteriores, quero sugerir que, ao contrário, essa relação é estreita. O ponto básico é a existência de muitas maneiras de conceptualizar as ONGs, e que essas conceptualizações abrem novas linhas de reflexão sobre as ONGs e de pensar estratégia. Não obstante, essas alternativas teóricas têm sido muito pouco desenvolvidas na literatura sobre as ONGs, sobretudo porque os trabalhos que sustentam essa literatura têm tido outras preocupações que não a de construir a teoria¹³. Nesse sentido, a rede de cooperação não influi somente na geração de informação empírica sobre as ONGs, tem influenciado também na construção de teoria.

Reflexões finais: o poder, o dinheiro e a academia

O poder e a comunicação: financiamento da pesquisa sobre as ONGs

No correr desta comunicação, tenho pretendido sugerir que não podemos negar a existência de uma relação importante entre as modalidades de financiamento da pesquisa e os tipos de conhecimento produzidos. Não foi minha intenção propor um tipo de “teoria conspiratória”, pois não se trata da existência de um mundo de financiadores que intencionalmente

13. Exceção muito interessante, mas pouco citada, encontra-se em Luhmann (1990).

procura manipular a pesquisa para que sirva a determinados interesses, como também não se trata da existência de um mundo de pesquisadores e ensaístas que ou estão participando dessa manipulação para servir a seus interesses pessoais ou estão manipulando a produção de conhecimentos para servir aos interesses financeiros das ONGs com que trabalham. Esse tipo de explicação, que não é pouco freqüente em outras discussões sobre a relação entre conhecimento, poder e dinheiro no mundo do desenvolvimento¹⁴, é pouco matizado e demasiadamente normativo. Isso, porém, não implica que não haja uma relação entre o financiamento da pesquisa e a construção do conhecimento, e espero ter sugerido algumas das dimensões dessa relação: as fontes de financiamento da pesquisa; a forma pela qual os recursos se tornam disponíveis; e o fato de que se trata de pesquisa sobre organizações (ONG) que são sumamente dependentes de um financiamento externo que, muitas vezes, vem das mesmas fontes que dão apoio à pesquisa. Tudo isso influi no que se diz, e não se diz, nos estudos e nas publicações que são feitos sobre as ONGs.

O que temos, então, é um caso específico de uma relação muito mais geral: a relação entre o poder e a comunicação (*à la* Habermas), ou entre o poder e o conhecimento (*à la* Foucault). De Habermas (1984) aprendemos a idéia de que não existe forma alguma de comunicação que não seja distorcida pelas relações de poder, e de Foucault (1980), que não há formas de conhecimento que não estejam inscritas com relações de poder. No caso das ONGs, talvez a relação de poder mais importante seja a que se baseia nos fluxos financeiros¹⁵. O fato de dependerem de recursos que provêm de outros atores de fora (tanto para as ONGs do norte, que dependem de seus ministérios de cooperação, como para as ONGs da América Latina, que dependem de fundos oficiais e não-governamentais do norte) limita a possibilidade de uma comunicação mais aberta, restringe a possibilidade de gerar formas de conhecimento que poderiam desestabilizar relações existentes e tende a ter o efeito de que o

14. Por exemplo, ver Ferguson (1994), Goldman (2001) e, em certos momentos, Escobar (1995).

15. Isso não significa que não haja outras fontes de poder nessas relações (por exemplo, o poder burocrático) e outros fatores que tenham gerado desconfiança nas relações norte-sul em torno do tema das ONGs e da cooperação.

processo de construção de conhecimentos seja funcional à manutenção do fluxo de recursos. O desafio, então, é ver até que ponto seria possível abrir outros espaços de comunicação e de construção de conhecimentos que não sejam tão distorcidos pelas relações de poder.

Pelo menos, tudo isso implica que, se quisermos ampliar um pouco mais os horizontes dos conhecimentos sobre as ONGs, é necessário abrir outras modalidades de financiamento da pesquisa. Sobretudo, parece-me que seria muito interessante haver recursos competitivos para a pesquisa sobre as ONGs, administrados por comitês de assessores independentes (entre cujos membros estariam – mas não apenas eles – acadêmicos com conhecimento sobre as ONGs e os movimentos sociais). E seria interessante que as licitações para propostas de pesquisas desses fundos buscassem financiar a inovação conceptual e metodológica no estudo de ONGs, a geração de enfoques distintos da sua problemática e os estudos sobre a sociologia política e a história das ONGs e das redes de cooperação que vinculam o norte e o sul.

Nesse sentido, gostaria de fazer alguns comentários sobre dois antecedentes interessantes. O primeiro deles é o caso do Programa de Pesquisa Estratégica na Bolívia (PIEB)¹⁶. O PIEB financia pesquisas sociais mediante licitações abertas. As licitações identificam temas amplos e as propostas são classificadas por um comitê de peritos independentes e anônimos. Exigem muito relativamente à metodologia, ou seja, que os estudos que recebem ajuda sejam verdadeiras pesquisas sociais. O PIEB também se compromete a publicar as pesquisas mais interessantes em forma de monografia. Embora os recursos provenham do Ministério de Cooperação dos Países Baixos, a cooperação influi muito pouco na identificação de temas de pesquisa e nada na definição de perguntas específicas ou de metodologias – essas tarefas são de responsabilidade do comitê que administra o PIEB e de seus assessores externos. Embora esse seja um fundo para a pesquisa social em geral, parece-me um modelo interessante para apoiar outros tipos de pesquisa e de reflexão sobre as ONGs¹⁷.

16. Ver www.pieb.org e sua revista *Nexos*.

17. O Fundo Minka, do Grupo Chorlavi, possui algo semelhante, embora apóie estudos um pouco mais aplicados.

Uma limitação do modelo PIEB (e não é culpa sua) é que só apóia pesquisas na Bolívia. Não obstante, para o tema das ONGs parece-me importante que haja estudos que trabalhem em diferentes pontos da rede de cooperação entre América Latina, Europa e América do Norte. Na verdade, parece-me essencial que se aprofunde muito mais essa noção de rede, analisando-a como uma espécie de rede transnacional (além de que são redes de longa duração)¹⁸. Em termos normativos, uma análise desse tipo daria ênfase à noção de co-responsabilidade entre os atores dentro da rede; em termos analíticos, ampliaria nossa compreensão do fenômeno das ONGs, relacionando-a com uma análise dos grandes processos de globalização social, econômica e política. Financiar esse tipo de pesquisa requereria outro tipo de fundo, diferente do modelo PIEB, e, além disso, uma rede de pesquisadores para fazê-lo, ponto este que discuto na próxima seção e com o qual encerro esta comunicação.

O segundo antecedente é a nova modalidade de avaliação de programas que conta com o apoio dos organismos de co-financiamento da Holanda. Anteriormente, essas avaliações se faziam com base naqueles mesmos organismos. Isso tinha certas vantagens, mas, ao mesmo tempo, introduzia certos vieses e ausências dos tipos anteriormente mencionados. Isso levou também a obras que se centravam muito nos problemas mais administrativos e institucionais das ONGs e da rede de cooperação (Bavinck, 1999) e não tanto nos problemas de desenvolvimento como tais. Em consequência disso – e sob certa pressão do ministério –, está sendo experimentada nova modalidade de avaliação, na qual um comitê nitidamente independente administra o processo de projetar e executar as avaliações. Esse comitê decidiu apoiar avaliações que tenham um tom algo mais investigativo e analítico. Selecionam pesquisadores/avaliadores independentes, fornecem-lhes recursos para que possam projetar uma proposta de pesquisa/avaliação e, a seguir, dão-lhes um bom tempo (até um ano) para implementá-la.

18. Vale a pena observar que, em anos recentes, outros autores têm comentado que são necessárias mais pesquisas (sobretudo etnográficas) a respeito dessas redes (ver Gupta e Ferguson, 1997; Escobar, 2001).

A vantagem desse modelo é permitir muito mais reflexão sobre os processos abordados, mais análise do problema das ONGs no contexto dos problemas de desenvolvimento mais amplos, e permite um trabalho que, ao mesmo tempo que possui certas características de pesquisa, mantém as vantagens de uma avaliação, por exemplo, acesso a informações, a pessoas e ao campo. Obviamente, sofre também certas limitações: para o gosto de algumas das ONGs e dos organismos, é lento demais, e pode ser demasiado acadêmico (“não prático”) etc. Também não é completamente independente do contexto político e financeiro da cooperação holandês, e esse contexto influi de alguma forma sobre o conhecimento produzido. De toda maneira, porém, constitui uma inovação interessante e importante.

... e a relação com as universidades?

Nem sempre sou muito fanático pelas pesquisas que se realizam por iniciativa das universidades. É freqüente que resultem esotéricas, pouco úteis, densas, e que demonstrem todas as deficiências que se criticam no trabalho acadêmico. Por isso, embora trabalhe agora em universidade, isso tem ocorrido com muita resistência de minha parte. Sempre saio da universidade querendo trabalhar em esferas institucionais, onde considero que meu trabalho será mais útil e terá mais impacto, onde meus colegas terão um pouco mais os pés na terra no mundo vivo da cooperação. Não obstante, por alguma razão, acabo sempre voltando para a universidade, talvez porque ela pareça oferecer-me mais espaço para refletir e conceptualizar a respeito dos temas que me motivam¹⁹.

Possuir esse tipo de espaço para conceptualizar parece-me importante, dada a atual situação da pesquisa e da discussão sobre o tema das ONGs. Parece-me que essa discussão tornou-se algo estéril nos últimos anos²⁰. Por outro lado, talvez isso seja reflexo do sentimento de desencanto que se observa em bom número de ONGs e de seus organismos financiadores. À medida que haja uma relação entre a pesquisa-reflexão

19. Evidentemente, isso é possível graças ao fato de que, nos Estados Unidos, pode-se manter uma família com o salário de professor, o que nem sempre ocorre na América Latina.

20. Isso ocorre tanto para as discussões em inglês quanto para as em espanhol.

e a identificação de novos modelos para a ação – e creio que tal relação existe –, uma renovação da pesquisa sobre as ONGs poderia ser muito frutífera para a ação, não apenas para o debate conceptual.

Em que deveria consistir essa renovação? Evidentemente, *um* elemento deverá ser uma mudança no equilíbrio dos que fazem a pesquisa e em que idioma ela é publicada. Isso implica ser também importante que a pesquisa deixe de ser publicada principalmente no norte e deixe de ser um reflexo do modo de ver oriundo do norte.

Outro elemento, que considero essencial, é que essa renovação se baseie numa renovação teórica, pois realmente é necessária mais reflexão sobre como conceptualizar as ONGs e como entendê-las como fenômenos sociais e históricos. De maneira semelhante, creio serem necessárias outras maneiras de se falar das ONGs – não me atrevo a dizer qual deveria ser essa linguagem –, mas parece-me que as linguagens com que vimos falando sobre as ONGs estão, atualmente, desgastadas. As palavras “sociedade civil”, “ator social”, “acompanhante”, “alternativa”, “popular” etc., são empregadas com utilidade demais e significado de menos.

Nesse contexto é que considero que as universidades podem ter um papel a desempenhar. Parece-me que, num trabalho de reflexão, de re teorização (talvez nem seja questão de “re-”) e de análise empírica para sustentar, desafiar e modificar essas reflexões, será muito importante envolver novos olhos – olhos que trazem consigo outros marcos conceptuais, outros instrumentos metodológicos e um desejo de realmente *entender o outro* (porque é bom enfatizar novamente que, vendo quem tem publicado sobre as ONGs, tanto em inglês quanto em espanhol, muito do trabalho sobre as ONGs tem sido antes um projeto de nos entendermos a nós mesmos). Essa tentativa de re teorizar poderia ser muito frutífera e abrir caminho não apenas para a reflexão e o entendimento, mas também para a ação.

Ainda que o essencial, aqui, devesse ser o nexos com as universidades da América Latina, poderia ser útil criar consórcios que vinculassem universidades, ONGs e pesquisadores da América Latina, Europa e América do Norte. Na medida em que nossas unidades de análise sejam redes transnacionais, poderia ser frutífero utilizar outras redes

transnacionais para estudar os diferentes nós e fluxos de idéias, recursos e pessoas das redes que sustentam as ONGs. Evidentemente, houve esse tipo de consórcio no passado, mas quase sempre com um desequilíbrio de poder e *status* em seu interior – sempre se supunha, afinal, que as universidades do norte iam ser fontes de conhecimento e experiência e agentes de capacitação para as universidades do sul. Aqui, estamos falando de alianças horizontais formadas não para a capacitação, antes, porém, para estudar um fenômeno que necessariamente deve ser estudado em nível transnacional.

Obviamente, tais mudanças não virão assim, simplesmente; exigirão incentivos e recursos econômicos. Nesse caso, um dos desafios é reunir idéias e propostas que sejam suficientemente atraentes para convencer os que dispõem de recursos de que valeria a pena fazer outra rodada de estudos sobre o fenômeno das ONGs. Dessa vez, porém, de outra maneira: estudos mais independentes, menos influenciados pelas necessidades e pelas visões tanto dos organismos de cooperação como das ONGs. Não constitui tarefa fácil, sobretudo num contexto em que esses organismos querem reduzir seu apoio para a pesquisa, mais ainda para aquela pesquisa que não seja muito aplicada. Mas de algum modo o PIEB fez isso na Bolívia²¹.

21. Quanto a isso, é preciso reconhecer a visão e a criatividade de Godofredo Sandovál.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, S., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs.) *Cultures of politics/politics of cultures: revisioning Latin American social movements*. Boulder: Westview, 1998.
- BALLÓN, E. ONG, sociedad civil y desarrollo. In: *Los desafios de la cooperación*. Lima: Desco, 1997.
- BAVINCK, M. *Programme evaluations and the Dutch Co-financing Programme 1980-1999: English Summary*. Ed. Steering Committee for the Evaluation of the Netherlands Co-financing Programme, 1999.
- DURÁN, J. *Las nuevas instituciones de la sociedad civil*. La Paz: Huellas, 1990.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalization and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, v. 20, n^o 2, pp. 139-174, 2001.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, A. e ALVAREZ, S. (orgs.). *The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy*. Boulder: Westview Press, 1992.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- FOUCAULT, M. *Power/knowledge. Selected interviews and other writings (1972-1977)*. Brighton: Harvester Press, 1980.
- GOLDMAN, M. The birth of a discipline: Producing authoritative green knowledge, World Bank style. *Ethnography*, v. 2, n^o- 2, pp. 191-217, 2001.
- GORDON DRABEK, A. (org.) *Development alternatives: the challenge for NGOs*. *World Development*, v. 15 (suplemento), outono de 1987.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Anthropological locations*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- LUHMANN, A. D. *Democracy and development in Latin America: politics, economics and religion in the post-war period*. Cambridge: Polity Press, 1990.

- MARKOWITZ, L. Finding the field: notes on the ethnography of NGOs.
Human Organization, v. 60, n° 1, pp. 40-46, 2001.
- MEEHAN, E. *In partnership with people. An alternative development strategy.*
Arlington: Inter-American Foundation, 1978.
- SLATER, D. (org.) *New social movements and the state in Latin America.*
Amsterdam: Cedla, 1985.

ONGs e universidades: desafios atuais

Luiz Eduardo W. Wanderley*

Seria repetitivo destacar, mas vale desde logo registrar que, se tomarmos por referência certos indicadores usuais, como origem, funcionamento, formato, sentido, membros, tanto as universidades quanto as organizações não-governamentais se identificam por histórias, processos e estruturas bem diferenciados, a não ser em casos especiais, em quaisquer partes do planeta. No entanto, se analisarmos questões mais gerais dos condicionantes externos e internos, perspectivas teóricas e práticas realizadas, pessoas que as compõem, natureza de projetos desenvolvidos, e outros elementos que poderiam ser agregados, há um conjunto expressivo de componentes convergentes e inúmeros desafios comuns. É por essa ótica que o presente texto foi elaborado, buscando perceber aproximações, vínculos, aspirações, ações, problemas, sonhos e utopias que movem protagonistas dessas duas instituições e/ou organizações complexas. Ao me referir às universidades, estarei utilizando indistintamente o termo em sentido estrito e, às vezes, incluindo os centros universitários e institutos isolados de ensino superior. No conjunto, empregarei a expressão “instituições de ensino superior” (IES).

Com base em alguns dados, por vezes curiosos, constantes de trabalhos anteriores sobre as ONGs, algumas distinções e aproximações vão-se delineando. Em texto apresentado originalmente num seminário latino-americano promovido pela Food and Agriculture Organization (FAO), em julho de 1985, Fernandes e Landim (1988), com base nos documentos preparatórios, fazem afirmações interessantes: “Fazem pesquisa, mas não são acadêmicas”; “O pessoal componente das ONGs tende a ser resultante do cruzamento de três fontes: universidades, igrejas, partidos e/ou organizações de militância política de esquerda”; “... as ONGs tornaram-se tão atraentes nos anos 70 justamente porque se apresentavam

* Sociólogo, professor titular do Departamento de Sociologia e ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, membro das ONGs Ação Educativa e Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização Popular (Cesep).

como uma alternativa às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda”; “... para as ONGs, os valores associados à ‘competência’ estão vinculados à universidade. Mas é um fato que as ONGs apresentam-se como uma alternativa ao ‘isolamento’ da academia e se propõem a um intenso relacionamento com outros atores sociais. Nas universidades, por outro lado, as ONGs são vistas também de forma ambivalente – ora como parceiras estimulantes, ora como ‘vulgarizadoras’, praticas de uma ciência de segunda classe”; “A aproximação entre ‘teoria e prática’ é uma idéia importante para distinguir as ONGs diante do ‘teoreticismo’ atribuído às universidades. (...) O nexos (teórico) entre ‘teoria e prática’ é relacionado a uma inserção específica da atividade intelectual: não o isolamento da academia, nem a gratuidade da boêmia, mas um compromisso existencial com aqueles que recebem os frutos do seu trabalho.” Temas estruturantes nas ONGs das fases iniciais, e alguns deles permanecem existindo nos dias de hoje, foram: “intelectuais orgânicos” de inspiração gramsciana, “sociedade civil”, “povo sujeito”, “participação popular”, “assessores técnicos”, que do mesmo modo perpassavam as lides internas de alguns setores nas universidades. “A mediação principal entre universidades e partidos de esquerda, universidade e igrejas ou entre igrejas e partidos de esquerda é um critério relevante de diferenciação das ONGs.” Pode-se perceber nessas afirmações “velhos” problemas (mas que, por algum signo nefasto, resistem e se atualizam) inscritos nas universidades, quais sejam a tendência de ela ficar circunscrita à “torre de marfim” e distante da realidade extramuros, a complexa integração entre teoria e prática, posta nas disciplinas de teoria e método, nas pesquisas, na aplicação dos conhecimentos hauridos na vida profissional, e assim por diante.

Em pesquisa posterior (Landim, 1988), realizada em fevereiro de 1987, no quadro do Programa de Relaciones Políticas y de Cooperación entre Europa y América Latina (Preal), ela aponta que entre os agentes originários, principalmente militantes de quadros de igrejas (com ênfase na Igreja Católica), a participação no movimento estudantil foi crucial, o que pode ser dito de agentes provenientes de outras instituições seculares. Sobre o tipo de trabalho mais proeminente nessas organizações,

lugar destacado cabe à educação e à formação, pedras angulares da natureza das instituições de ensino superior. Posteriormente, na época da (re)democratização, elas foram sofrendo um processo de secularização.

Em quadro apresentado em julho de 1986, indagando sobre as articulações institucionais das entidades, de um total de 234 questionários respondidos, as universidades comparecem com 12 citações, (formal, 10; informal, 2), mesmo sendo enfatizadas pela autora as ambigüidades do que seja um vínculo formal e informal. E fica ressaltado, ademais, que, “subtraindo-se as entidades ligadas às igrejas e as independentes, as ONGs relacionadas a partidos, sindicatos, universidades e Estado compõem apenas 16% do conjunto”. Um número não desprezível, mas muito longe de um esperado vínculo com elas, dado que vai mudar progressivamente nos anos vindouros e, de forma ampliada, nas conexões com o Estado.

Por ocasião do evento que culminou com a fundação da Abong (agosto de 1991), pesquisa efetuada com as entidades presentes, com amostra composta de 102 questionários (Fernandes, 1991), trouxe informações interessantes. No item “dirigentes”, foi constatado que 87% tinham diploma universitário e 39%, pós-graduação (dos quais 19% completaram cursos no exterior, predominantemente na França). Um quadro das disciplinas cursadas na graduação indicava que a mais freqüentada foi a filosofia (21%), seguida da sociologia (17%), economia (9%), teologia (6%), advocacia (6%), e outras. Na pós-graduação, um terço fez sociologia. Entre os 77% que declararam ser sua atividade profissional o trabalho numa ONG e 17% definidos como segunda atividade, a “docência universitária” comparece com 8%. Uma pesquisa comparativa dessas informações com as vigentes na presente conjuntura (eventualmente neste seminário) traria boas indagações.

Outro dado sugestivo das respostas sobre os serviços prestados pelas ONGs brasileiras, “pesquisa” comparece com 20% e “formação sindical” com 13%. No quesito “relações com instituições”, no item “universidades”, “relações eventuais” (“seminários”) são praticadas por 22% das entidades. É um índice elevado, revelador de uma interação ainda pouco percebida nas imagens correntes. Um número menor, porém expressivo (17%),

mantém projetos comuns e convênios formais com universidades (p.11). Do mesmo modo que o sugerido anteriormente, uma investigação na realidade atual pode esclarecer se houve o surgimento de alterações e em que direção.

Muitas variações se processaram nos últimos anos, apesar de que certos aspectos aqui incluídos seguem válidos. Por outro lado, as IES, por sua vez, foram sacudidas por transformações de várias ordens, que acarretaram inovações em seus objetivos e dinâmica, bem como nas articulações com as ONGs. Somente para registrar umas poucas que afetaram e colocam novas questões para o pretendido relacionamento dessa constelação de instituições, podem ser citadas as que afetaram o ensino, a pesquisa e a extensão.

No *ensino*, além de múltiplas orientações e deliberações sobre os conteúdos curriculares (no caso brasileiro, a formulação de diretrizes curriculares para as várias áreas de conhecimento, por colegiados de professores convocados pelas instâncias do Ministério da Educação responsáveis principalmente no campo da avaliação institucional), notam-se diversas mudanças no plano organizacional (aparecimento de núcleos, institutos, fundações, ao lado de mudanças estatutárias e regimentais). Como marco de referência em nosso país, tivemos a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que formulou os marcos teóricos e organizativos da educação brasileira, em seus distintos âmbitos.

Resultante das aceleradas inovações tecnológicas em curso no mundo, o uso dessas inovações na esfera educacional trouxe elementos polêmicos, considerados ora positivamente, ora negativamente pelos estudiosos, que levantaram questões importantes. De uma parte, as possibilidades abertas pela internet e outros meios midiáticos para a educação a distância, da educação continuada, que podem alcançar setores amplos da população, em parcerias com o Estado, movimentos, conselhos de representantes, terceiro setor e ONGs educativas. Um problema de fundo sempre presente é o de saber quem irá elaborar os conteúdos desses programas educativos e como serão avaliados os resultados nos usuários em geral (já que se pode presumir que cada instituição, em nome da sua autonomia, colocará empecilhos para a colaboração em parceria). De outra parte,

nos países com altas taxas de analfabetismo, dificuldades de ingresso e de evitar o abandono nas escolas, destacam-se os limites crescentes da presença da educação pública (quer pela restrição de ingressos, com as dificuldades oriundas da pobreza de enormes contingentes populacionais e aquelas enfrentadas pelas instituições vinculadas ao Estado, derivadas da falta de recursos, quer pela ampliação desmesurada das instituições privadas, principalmente as mercantis, multiplicando os seus mercados e notadamente em grande número delas sem a menor qualidade do ensino). Nesse campo, uma parceria das universidades com as ONGs, de competência comprovada e de tradição na esfera educacional, poderá significar um caminho promissor.

Um elemento inovador tem sido a entrada nos cursos de graduação e de pós-graduação de dirigentes e militantes de movimentos sociais populares e de ONGs, com a finalidade de repensar a sua experiência, reciclar conhecimentos, avaliar resultados, aperfeiçoar a formação. Sua contribuição tem sido valiosa exatamente no ponto de reforçar a integração entre a teoria e a prática, o que vale para o aprendizado deles mesmos e para o dos demais estudantes e professores estimulados por esse convívio. Sua presença em núcleos, sua participação em eventos acadêmicos, entre outras atividades, constituem mecanismos adicionais de uma desejável colaboração.

Na pesquisa, esses mesmos dirigentes e militantes, juntamente com docentes envolvidos em assessorias nas ONGs e em movimentos que, por algum motivo, se sentem motivados a estudos desses temas, têm produzido dissertações de mestrado, teses de doutorado e projetos de iniciação científica de grande relevância, que buscam interpretar um sem-número de experiências espalhadas pelas regiões dos países e trazem subsídios para avaliações mais sistemáticas e para aperfeiçoamentos futuros.

Uma olhada nas bibliotecas universitárias traz a descoberta de um número expressivo de trabalhos sobre as ONGs que se escudam em pesquisas sobre as atividades atinentes a elas e suas concepções referentes aos mais variados assuntos. Diversos trabalhos desse teor são estudos comparativos entre países, regiões e mesmo continentes, trazendo subsídios que podem ajudar no encaminhamento de colaborações futuras.

Apesar de ser preocupação de um grande número de pesquisadores, uma dificuldade permanente – que transcende estudos específicos nessa área – é a de difundir os resultados obtidos nos trabalhos, predominantemente para segmentos populares. Uma tentativa gira em torno de refazer os textos, passando da linguagem teórica e dos padrões usuais da academia para um discurso mais condizente com os receptores desses segmentos. Outra, ainda excessivamente limitada, seria a de atingir um público maior, por meio da divulgação pela imprensa escrita e falada, o que requer também um tratamento adequado para a sua inserção nesses meios.

Fora do âmbito interno, existem também pesquisas bem encaminhadas que envolvem professores e estudantes em trabalhos nos movimentos e nas ONGs, solicitadas pelas entidades e que, pela premência de tempo e pela agilidade na feitura, exigem modos de fazer mais rápidos e eficientes do que os tradicionais caminhos burocráticos das instituições universitárias.

É na *extensão* que, ao menos aparentemente, se alicerçam colaborações mais amplas. Se entendermos essa noção, simplesmente, como o conjunto de atividades que envolvem membros das comunidades universitárias realizadas fora dos *campi* como um “esticamento” das atividades de ensino e pesquisa, sob a direção das próprias ONGs ou não, tem sido historicamente um *locus* especial de serviços que as universidades prestam a essas organizações. Basta um olhar no rol de atividades que uma grande parcela de instituições de ensino superior realiza nesse campo para constatar a sua multiplicidade, heterogeneidade e amplitude. Elas recobrem áreas de atuação de diferentes naturezas. Um destaque aqui cabe à presença de docentes e estudantes, especialmente mestrandos e doutorandos, nas diretorias das ONGs ou nas distintas seções que as conformam. Nessa condição, a influência das instituições universitárias é quase totalmente indireta, envolvendo as responsabilidades apenas das pessoas que as integram. Num outro plano, essa presença se dá basicamente nas atividades de educação e formação e nas chamadas assessorias técnicas, que abarcam um leque imenso. “Incluíram-se no item ‘Assessoria’ atividades como cursos, seminários, palestras realizados por agentes das ONGs (e poderíamos dizer agentes das universidades), junto a públicos diversificados (grupos

de agentes, instituições afins etc.). No jargão das ONGs, 'Assessoria' indica um trabalho de intervenção indireta, ou seja, uma atuação esporádica, geralmente destinada aos agentes que trabalham com a 'base' – e não uma ligação direta e continuada com a 'base'" (Landim, 1988). Um problema, nesse ponto, diz respeito à categoria de "assessor" e sua presença na entidade. "Há casos, portanto, ou momentos, em que a categoria do 'assessor' é sublinhada – emprestando-lhe justamente esse sentido de alguém que vem de fora atender a uma demanda que exige conhecimento especializado, e que não tem, nem deve ter, qualquer poder sobre o encaminhamento do problema, e muito menos sobre a totalidade da vida do grupo" (Landim, 1988). Seria conveniente um conhecimento mais acurado dos papéis assumidos pelos assessores e em que modalidades de ação.

Em determinados casos, o pessoal universitário faz da extensão uma segunda atividade, ou seja, trabalha em tempo parcial como membro numa dada ONG, e a primeira atividade é o trabalho no seio de uma instituição universitária.

Desafios atuais

Os desafios mais profundos se centram nas respostas que os membros das duas instituições, atuando em separado ou conjuntamente, devem dar às imensas questões postas pelas globalizações (no plural, por abrangerem variadas dimensões: econômica, política, social e cultural), pelo neoliberalismo, pelos ajustes estruturais, pelas transformações tecnológicas (robótica, informática etc.), pela transformação produtiva e pela flexibilização do trabalho, geradoras do desemprego estrutural, pela violência individual e coletiva, pelas desigualdades sociais, pela inclusão perversa, e por tantos outros. A lista é enorme e geradora de crises nos planos mundial, nacional, regional e local.

Se crise significa rupturas, acúmulo de contradições, acirramento de conflitos, ela significa também desafio, momento de criatividade e inovação, superação de riscos. Compreender as crises, interpretá-las e vencê-las são reptos postos para todos nós. É nessa tônica que se insere o presente texto.

Para me fixar tão-somente num feixe limitado de desafios, vou ressaltar os seguintes, comuns às universidades e às ONGs.

Autonomia

Em um texto anterior, *Desafios da autonomia e democracia na PUC-SP* (Wanderley, 1999a), salientava que “a autonomia, sendo um processo contínuo de conquista, implica compreender a instituição universitária em termos históricos, estruturais, processuais e conjunturais, seja na esfera externa (Estado, Mercado, Sociedade Civil), seja na interna. (...) Num plano mais abrangente, a autonomia varia de acordo com a dinâmica da Sociedade Política (acrescento agora, em termos de Gramsci). No caso latino-americano, em diversas conjunturas as flutuações na situação política dos países trouxeram conseqüências que a afetaram diretamente. Basta lembrar o período dos Estados de Segurança Nacional, no qual houve uma intervenção nas direções das instituições (nomeação de interventores civis ou militares), cassação de professores, perseguição de estudantes, e diretrizes coativas sobre a sua organização e funcionamento”. E lembrava que, mesmo em épocas “normais”, a autonomia é condicionada pela atuação governamental, que interfere colocando injunções norteadoras nas normas, diretrizes, alocação de recursos etc.

O que queria enfatizar é o fato de que, quando se fala na autonomia universitária, ela se restringe à pedagógica, administrativa, financeira, e nunca se coloca a autonomia política. Para citar um dado recente da realidade brasileira, em novembro de 2001, terminou uma greve de professores de universidades federais que durou 99 dias, em que a interferência das autoridades do Ministério da Educação e Cultura foi crucial. Nos demais países, são conhecidos casos recorrentes dessa intervenção, feita em termos pacíficos ou violentos, baseada em regras do Direito ou em fatores político-ideológicos.

Tendo por prisma as ONGs, já é sabido que as suas origens na América Latina se deram ao revés, isto é, elas nasceram em contraposição ao Estado, várias na clandestinidade, constituídas por membros de partidos e organizações de esquerda, marca que lhes forneceu uma certa

identidade e que setores conservadores e de direita brandem a toda hora para desqualificá-las. No Brasil, de tempos em tempos, jornais e autoridades governamentais vêm a público para denunciá-las e atacá-las, utilizando principalmente, nos dias de hoje, argumentos assentados em não se saber para onde vão as verbas, ingerência de agências estrangeiras em assuntos nacionais, não prestação de contas etc. Como se sabe, existem no momento processos correndo em comissões parlamentares de inquérito do Congresso Nacional, cujos objetivos são denúncias contra certas organizações que atuam na Amazônia.

Um desafio comum, pois, reside nesse tópico. É preciso defender a autonomia política, dentro do jogo democrático, contra os Estados interventores e os “caçadores” de plantão. Evidentemente, se há desvios no manuseio de verbas públicas, se a sociedade não conhece as fontes de recursos, se há picaretagem (e há em qualquer ramo de atividade), tudo deve ser feito para sanear e dirimir dúvidas. Algumas ONGs importantes, há tempos, vêm fazendo suas auditorias internas e externas e publicando balanços para públicos externos. Uma comparação sobre o tema “recursos” mostra que na situação de diversos centros e universidades particulares os orçamentos são guardados a sete chaves e não há transparência. Nas instituições públicas, a sociedade tem cobrado o uso dos recursos que ela paga para o seu funcionamento.

Um outro aspecto da autonomia política, relacionado com as ONGs coloca no centro das atenções suas parcerias com o Estado e em que medida isso implica um desvio de princípios já consagrados ou interferências manipuladoras. Na certeza de que esse assunto será tratado em momentos próprios, neste seminário apenas levanto a questão.

No meu texto ainda dizia que a segunda medida de autonomia está referenciada na normatividade institucional, que se condensa nas normas estatutárias e regimentais, em que se fixam os princípios filosóficos e éticos, as formas organizacionais, os mecanismos de escolha de dirigentes, as normas de contratação de pessoal, os regimes salariais etc. Para as universidades, tem sido enfatizada a excessiva burocratização nos diversos setores acadêmicos e administrativos, o peso da inércia, as “fogueiras de vaidades”, as “igrejinhas” nas unidades etc. No caso de

certas instituições públicas, há polêmicas sobre o formato e a representatividade dos colegiados para as eleições de dirigentes, reitoria principalmente, e sobre a indicação de nomes colocados fora do primeiro lugar nas listas encaminhadas às autoridades competentes, o que tem-se constituído motivos de enormes dificuldades. No caso de instituições privadas, a maioria delas apresenta estatutos draconianos que impedem a sua democratização, havendo interferências explícitas das mantenedoras (instâncias proprietárias das instituições) na vida acadêmica (predominantemente na escolha de diretores, na destinação dos recursos, na composição dos colegiados etc.).

No caso das ONGs, em que pese o fato da intensa variedade de formatos, procura-se assegurar uma democratização interna. À medida que algumas delas crescem de tamanho, surgem dificuldades entre os membros “fundadores” e os novos, entre a liberdade inicial e a necessidade de uma mínima regulamentação mais burocrática, entre o descaso e a crítica às burocracias das outras instituições em geral se comparada com a prática mais livre delas, algo tido como o essencial a ser garantido a qualquer preço, e outros pontos mais. No entanto, por pressões das agências financiadoras por avaliações das contas, além de responder aos ataques dos opositores, trouxe a exigência de conselhos fiscais, de um funcionamento ágil e eficiente das atividades, elementos que vão reconfigurando os ideais e as práticas cotidianas.

Um aspecto fundamental da autonomia, mas menos estudado, se prende às relações com os setores e classes sociais, sem esquecer que essa temática está mais concernente ao compromisso social das instituições. Nas instituições universitárias, a questão do ingresso é central, e discussões intermináveis são gestadas sobre a elitização do ensino, tomando por base os números de estudantes que entram nas públicas e nas particulares. Sem poder analisar a questão com a profundidade exigida no âmbito deste texto, é válido dar relevo ao fato de que, “tendo em vista as desigualdades sociais crescentes, o aumento do desemprego e do trabalho precário, com o aumento da pobreza, a elitização universitária tende a se consolidar ou se ampliar, levando em conta o conteúdo da formação que é proporcionada em cada curso, os temas de pesquisa selecionados, os serviços

prestados, restringindo bastante a autonomização universitária quanto ao conjunto da sociedade” (Wanderley, 1999: 23). Mas o problema vai além dos ingressantes e alcança os egressos: qual a sua formação, tendo em vista atitudes, valores, ética, compromisso social etc.? Mesmo sem a posse de informações fidedignas, pode-se dizer que a maioria dos egressos vai compor o contingente daqueles que irão fortalecer o regime dominante, reproduzir o capitalismo e defender a sua continuidade.

É algo conhecido, porém não se tiram dele as devidas conseqüências, que as instituições universitárias formam (ou deveriam formar) majoritariamente profissionais, técnicos, intelectuais a serviço do sistema capitalista em vigor, atua no sentido de sua reprodução social, e somente algumas pessoas e alguns setores minoritários conseguem realizar uma crítica fundamentada do mesmo e oferecer propostas alternativas viáveis. Nas palavras de Edênio Valle (1999: 25), surgem dois pólos sobre o propalado humanismo da universidade: “Um pólo é crítico e inovador. Tem natureza política e se volta, essencialmente, para o social e o cultural. O outro é conservador. Coloca a Universidade em posição dependente de adaptação e sustentação do sistema, entendido no sentido de Luhman”. Comentando os condicionamentos que incidem sobre a vida universitária, principalmente considerando o contexto e a mentalidade ditados pelo mercado e pela cultura globalizada dos anos 90, esse autor sublinha: “A ressonância da pressão neoliberal no corpo discente e docente é sensível. Não se trata apenas de uma influência circunscrita aos anseios, atitudes e projetos das pessoas. Não se reduz, tampouco, à questão da diminuição do envolvimento dos estudantes e/ou professores de hoje no campo social e político, dentro de uma postura pós-moderna de individualismo desengajado e descrença. São o próprio ensino, pesquisa e extensão que estão submetidos às necessidades impostas pelas exigências de uma suposta mundialização da ‘ordem’ neoliberal” (p. 26).

Se passarmos para a realidade das ONGs, o quadro deveria ser bem diferente, se restrito às origens das mais significativas na América Latina, dotadas de uma posição crítica ao modo de produção capitalista. É claro que várias delas mantêm o seu ideário inicial, outras, nem tanto, e outras ainda estão mais identificadas com os rumos do capitalismo atual.

Analisando a natureza das ONGs nos anos 90, Haddad (2000: 01) sintetiza: “Para alguns, são motores de transformação social, uma forma de fazer política. Para outros, um campo propício às ações do neoliberalismo, que busca repassar suas responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil. Dois extremos de posições entre um conjunto de outras que, sem dúvida alguma, pode corresponder, qualquer uma delas, à realidade de uma ou outra ONG, dentro do seu universo total”. Já foram mencionadas a complexidade das organizações de maior porte e sua abertura para parcerias com o Estado, e as ambivalências surgidas no tratamento de questões maiores (por exemplo, atuação em políticas sociais e públicas) com a manutenção dos princípios contestadores de sua origem na América Latina. Dirão alguns: se elas estão neste mundo, se precisam de recursos substantivos, se querem atingir segmentos amplos da população, têm de mudar suas características identificadoras, seu discurso e suas práticas e se alinhar com os grupos dominantes. Dirão outros: se elas quiserem assegurar sua identidade contestadora, não ferirem valores e princípios, devem agir com os setores mais vulneráveis e empobrecidos, numa linha transformadora, mesmo que com parcimônia de recursos.

Uma questão, que escapa também aos fins e alcance deste texto, diz respeito às entidades do chamado terceiro setor, no qual distintos analistas situam as ONGs (Fernandes, 1997; Cardoso, 1997). Levando em conta as experiências dessas entidades nos Estados Unidos e na Europa em geral, e o surgimento daquelas vinculadas aos grandes bancos e empresas, nacionais e multinacionais, no continente latino-americano, sem desconhecer e negar um papel importante cumprido pela filantropia empresarial e por iniciativas inovadoras no plano social, sua dinâmica e sentido se afastam do entendimento comum sobre as ONGs históricas e mesmo outras mais próximas no tempo. Num comentário ácido, Oliveira (2000: 38) aceita a teorização feita por professores da PUC de São Paulo, no sentido de que elas acabam realizando a “filantropização da pobreza”: “Privatizam e filantropizam porque tais ações – que não se pode chamar de políticas – exatamente negam a *polis*, negam a universalidade, posto que se dirigem a grupos especiais, e privatizam o público, posto que se realizam, sempre, a expensas do imposto de renda, do qual são

abatidos os gastos 'filantrópicos'. (...) Adotam a forma de ONGs e inserem-se no chamado Terceiro Setor. Algumas das originais ONGs, que surgiram como vocalizações de grupos sem representação política, no crescimento exponencial da complexidade da sociedade capitalista contemporânea, de certo modo estão entrando nesse terreno, seja colaborando com o governo, ou com o Terceiro Setor, legitimando-os e transferindo-lhes a credibilidade que conquistaram a partir da crítica da racionalidade burguesa instrumental". Com a mesma contundência, um estudo realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais aponta conseqüências ideológicas no envolvimento com esse setor: "As ONGs, confundidas com o movimento do Terceiro Setor, vêm perdendo o espaço conquistado nos anos 70 e 80 enquanto expressão dos interesses dos excluídos e marginalizados..." (Valderrama de León e Coscio, 1998: 374). Em outra compreensão, Caccia Bava (2000: 54-55) afirma: "No Brasil, a maior expressão até hoje de uma ação de grande impacto gerada pelo Terceiro Setor foi a campanha contra a fome promovida pelo Betinho e pelo Ibase. (...) Os frutos desta campanha foram muitos, mas vale destacar a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e a politização da questão da fome e da miséria. A cultura da solidariedade e a definição concreta de objetivos comuns permitiu uma ampla aliança social liderada pelas ONGs e pelo Terceiro Setor em defesa da cidadania".

Em certas ONGs envolvidas em parcerias com o Estado e em fundações empresariais, há uma tensão constante entre suas finalidades e as atividades empreendidas. A permanência de uma visão crítica e de alternativas eficazes de não-submissão aos constrangimentos sistêmicos vai depender – é claro que não exclusivamente – de uma cooperação mais estreita com aquelas entidades das quais se espera exatamente que isso se concretize, ou seja, articulada com um grupo delas, as instituições universitárias, mas em colaboração com os setores críticos nelas envolvidos.

Produção de conhecimento

O exposto nos conduz a outro ponto essencial e desafio gigantesco: produção de conhecimento. Nas definições tradicionais de universidade,

destaca-se que ela tem por missão produzir e difundir conhecimento. Intensos debates nos meios acadêmicos sobre o significado desses conceitos aconteceram e continuam a acontecer. Distinções entre produzir e difundir, conhecer e saber, professor e educador, conhecer e pensar, educação dialógica e bancária, conhecimento e senso comum, entre muitas outras, foram elaboradas por pensadores, intelectuais, membros das comunidades acadêmicas, e entre eles especialmente filósofos, cientistas sociais, educadores.

Para não me alongar na exposição dessas distinções, cito apenas algumas reflexões, de ampla ressonância em círculos afins e na opinião pública. Inicialmente, a concepção de educação constante do Relatório Delors, elaborado pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XX, da Unesco: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser.

Ainda na esfera de colaboração com a Unesco, vale uma indicação sobre o Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares (Ciret), cujos projeto e estratégia dizem respeito ao que *“está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de toda disciplina”*, à busca da unidade do conhecimento, ao diálogo arte e ciência, à educação intercultural e transcultural, à educação inter-religiosa e transreligiosa; à integração da informática na educação, à educação transpolítica.

É útil lembrar as contribuições do pensamento complexo de (Edgar Morin), bem como o que ele enuncia como os setes saberes indispensáveis para a educação do futuro: as cegueiras do conhecimento; o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; e a ética do gênero humano (Morin, 2000). Convém mencionar, ainda, as dez novas competências para ensinar de Perrenoud (2000).

Pela engenhosidade, a contribuição de Sousa Santos faz pensar. Baseado em reflexões sucessivas que ele vem expondo em suas obras, uma consideração valiosa está nas articulações e rupturas entre conhecimento científico e senso comum, que ele denomina *“rupturas epistemológicas”* típicas da instituição do paradigma da modernidade e tendo por eixo

estruturante a ciência. Ancorado no que propõe como os dois pilares do paradigma da modernidade, a regulação e a emancipação, o autor dirá que o “... conhecimento-emancipação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por colonialismo e um estado de saber que designo por solidariedade” (Sousa Santos, 2000). Ainda que os dois conhecimentos estejam em estado de equilíbrio dinâmico, houve, para ele, um predomínio do conhecimento-regulação nos últimos duzentos anos de hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia. O caminho a seguir está em dar a primazia para o conhecimento-emancipação, calcado no princípio de um senso comum esclarecido e uma ciência prudente. O objetivo seria o de atingir uma sabedoria prática que dê sentido e orientação à existência e crie o hábito de decidir bem, que revalorize a solidariedade.

Para o Brasil, com repercussão na América Latina, um marco indelével veio das idéias de Paulo Freire, podendo-se citar a pedagogia do oprimido e a pedagogia da esperança, como também a educação como prática da liberdade. Na bibliografia, indico outras obras que enriquecem essa problemática.

Da parte das ONGs, se sempre houve ou uma recusa ou uma crítica às IES por sua produção teorizante, afastada da realidade, em não poucas oportunidades, quer pela presença mencionada de muitos de seus membros nas comunidades universitárias, quer pela demanda muitas vezes feita para uma assessoria proveniente de quadros das IES em que elas pudessem se apropriar dos conhecimentos específicos nelas produzidos, perseguiu-se um diálogo de conhecimentos. Nos tempos iniciais, quando era mais gritante a reivindicação de produção de conhecimentos mais adequados às realidades concretas dos seus destinatários, levantava-se a bandeira de supervalorização dos saberes populares e se propugnava no máximo “uma troca de saberes”. Paulatinamente, com o aumento dos vínculos interinstitucionais, passou-se a legitimar mais a capacitação propiciada pelas universidades.

É de bom alvitre lembrar que, desde os primeiros cursos mais sistemáticos de agentes de educação popular, houve uma valorização extremada da cultura popular, da sabedoria do povo. Na academia, não

raro, e em arraiais ocupados por militantes de esquerda, havia um menosprezo desse “infantilismo cultural” em nome da ciência em geral e, à esquerda, do marxismo. Com o suceder dos anos, percebeu-se as limitações desse saber popular da parte dos próprios militantes das ONGs, mesmo que ainda prevaleçam entre eles avaliações positivas sobre a sua validade e mesmo entre setores expressivos da academia, os quais passaram a estudá-lo de maneira mais consistente. O uso da categoria gramsciana de “bom-senso” era um indicador dessa posição. Com maior ênfase nas letras, nas artes, na comunicação e nas ciências humanas em geral (relembrando ademais como a medicina vem incorporando e institucionalizando saberes seculares, por exemplo, da chamada medicina popular), houve um reconhecimento da eficiência desse conhecimento em vários campos. Nas últimas décadas, com base em críticas substantivas às deficiências encontradas na ciência moderna, argüiu-se que o conhecimento científico, pretendido como universal e verdadeiro, deixava transparecer falhas imensas e era incapaz de explicar as aceleradas mudanças ocorridas na realidade inclusiva. Num mundo de incertezas e dada a intensa complexidade do real, tenta-se encontrar novos saberes que congreguem diversos conhecimentos.

Numa época de críticas acirradas aos paradigmas e modelos teóricos, de busca de novas teorias e categorias analíticas para compreender processos, estruturas e indivíduos, temos o desafio de efetivar essa compreensão e de alcançar novos meios de transformar o mundo, tarefa que instiga inúmeros agentes, alocados nas duas instituições.

Projeto de sociedade

Afirmo já neste ensaio que as IES oscilam entre dois pólos: um majoritário, que defende a permanência da formação social capitalista e a sua reprodução, com as alterações “modernizadoras” que se fizerem necessárias, e um minoritário, que sistematicamente faz a crítica severa dela e busca propor alternativas teóricas e práticas.

Por projeto de sociedade entendo a constelação de elementos históricos, estruturais, processuais, organizacionais, de gestão e administração,

orientados por valores civilizatórios, normas e princípios institucionais e constitucionais, regimes de governo, que determinam e são determinados por indivíduos, cidadãos, sujeitos (para uma explicitação destes três termos, ver Wanderley, 2000), individuais e coletivos, numa dada configuração expressa num Estado-nação.

Aqui a humanidade se defronta com uma questão axial, qual seja a de se saber se nessa era de globalizações o Estado-nação vem perdendo soberania e capacidade de implementar e executar tudo aquilo que fazia parte de sua natureza na sociedade moderna, tais como legitimidade, regulação, exercício de atividades exclusivas, poder e uso legítimo da força, para aludir os mais permanentes. Uma corrente, os transformacionistas, acha que sim (Vieira, 2001); outra, dos céticos, acha que não e rejeita que a globalização, necessariamente, diminua o poder, as funções ou a autoridade do Estado-nação. Um grupo prega a entrega do projeto societário para o mercado, única instância capaz de mobilizar energias e tomar decisões, segundo sua perspectiva; outro grupo pensa diferentemente e postula um Estado forte, ainda que enxuto de gorduras burocráticas e corporativas, porém com força para promover o desenvolvimento.

Numa outra linha, surgem sinais balizadores de novos formatos estatais, com a criação de instâncias supranacionais em casos de integração regional, cujo exemplo paradigmático é o da União Européia, cujos desdobramentos, ao lado de algumas conquistas concretizadas nos últimos anos, são ainda insuspeitados. A existência de um parlamento europeu, o estabelecimento de um mercado comum, a entrada em uso de uma moeda única em 2002 são elementos que conformam uma outra visão de Estado, na qual os Estados nacionais perdem funções clássicas e ganham outros contornos. Na conjuntura do Mercosul, num processo de integração regional que engatinha, essas instâncias não existem, e a proposta da Alca, dirigida pelos Estados Unidos, vem determinando conversações e medidas que podem abortar mais essa iniciativa de integração em nosso continente. A formação de redes, como a de Mercocidades, apresenta um potencial.

Reconhecendo que é muito cedo para estabelecer tendências consolidadas e pistas seguras, os acontecimentos de setembro em Nova

York apontam para processos de evidente retrocesso, como, por exemplo, divisão do mundo entre o bem e o mal, um nacionalismo radical norte-americano, até mesmo com restrições a direitos civis por medidas de segurança, um tipo renovado de imperialismo militar, político e econômico, uma articulação de países com regimes políticos, situações ideológicas e níveis de vida com diferenças abissais que dificilmente poderá se sustentar, e a possibilidade já aventada de um conflito de civilizações.

Na outra ponta, surgem movimentos de múltiplas facetas que combatem de forma mais ou menos organizada a “ordem” mundial imposta pelos países hegemônicos e as agências mundiais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) e têm-se mobilizado em grandes manifestações de protesto, por ocasião de eventos de cunho mundial (Davos, Seattle, Roma, Gênova etc.).

Tendo por fonte uma multiplicidade de movimentos sociais, e com atuação decisiva de ONGs nacionais e internacionais que atuam ora como fazendo parte de instâncias governamentais nacionais, ora de instâncias internacionais (ONU e organizações setoriais – educação, saúde, agricultura, meio ambiente etc.), irrompe um fortalecimento da sociedade civil que descortina potencialidades e demonstra vigor e criatividade numa série de espaços, podendo-se ilustrar com modelos de poder local, de desenvolvimento, de gestão política (conselhos de representantes, neocorporativismo etc.). Comentando o avanço das ONGs, Vieira (2001: 205-206) diz que “... as ONGs alimentam novas idéias; mobilizam apoio público; fazem análises legais, científicas, técnicas e políticas; prestam serviços; implementam e monitoram compromissos nacionais e internacionais; mudam instituições e normas (...) as redes de ONGs oferecem aos grupos civis canais de influência sem precedentes, uma vez que estes grupos podem acionar outros mais poderosos, que acionam a mídia global e seus governos, de modo a que pressionem outros governos, criando um círculo de influência. (...) Mais do que nunca, membros das ONGs trabalharam em delegações oficiais e penetraram em instâncias oficiais de tomada de decisão. (...) A despeito de alguns regimes autoritários, as ONGs abriram caminho no coração das negociações internacionais e no cotidiano das organizações internacionais, trazendo novas prioridades,

demandas por procedimentos que dão voz a grupos extragovernamentais e novos padrões de responsabilidade”. Na visão desse autor, elas favorecem a construção de propostas democratizadoras, em resposta às corporações transnacionais, aos mercados não regulados e às culturas dominantes. Trata-se de um novo ator na emergência de uma sociedade civil global.

Na esfera econômica, experiências diversificadas que retomam antigos temas (cooperativismo) abrem veredas (economia solidária, formas inovadoras de propriedade – autogestionária, comunitária, coletiva não-estatal), reacendem debates sobre políticas sociais em virtude da crise do Estado do bem-estar social (diminuição da jornada de trabalho, renda universal, renda mínima etc.). Esses debates permeiam reflexões constantes nas duas instituições.

Em determinados setores de vários países, retomam-se idéias de projetos anteriores, escavando raízes utópicas, denunciando erros graves cometidos nos países do denominado socialismo real, recuperando acertos de programas sociais, voltando-se a se falar em socialismo democrático ou ecológico, em utopia militante (Singer, 1998), e assim por diante.

Uma expressão criativa e voltada para um futuro mais humano, livre, justo, de desenvolvimento sustentável, reacende esperanças num espaço multipolar e multifacético de experiências e propostas, sob o signo de que “um novo mundo é possível”, focado no acontecimento do Fórum Social Mundial. Nele se engendram novos sonhos e esperanças, iluminados por uma miríade de projetos, pequenos ou grandes, locais ou mundiais, convergentes e divergentes.

As ONGs e sua multiplicidade de programas e projetos, contemplando uma constelação de iniciativas de dimensões e sentido diferentes, envolvendo âmbitos maiores como a sua atuação no plano mundial e regional (meio ambiente, direitos humanos, paz, combate à Aids etc.), participando de elaborações e implementações de políticas sociais e públicas no plano nacional (criança e adolescente, saúde, educação etc.), participando de microprojetos no plano local, se inscrevem na discussão, teórica e prática, sobre a criação, formulação e execução de projetos de sociedade. Se eles ainda não têm um caráter de totalidade, de formatos globalizantes, e sinalizam mais para tendências e projeções, o desafio

está posto. Se não cabe a elas a responsabilidade única de sua gestação, como também não cabe às IES, ambas, por um imperativo ético-político, devem buscá-los com denodo e inventividade.

Retomando idéias de Assmann e Sung (2000), a humanidade está precisando de uma espécie de segunda neotenia (noção científica sobre o cabedal genético da espécie humana que incorporou, em sua evolução, um conjunto de características juvenis para poder permanecer extremamente flexível e aprendente pela vida afora) que leve da hominização à humanização, desenvolva a nossa sensibilidade para com o(a) outro(a), amplie a sede de acolhida (nossa dimensão inerente de diálogo, de interpelação e contato, de abertura e conectividade), eduque para a sensibilidade social, vivencie a esperança.

É preciso reencantar o humano!

Propostas

Com todo o cuidado que envolve essas propostas, sugiro que deste seminário se consiga uma cooperação mais orgânica entre as ONGs e as IES. No transcorrer do texto, propus temas e possibilidades dessa cooperação, a serem incorporadas numa futura programação. Apresento duas propostas, e a segunda deveria começar como um projeto piloto, de caráter experimental, que, se fosse bem-sucedida, adquiriria maior institucionalidade no decorrer da trajetória.

A primeira proposta está direcionada a uma experiência similar, que vem oferecendo resultados fecundos e perspectivas promissoras nas parcerias desenvolvidas, extraída de uma prática brasileira que articulou inicialmente universidades e grupos sindicais. Trata-se da Unitrabalho.

Originária de discussões e reflexões entre sindicalistas, reitores e professores universitários, a partir de 1992, tomou-se algo concreto em 1995, quando um protocolo de intenções foi assinado por 32 universidades. Constitui uma rede nacional de estudos e pesquisas sobre o trabalho. É formada por núcleos locais multidisciplinares e dividida em sete regionais.

Hoje, a Unitrabalho engloba 82 IES e desenvolve projetos de estudos, pesquisas, formação e assessorias, além das atividades normais das uni-

versidades. Mantém parcerias com entidades de trabalhadores, organismos do Estado e ONGs, nacionais e internacionais, relacionados ao mundo do trabalho. É filiada à Associação Internacional de Relações de Trabalho (AIRT) e à Regional and Local Development of Work and Labour Network (RLDWL).

Considerando a experiência já testada por ela, até mesmo com a participação das ONGs, haveria, em princípio, maior facilidade de se estabelecerem novas parcerias. Nessa direção, um trabalho de convencimento às direções universitárias seria indispensável.

A segunda proposta levanta a hipótese de criação de uma nova rede. A idéia é organizar uma Uniong. Teria uma natureza de rede de cooperação e alcance inicial latino-americano. O formato deverá ser leve e pouco burocrático. Teria uma sede, com estrutura mínima de funcionamento e suficientemente ágil para prosperar, que poderia ser instalada onde houvesse melhores condições. Se ela seria fixa ou móvel, podendo circular por distintos países, é uma das questões a serem decididas.

Os campos de atuação, em princípio, são inesgotáveis, porque podem concretizar objetivos que interessem a todos os setores envolvidos. O foco fundamental giraria em torno de pesquisas e cursos. As pesquisas seriam selecionadas por equipes constituídas de representantes das ONGs e das universidades associadas e deveriam desde logo perseguir objetos de estudo considerados como centrais para a identidade e propósitos das ONGs. Os recursos viriam das próprias instituições, de agências privadas e públicas, nacionais e internacionais, com quem as instituições já mantêm vínculos mais sólidos.

Os cursos também abarcariam currículos de interesse comum, utilizando os formatos usuais, como, por exemplo, cursos de curta duração, e longos, de aperfeiçoamento e especialização. A seleção de participantes seria pensada de acordo com as necessidades prementes das ONGs e das disponibilidades das universidades. Os locais de realização também seriam escolhidos segundo a conveniência dos setores interessados.

Referências bibliográficas

- ABONG. *Construindo nossa agenda comum*. São Paulo, agosto de 1995.
- ABONG. *ONGs, identidade e desafios atuais*. Campinas: Autores Associados, maio de 2000 (*Cadernos Abong*, 27).
- ASSMANN, Hugo. *Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática*. 2ª ed. Piracicaba: Unimep, 1998.
- ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação*. São Paulo, Loyola, 1984.
- CACCIA BAVA, Sílvio. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. in: ABONG. *ONGs, identidade e desafios atuais*. Campinas: Autores Associados, maio de 2000, pp. 41-86 (*Cadernos Abong*, 27).
- COMITÊ ORGANIZADOR. *IV Encuentro Iberoamericano del Tercer Sector*. Buenos Aires, 14 a 17 de setembro de 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELGADO, Daniel García. *Estado-nación y globalización: fortalezas y debilidades en el umbral del tercer milenio*. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- EDÊNIO VALLE, João. Quem é o produto da universidade? *Revista PUC Viva*. São Paulo: Apropuc, nº 4, março de 1999.
- FERNANDES, Rubem César. *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro: Iser, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Pedagogia del oprimido*. 7ª ed. México: Siglo XXI, 1973.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GADOTTI, Moacir et al. (orgs). *Paulo Freire: uma bibliografia*. Brasília: Unesco, 1996.
- IBASE. PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. In: 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas, 1992, Rio de Janeiro.
- LANDIM, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos. As ONGs no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1988.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. In: ABONG. *ONGs, identidade e desafios atuais*. Campinas: Autores Associados, maio de 2000, pp. 29-40 (*Cadernos Abong*, 27).
- PERRENOUD, Phillipe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não-governamentais na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*. v. 8, nº 3, julho-setembro de 1994 São Paulo: Seade.
- SEOANE, José, TADDEI, Emilio (comps.). *Resistencias mundiales (de Seattle a Porto Alegre)*. Buenos Aires: Clacso, 2001.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 1991.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- VALDERRAMA DE LÉON, Mariano, COSCIO, Luis Pérez (orgs.). *Cambio y fortalecimiento institucional de las organizaciones no gubernamentales en América Latina*. Buenos Aires: Ficong/Alop, 1998.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. São Paulo, Record, 2001.

- VIGEVANI, Tullo et al. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Unesp, 1995.
- UNESCO. *Déclaration mondiale sur l'enseignement supérieur pour le XX^e siècle: vision et actions*. Paris, outubro de 1998.
- VÁRIOS AUTORES. *Universidade e educação*. Campinas: Papyrus, Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.
- VÁRIOS AUTORES. *Complexidade e educação*. São Paulo: Uninove, Eccos, 2000.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da autonomia e democracia na PUC-SP *PUC Viva*, São Paulo, nº 4, março de 1999.
- _____. Universidade em perspectiva. *PUC Viva*, São Paulo, nº 5, junho de 1999.
- _____. Educação e cidadania. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXI, nº 62, março de 2000.
- _____. Conjuntura: desafios e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXII, nº 66, julho 2001.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. e RAICHELIS, Raquel. Gestão pública democrática no contexto do Mercosul. In: SIERRA, Gerónimo de (comp.). *Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

Conclusões do seminário

Diagnóstico

O seminário “Estudos sobre as organizações não-governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, realizado em São Paulo de 3 a 5 de dezembro de 2001, reuniu 56 dirigentes de organizações sociais e pesquisadores acadêmicos de 16 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Holanda, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela), representando 34 instituições, entre redes continentais e nacionais de ONGs, centros filiados à Alop e/ou à Abong e universidades. O evento encerrou-se com uma breve sessão visando ao estabelecimento de acordos e recomendações, que por certo não esgotou o amplo repertório de pontos de vista e propostas que emergiram nos sete painéis temáticos.

Apesar de reconhecerem as histórias singulares e identidades distintas das universidades e centros de pesquisa, de um lado, e das organizações não-governamentais de promoção da cidadania, de outro, os participantes do seminário enfatizaram as possibilidades de convergência e complementaridade dessas organizações complexas e assinalaram a necessidade de estabelecer um diálogo programático entre elas, construindo vínculos mais permanentes e estáveis que os vigentes na atualidade. Uma das propostas formuladas para o estabelecimento desses vínculos foi a construção de uma rede que articule universidades, centros de pesquisa e ONGs.

Sendo muito diversas as realidades nacionais, avaliou-se que o ponto de partida para esse diálogo seria a realização de um balanço das relações entre as universidades e as ONGs em cada país do continente. A diversidade de contextos não impediu, porém, que fossem diagnosticados alguns traços comuns à experiência latino-americana de convivência e relacionamento entre as instituições acadêmicas e as organizações civis de promoção da cidadania e do desenvolvimento.

Há razoável consenso em torno da avaliação de que as ONGs são produtoras de saberes novos, destinados à geração de alternativas – submetidas ao teste da prática – de desenvolvimento sustentado com

justiça social. A capacidade de as ONGs produzirem conhecimentos, porém, é limitada em escopo e profundidade, o que conduz à necessidade de que elas superem barreiras e preconceitos, na busca de cooperação com as universidades e demais centros de pesquisa.

Embora a cooperação com os movimentos sociais e as organizações sociais não seja a tendência dominante nas instituições acadêmicas (públicas, privadas ou comunitárias), muitas universidades desenvolveram uma vocação de compromisso social que as leva a romper com a tradição, produzindo um conhecimento aplicado e adotando uma abordagem interdisciplinar. Por outro lado, as universidades públicas de todo o continente vêm sendo impelidas a captar recursos privados, o que, no limite, pode levar à subordinação das suas linhas de pesquisa aos interesses particulares das empresas. Esse processo, entretanto, encontra a resistência daqueles segmentos cujo projeto de universidade confere prioridade aos temas da agenda pública.

Assim, as tensões e desconfiança que marcaram o primeiro momento das relações entre as ONGs e as universidades vêm cedendo lugar à multiplicação de iniciativas desenvolvidas em parceria, muitas das quais voltadas à difusão de informações e tecnologias, capacitação de lideranças sociais e formação de recursos humanos. É necessário dar maior visibilidade às interfaces existentes e às experiências de cooperação em curso, o que pode ser feito pela organização de ciclos de debates, difusão de publicações e mútua alimentação de outros canais de intercomunicação (portais e sítios na rede mundial de computadores, estações de televisão e rádios universitárias e/ou de ONGs etc).

Recomendações

As recomendações formuladas pelos participantes do seminário tomaram como referência a clássica distinção das funções da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, a elas agregando o papel de organizar e difundir informação qualificada, mediante a constituição de bancos de dados e de experiências, bibliotecas e outros centros de documentação.

Não sendo possível avançar em todas essas direções simultaneamente,

estabeleceu-se um debate com respeito às estratégias e prioridades, sem que, contudo, se tenha alcançado um consenso: diversos oradores assinaram que o desafio maior colocado às ONGs e às universidades na América Latina é aquele da pesquisa, uma vez que há outros espaços para a articulação e intervenção política; outros participantes avaliam ser mais promissor investir na dimensão mais desenvolvida do relacionamento entre as ONGs e as instituições acadêmicas, que é a extensão universitária.

Houve consenso, porém, sobre a necessidade de identificar e articular os núcleos de investigação já existentes, e intensificar os intercâmbios entre as instituições de ensino superior e as ONGs, favorecendo a circulação e difusão de informações e resultados de pesquisas, especialmente aqueles relativos às temáticas da sociedade civil, dos movimentos sociais e do impacto socioeconômico e cultural das ONGs, cujas experiências já vêm sendo parcialmente registradas e sistematizadas em estudos, dissertações e teses acadêmicas. As ONGs têm necessidade de afirmar sua especificidade no interior do campo heterogêneo das organizações da sociedade civil, o que amplia a importância da produção de conhecimento sobre sua(s) identidade(s), relações e repercussão social. As ONGs podem também contribuir para o adensamento da pesquisa indicando temáticas de estudo que as desafiem na prática. Houve o reconhecimento de que as universidades precisarão superar a acentuada especialização disciplinar para tratar adequadamente os movimentos e organizações sociais enquanto objetos de pesquisa, pois geralmente eles requerem uma abordagem inter ou multidisciplinar.

Valorizou-se o papel desempenhado pelas universidades na formação do pessoal que atua nas ONGs, em cursos de graduação, pós-graduação, extensão ou especialização, pois a formação acadêmica constitui fator importante dos processos de profissionalização dessas organizações, elevação do perfil técnico e político de seus agentes, favorecendo a reciclagem e atualização de seu pensamento. Nem sempre a estrutura curricular dos cursos e as linhas de pesquisa das instituições de ensino superior, porém, refletem uma percepção adequada da comunidade acadêmica com respeito ao universo das ONGs e seu campo de intervenção.

As atividades voltadas ao desenvolvimento social em seu conjunto, e aquelas implementadas pelas ONGs em particular, vêm constituindo um mercado de trabalho relativamente extenso para toda uma gama de profissionais (sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, educadores, médicos, agrônomos, arquitetos e urbanistas etc), cuja formação universitária requer a revisão dos currículos de graduação.

Por outro lado, as atividades de extensão universitária – muitas das quais levam os estudantes a colaborar com movimentos e/ou organizações sociais – constituem um espaço privilegiado para a formação ética e técnica de toda sorte de profissionais que assumem responsabilidades sociais, no interior do qual as ONGs se oferecem como um campo promissor de estágio, experimentação e aprendizagem. Nesse sentido, recomendou-se incrementar projetos de extensão universitária associados a programas desenvolvidos por ONGs, ao mesmo tempo que sugere-se às ONGs estruturarem-se para receber um contingente maior de estagiários.

Encaminhamentos

Entre os encaminhamentos aprovados no seminário, consta a realização em São Paulo, sob a coordenação da Abong e da Alop, de um congresso internacional sobre a produção de conhecimento com respeito a esse segmento da sociedade civil organizada, que sirva ao intercâmbio e aprofundamento de temas da pesquisa científica e à construção de novos projetos de investigação.

Para realizar esse congresso, os participantes do seminário avaliaram ser necessário identificar e agregar um rol mais amplo de pesquisadores e instituições de ensino superior cujas experiências de pesquisa, ensino e extensão com respeito aos movimentos e organizações sociais mereçam registro, sistematização e difusão. Os critérios formulados para selecionar as instituições acadêmicas privilegiam o compromisso social efetivo e explícito, o pensamento crítico, a ênfase na formulação de alternativas ao modelo de sociedade capitalista vigente e a adoção de abordagens transdisciplinares.



Política de Assistência Social – uma trajetória de avanços e desafios

Vários autores
2001 – 174 páginas
ISSN 1517-4484

Os textos publicados neste trigésimo número de *Cadernos Abong* refletem os temas abordados na “III Conferência Nacional de Assistência Social”, realizada no ano passado, que tratou os avanços e desafios da política de Assistência Social. O principal desafio posto para a Conferência foi o de pensar essa política como um projeto estratégico de inclusão social, fundado na participação popular, na construção da cidadania e na universalização dos direitos para o conjunto da população.



Manual de Fundos Públicos – Controle social e acesso aos recursos públicos

Co-edição com a Editora Fundação Peirópolis
2002 – 200 páginas
ISBN 85-8566376-6

Neste livro você vai encontrar a descrição dos recursos públicos disponíveis para o trabalho das entidades envolvidas no campo do desenvolvimento social e humano no Brasil e as formas de acesso a eles. Isso possibilita o monitoramento do orçamento público pela sociedade civil, garantindo assim sua transparência. O levantamento foi produzido pela ABONG em parceria com o Processo de Articulação e Diálogo – PAD, que reúne as agências ecumênicas européias e seus parceiros no Brasil.



Ongs no Brasil 2002 – Perfil e Catálogo das Associadas à ABONG

2002 – 288 páginas

As informações que constam dessa publicação foram levantadas a partir de uma pesquisa realizada com as associadas à ABONG, entre agosto e novembro de 2001. O objetivo da pesquisa e da publicação do Catálogo foi o de informar e sensibilizar a sociedade sobre as características (público-alvo, área de atuação, projetos desenvolvidos) das organizações não-governamentais que integram a ABONG.

Peirópolis, localidade rural situada a 20 quilômetros da cidade mineira de Uberaba, é um dos mais importantes sítios paleontológicos brasileiros.

Ali situa-se o primeiro *campus* da Fundação Peirópolis, dedicada a capacitar educadores para a prática da Educação em Valores Humanos.

A Editora Fundação Peirópolis tem como missão contribuir na divulgação dos valores humanos e publicar livros cujos temas estejam afinados com o propósito de construir um mundo mais justo, ético e harmônico.



Se você tiver dificuldade para encontrar nossos livros em sua cidade, entre em contato diretamente com a

Editora Fundação Peirópolis

pelo telefone (55 11) 3816-0699, fax (55 11) 3816-6718, escrevendo para a Rua Girassol, 128 – Vila Madalena CEP 05433-000, São Paulo – SP, ou pelo e-mail: vendas@editorapeiropolis.com.br

Visite o *site* da Fundação Peirópolis
www.peiropolis.org.br

E o *site* da Editora
www.editorapeiropolis.com.br

A construção da identidade das organizações não-governamentais no Brasil, os desafios que lhes são colocados na transição do milênio, as possibilidades abertas pela tendência à articulação de redes globais de ação social solidária, e uma análise sobre as pesquisas acadêmicas que tomam as ONGs como objeto de estudo são alguns dos temas abordados nesta obra.

Os artigos aqui reunidos foram produzidos para o seminário "Estudos e Pesquisas sobre as Organizações Não-Governamentais na América Latina: situação e perspectivas", realizado em dezembro de 2001 pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), em conjunto com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), e permitem-nos conhecer alguns dos mais importantes temas surgidos no diálogo entre as instituições acadêmicas e as ONGs.

Ao final do volume, encontram-se as conclusões, recomendações e encaminhamentos aprovados durante o Seminário, que indicam uma gama de possibilidades de ação articulada entre universidades e ONGs em prol do desenvolvimento social e do bem comum.